



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 80.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1992
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Trojan, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes a Senhores Deputados Lygia Pupatto, Rafael Greca de Macedo e Rossoni (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO N.^o 32/92
Senhor Presidente.

Solicito junto à Mesa desta Casa de Leis, justificar minha ausência na Sessão Ordinária do dia 25 de agosto, em função de estar representando o Partido dos Trabalhadores nas manifestações pela moralidade e pela ética na política, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) LYGIA PUPPATO

OFÍCIO N.^o 448/92
Senhor Presidente.

Lamentando a impossibilidade de estar presente aos trabalhos parlamentares deste dia 20 de agosto, tomo a liberdade de encaminhar meu pedido de dispensa, na certeza de poder contar com sua compreensão e apoio.

Ao ensejo, antecipo meus sinceros agradecimentos pela atenção que puder dispensar ao pedido.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

OFÍCIO N.^o 721/92
Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que estarei ausente da Assembléia Legislativa, conseqüentemente das sessões planárias, de 20 a 27 do corrente mês de agosto, em virtude de viagem ao Oeste do Paraná, onde participarei dia 20 da posse da nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon, dia 27 da Associação Comercial e Industrial de Santa Helena; como também, do 1.^o Congresso de Educação para a Integração da América Latina no Brasil, cuja abertura acontecerá no dia 26.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) ÉLIO RUSCH

OFÍCIO N.^o SPB.1377/92
Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 20.08.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) ROSSONI

OFÍCIO N.^o SPB.1381/92
Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 25.08.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N.^o 1315
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, de acordo com o artigo 65 do Regimento Interno desta Casa, licença para tratar de assuntos particulares, no período de 1.^o de setembro a 03 de outubro do corrente ano de 1992.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão, por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei n° 174/92, constante da Pauta desta Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1325

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base do Regimento Interno a diminuição de interstício para a realização de uma Sessão Extraordinária logo após a presente Sessão para apreciação dos Projetos de Lei que tratam de aumento dos funcionários públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(aa) ORLANDO PESSUTI, ANTÔNIO ANNIBELLI, ERONDY SILVÉRIO, COLOMBINO GRASSANO, GERALDO CARTÁRIO, LOURENÇO FREGONESE e NELSON JUSTUS.

REQUERIMENTO N° 1311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual ALDO LAVAL, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Aldo Laval, é membro de destacada família paranaense, tendo sido Deputado Estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro P.T.B., integrou a Assembléia Constituinte, que elaborou a Constituição Estadual de 1946. Sempre lutou em defesa dos direitos dos menos favorecidos que estivessem injustiçados, trazendo sempre a esta Casa, mesmo não sendo mais Deputado e até há pouco tempo atrás, as reivindicações que a ele chegavam e que ele achava justas. Era advogado e também escritor, e em sua luta diária em defesa do povo, era sempre visto nesta Casa, sobraçando papéis com as reivindicações que lhe chegavam às mãos e que ele mesmo fazia questão de entregar. Aldo Laval, deixa no seio de sua família e de seus amigos um grande exemplo de vida, e uma lacuna difícil de ser preenchida.

REQUERIMENTO N° 1326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Professor ANIBAL ALVES DA ROCHA LOURES.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Soberano Plenário, seja constado nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, votos de Congratulações, pelos 25 anos de existência da APAE do Município de Irati.

São 25 anos dedicados aos excepcionais daquela municipalidade, trabalho, dedicação com a vida alheia.

De modo indelével, aquela entidade através do seu corpo diretivo, busca por intermédio da solidariedade e do trabalho sério, ampliar o sentido maior da filantropia para atender realmente aqueles que necessitam desse amparo social.

Parabenizamos todos, que direta ou indiretamente contribuem para esse importante trabalho coletivo e de cunho eminentemente social, parabéns à APAE, pelos seus 25 anos de existência.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações à BANDA FILARMÔNICA ANTONINENSE, pois a mesma acaba de se consagrar mais uma vez campeã estadual juvenil, durante concurso de Bandas e Fanfarras, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Criada há 17 anos, a BANDA FILARMÔNICA ANTONINENSE, conta com 39 músicos dentro de uma faixa etária de 11 a 18 anos. Segundo seu Diretor, já foram encaminhados 100 músicos para o campo profissional e cerca de 40 crianças estão em fase de aprendizado. Provando que as dificuldades são algumas vezes alento para grandes saltos e sucesso, a BANDA FILARMÔNICA ANTONINENSE consagrou-se mais uma vez, tornando-se CAMPEÃ ESTADUAL, durante o Concurso de Bandas e Fanfarras, no Município de Ponta Grossa. Nossa solicitação prende-se ao fato de que a BANDA FILARMÔNICA ANTONINENSE, bem como, a sua Diretoria realiza atividades que merecem todo nosso respeito, pois realiza um bem para a comunidade de Antonina. Divulgando e consagrando o município através da música, tendo uma repercus-

são Estadual, caracterizada pela mostra e pelo ensino de formação e aperfeiçoamento instrumental. E ainda, solicitamos que do mesmo fosse dado ciência à Banda, através de seu Presidente e Regente Sr. ROBERTO CRISTIANO PLASSMANN, na Rua Dr. Bruno, nº 119 - CEP 83370-000/Antonina/Pr.

REQUERIMENTO N° 1322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Sr. JOAO MARIA FERREIRA CAMARGO, pela sua eleição à Presidência do Sindicato de Hotéis e Similares de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná goza de um grande prestígio e elevado respeito no contexto federativo, fruto do trabalho incansável de seu povo e da atuação de suas lideranças em todos os segmentos sociais.

Algumas dessas lideranças mercê do seu dinamismo e capacidade, sobressaem-se em múltiplas atividades comprovando a inegável vocação paranaense.

João Maria Camargo Ferreira, por sua destacada atuação no comércio hoteleiro, teve o aval de seus colegas para sua eleição à presidência do Sindicato da classe.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, representante do povo paranaense, congratula-se com a feliz escolha de João Maria Camargo Ferreira para a Presidência do seu sindicato.

REQUERIMENTO N° 1316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Congresso Nacional solicitando a máxima urgência na aprovação do parecer do Relator Amir Lando, pois a Nação não suporta mais que se delongue em discussões.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO N° 1317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, propondo a criação e instalação da Comarca de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

Curitiba, terça, em 25.08.92

JUSTIFICATIVA:

Encaminhada em Requerimento anterior.

REQUERIMENTO N° 1318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, solicitando a criação e instalação do ensino de 2º grau em Fernandes Pinheiro, Distrito de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, sugerindo a redução do ICMS, até 7% (sete por cento), do índice incidente sobre os materiais de construção que compõem a cesta básica das casas populares construídas pelo Poder Executivo Estadual.

Concretizada esta proposição, o Governo do Estado estará efetivamente contribuindo do ponto de vista sócio-econômico para duas importantes questões:

1º - Elevará o nível econômico das empresas do ramo, com a concreta elevação dos níveis de empregos, tendo em vista o quadro recessivo pelo qual atravessa as empresas de um modo em geral;

2º - Indiscutivelmente, o custo final das casas populares construídas nestas condições, ficarão muito mais acessíveis ao conjunto da classe trabalhadora, o que nos parece ser este, um dos objetivos do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado de Educação, solicitando a implantação do ensino de 2º grau no município de São Mateus do Sul, que inexistente.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) CARLOS SIMOES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 230/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

TÍTULO I
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei complementar regula a organização da Defensoria Pública do Paraná, as atribuições e funcionamento de seus órgãos, dispõe sobre a carreira de defensor Público, direitos, deveres, prerrogativas e atribuições de seus membros.

Art. 2º - A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica gratuita aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses, em todos os graus e instâncias judiciais e extrajudiciais.

§ 1º - A Defensoria Pública tem poderes para representar a parte em sede administrativa ou judicial, cumprindo a seus órgãos praticar todos os atos que lhes competirem, do procedimento ou do processo, mesmo contra o Estado, inclusive os recursais, ressalvados apenas os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

§ 2º - Considera-se necessitado para os fins deste artigo o brasileiro ou estrangeiro, residente ou em trânsito no País, cuja insuficiência de recursos, comprovadamente, não lhe permita pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento pessoal e da sua família.

Art. 3º - São princípios institucionais da Defensoria Pública, a unidade, a indivisibilidade, a impessoalidade, a independência funcional.

Art. 4º - São funções institucionais da Defensoria Pública:

I - promover ação penal privada e a subsidiária da pública;

II - promover defesa em ação penal;

III - promover e responder ação cível;

IV - atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa sob qualquer circunstância, o exercício dos direitos e garantias individuais;

V - assegurar aos seus assistidos acusados em processo judicial ou procedimento administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios a ela inerentes;

VI - exercer a defesa do menor.

Art. 5º - A Defensoria Pública elaborará sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na respectiva lei de diretrizes orçamentárias. Sendo-lhe assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, com a liberação mensal de

seus recursos.

Parágrafo único - Os recursos próprios da Defensoria Pública do Paraná, não vinculados ao orçamento anual, inclusive aqueles decorrentes de honorários de sucumbência, constituirão receita de fundo especial, os quais serão recolhidos ao Estado, como renda eventual, à conta da Defensoria Pública do Paraná, para custear o aperfeiçoamento profissional dos membros da Instituição.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA
PÚBLICA DO PARANÁ
CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 6º - A Defensoria Pública do Paraná será integrada por órgãos de administração superior e de atuação, sendo:

§ 1º - Órgãos de Administração Superior:

- a) o Conselho Superior da Defensoria Pública;
- b) a Defensoria - Geral da Defensoria Pública;
- c) a Corregedoria - Geral da Defensoria Pública.

§ 2º - Órgãos de atuação:

I - Procuradoria da Defensoria Pública, nas instâncias superiores;

II - Defensorias Públicas, no 1º grau de jurisdição, constituídas por:

- a) Defensoria Pública das Comarcas de Entrada Inicial;
- b) Defensoria Pública das Comarcas de Entrada Intermediária;
- c) Defensoria Pública das Comarcas de Entrada Final.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA
DEFENSORIA PÚBLICA
SEÇÃO I
DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 7º - O Conselho Superior é órgão de consulta e de administração superior da instituição, incumbido de velar pela observância dos princípios institucionais.

§ 1º - Integram o Conselho Superior:

- a) o Defensor-Geral, que o presidirá, e o Corregedor Geral, como membros natos;
- b) três membros da instituição, com os respectivos suplentes, eleitos por voto direto, dos integrantes da carreira, dentre membros da Defensoria Pública que não estejam afastados, com mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediato.

§ 2º - O período do exercício do mandato terá início com o ano civil, realizando-se as eleições respectivas nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do

período.

§ 3º - As eleições serão realizadas em conformidade com as instruções baixadas pelo Defensor-Geral, após aprovação do Conselho Superior.

§ 4º - Perderá o mandato o conselheiro que se afastar de suas funções na Defensoria Pública.

§ 5º - Nas sessões destinadas a decidir sobre promoção na qual concorram membros do Conselho Superior, estes serão substituídos por seus suplentes.

Art. 8º - O Defensor-Geral, no Conselho Superior, terá além de seu voto de membro, o de qualidade, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos.

Art. 9º - Compete ao Conselho Superior, em especial:

I - Elaborar lista triplíce a ser submetida ao Governador do Estado, para a nomeação do Corregedor Geral, após a eleição referida no artigo 12;

II - fiscalizar a atuação do Defensor-Geral, presidido excepcionalmente pelo Corregedor Geral, sem a participação do primeiro;

III - organizar as listas de promoção por antiguidade e por merecimento e apreciar os pedidos de remoção;

IV - aprovar a lista anual de antiguidade, bem como julgar as reclamações dela interpostas pelos interessados;

V - atualizar as listas de antiguidade dos membros da Defensoria Pública na data da ocorrência da vaga;

VI - organizar o concurso para provimento de cargos da carreira da Defensoria Pública;

VII - opinar nas representações oferecidas contra membros da Defensoria Pública;

VIII - recomendar as medidas necessárias ao regular funcionamento da Defensoria Pública, a fim de assegurar o seu prestígio e a plena consecução de seus fins;

IX - regular a forma pela qual será manifestada a recusa à promoção;

X - propor ao Defensor-Geral, sem prejuízo da iniciativa deste, a aplicação de penas disciplinares;

XI - aplicar a pena disciplinar de suspensão por até 90 (noventa) dias aos membros da Defensoria Pública;

XII - representar ao Defensor-Geral sobre qualquer assunto que interesse à organização da Defensoria Pública ou à disciplina de seus membros;

XIII - pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelo Defensor-Geral;

XIV - confirmar, ou não, na carreira, o Defensor Público ao final de seu estágio probatório;

XV - sugerir ao Defensor-Geral, funda-

mentalmente, a destituição do Corregedor Geral;

XVI - julgar, em grau de recurso, os processos disciplinares;

XVII - pronunciar-se nas hipóteses previstas nos incisos IV, VII e IX do art. 11º.

XVIII - elaborar o seu Regimento Interno;

XIX - aprovar o Regimento Interno da Defensoria Pública e do Estágio Forense.

XX - aprovar pedidos de afastamento para estudo, respeitada a legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA DEFENSORIA GERAL

Art. 10 - A Defensoria Pública terá por chefe o Defensor-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, preferencialmente dentre os integrantes efetivos da carreira.

Art. 11 - Compete ao Defensor-Geral da Defensoria Pública além das demais atribuições conferidas por lei ou pelo Regimento Interno e das inerentes ao seu cargo, especialmente.

I - dirigir e representar a Defensoria Pública, superintendendo-lhe os trabalhos.

II - estabelecer a lotação das unidades componentes da Defensoria Pública, fixando-lhes o local e o horário de funcionamento;

III - apresentar à Chefia do Poder Executivo, no início de cada exercício, relatório das atividades da Defensoria Pública durante o ano anterior e, se necessário sugerir providências legislativas e outras, adequadas ao seu aperfeiçoamento;

IV - editar o Regimento Interno da Defensoria Pública, e do Estágio Forense, aprovados pelo Conselho Superior, bem como os atos, normativos ou não, inerentes às suas atribuições, inclusive instruções sobre competência, composição e funcionamento das unidades integrantes e as atribuições dos membros da instituição e de seus servidores.

V - convocar o Conselho Superior da Defensoria Pública presidir-lhe as sessões e dar execução às suas deliberações;

VI - promover a abertura de concurso, para provimento de cargos efetivos da Defensoria Pública, presidindo sua realização;

VII - dirimir conflitos e dúvidas de atribuição, entre os órgãos da Defensoria Pública, ouvido o Conselho Superior;

VIII - solicitar, de qualquer autoridade pública e de seus agentes, ou de entidade particular, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e

demaís providências necessárias à atuação da Defensoria Pública.

IX - avocar, fundamentalmente, atribuição específica de qualquer membro da Defensoria Pública, ad referendum do Conselho Superior.

X - autorizar membro da Defensoria Pública a afastar-se do Estado, no interesse do serviço ou para estudo, respeitada a legislação pertinente;

XI - diligenciar, visando a propositura de ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo Federal, Estadual ou Municipal, se for o caso;

XII - praticar os atos relativos a pessoal, inclusive os concernentes à concessão de vantagens, indenizações, férias, licenças, dispensa do serviço e aplicação de sanções;

XIII - praticar os atos de administração financeira da Defensoria Pública e os dos seus serviços auxiliares;

XIV - delegar competência a autoridade que lhe seja subordinada, na forma da lei;

XV - aplicar penas disciplinares aos membros da Defensoria Pública;

XVI - indicar, quando solicitado pela autoridade competente, membros da Defensoria Pública para integrar comissão de inquérito

XVII - delegar as atribuições definidas neste artigo, de sua competência privativa.

Parágrafo Único - O Defensor-Geral, nas suas faltas e impedimentos, será substituído por integrante da classe mais elevada da carreira, por ele designado.

SEÇÃO III DA CORREGEDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 12 - A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública será exercida por Defensor Público indicado pelo Conselho Superior, em lista tríplice, após o voto direto dos membros da carreira, e nomeado pelo Governador do Estado, com mandato de dois anos, vedada a recondução.

Parágrafo Único - O Corregedor-Geral será auxiliado por um integrante da carreira, de sua indicação, com prévia aprovação do Conselho Superior, que o substituirá em seus impedimentos.

Art. 13 - O Corregedor-Geral conjuntamente com o Defensor-Geral e o Conselho Superior, fiscalizará o bom andamento dos serviços afetos à Defensoria Pública e a atuação funcional de seus membros, sugerindo as medidas que julgar necessárias.

Art. 14 - Compete ao Corregedor-Geral, além de outras atribuições, que lhe sejam conferidas por lei ou pelo Regimento Interno, ou que forem inerentes ao seu cargo, especialmente:

I - inspecionar, em caráter permanente, a atividade dos membros da Defensoria Pública, recomendando as correições julgadas necessárias;

II - propor ao Defensor-Geral a realização da sindicância e o processo administrativo para apurar irregularidades existentes na Instituição, das quais tenha conhecimento de ofício ou mediante representação;

III - sugerir ao Defensor-Geral, se for o caso, o afastamento do membro da Defensoria Pública, sujeito a correição, sindicância ou processo administrativo;

IV - solicitar, de qualquer autoridade pública e de seus agentes, ou entidades privadas, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e outras providências necessárias à atuação da Defensoria Pública;

V - manter atualizados, na Corregedoria-Geral, registro estatístico dos trabalhos dos membros da Defensoria Pública e pasta de assentamentos, referentes a cada um deles, para os fins convenientes, inclusive o da apuração de merecimento;

VI - superintender e acompanhar os trabalhos de estágio probatório;

VII - representar sobre a conveniência de remoção de membros da Defensoria Pública, resguardando o direito de defesa em processo administrativo.

VIII - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Regimento Interno.

SEÇÃO IV DA PROCURADORIA DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 15 - A Procuradoria da Defensoria Pública é órgão de atuação da Defensoria Pública junto às instâncias superiores.

Art. 16 - Os cargos de Procurador da Defensoria Pública serão providos mediante promoção, por antigüidade e por merecimento, alternadamente.

Parágrafo Único - A antigüidade e o merecimento serão apurados dentre os Defensores Públicos de 1ª. classe.

Art. 17 - Aos Procuradores da Defensoria Pública incumbe:

I - atuar perante o órgão jurisdicional do Tribunal de Justiça e de Alçada;

II - sustentar nos Tribunais, quando necessário, oralmente ou por intermédio de memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública;

III - exercer a função de Curador ao vínculo matrimonial, quando designado judicialmente;

IV - exercer a função de Curador Especial prevista nos Códigos de Processo Ci-

vii - e de Processo Penal quando designado judicialmente;

V - promover ações rescisórias e revisões criminais;

VI - representar, sempre que necessário, contra autoridade da Administração Pública, por atos e omissões que possam caracterizar abuso de autoridade, em detrimento de interesses dos juridicamente necessitados;

VII - interpor os recursos necessários, sempre que cabíveis;

VIII - desempenhar outras atividades determinadas pelo Defensor-Geral.

SEÇÃO V DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS

Art. 18 - As Defensorias Públicas são órgãos de atuação da Defensoria Pública no 1º Grau de Jurisdição.

Art. 19 - O Defensor Público representa a parte, exercendo a advocacia em feito administrativo ou judicial, na 1ª instância, estando habilitado à prática de qualquer ato decorrente do exercício de suas funções institucionais, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

Art. 20 - Aos Defensores Públicos im-cube, precipuamente:

I - atender e orientar as partes e interesses em locais e horários pré-estabelecidos;

II - postular a concessão da gratuidade de justiça, mediante comprovação do estado de pobreza por parte do interessado.

III - tentar a conciliação das partes antes de promover a ação, quando julgar conveniente;

IV - acompanhar e comparecer aos atos processuais, providenciando para que os feitos tenham a sua tramitação normal, utilizando-se de todos os meios processuais cabíveis;

V - propor a ação penal privada nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;

VI - exercer a função de Curador ao vínculo matrimonial, quando designado pelo juiz;

VII - exercer a função de Curador Especial de que tratam os Códigos de Processo Penal e de Processo Civil, quando designado pelo Juiz;

VIII - impetrar habeas-corpus;

IX - requerer a transferência de presos para local adequado, quando necessário;

X - funcionar, por designação do Juiz, em processos criminais, na hipótese do não comparecimento do advogado constituído, mediante a fixação de honorários condizentes, tendo como mínimo a tabela de valores da OAB e recolhido ao Tesouro do Estado,

na forma do art. 5º., parágrafo Único desta lei.

XI - requerer a internação de menores abandonados ou infratores em estabelecimentos adequados;

XII - requerer o arbitramento dos honorários advocatícios e o recolhimento aos cofres públicos das verbas de sucumbência devidas;

XIII - executar os honorários advocatícios e de sucumbência devidos, por suas atuações nos processos;

XIV - representar e comunicar ao Ministério Público, em caso de crime praticado contra a pessoa do defendendo;

XV - defender, no processo criminal, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, se designados pelo Juiz da causa, mediante fixação de honorários condizentes, tendo como mínimo a tabela de valores da OAB, recolhidas ao Estado na forma do parágrafo único do art. 5º desta lei;

XVI - interpor os recursos cabíveis no processo em que atuarem.

§ 1º - A Defensoria Pública deverá designar Defensores Públicos nos estabelecimentos penais do Estado, para atendimento aos presos e internos juridicamente necessitados.

§ 2º - Competirá à administração do estabelecimento penal, de comum acordo com o Defensor Geral, divulgar amplamente os dias e horários a expediente dos Defensores Públicos, no local, reservar-lhes instalações adequadas ao seu trabalho, dando-lhes a devida segurança pessoal, fornecer-lhes apoio administrativo, prestar-lhes informações e assegurar-lhes o acesso à documentação sobre os presos e internos, aos quais não poderá, sob fundamento algum, negar o direito de entrevista pessoal, direta e reservada com os Defensores Públicos, sob pena, em todos os casos, da prática de ilícito administrativo punível com demissão.

Art. 21 - Os Defensores Públicos poderão deixar de promover a ação quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, ou por questão de foro íntimo, comunicando o fato ao Defensor-Geral, com as razões de seu proceder.

TÍTULO III DA CARREIRA, DA COMPOSIÇÃO, E DO PREENCHIMENTO DOS CARGOS EM ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO, LOTAÇÃO E DESIGNAÇÃO

Art. 22 - A Defensoria Pública do Paraná, compreende as classes de Procuradores da Defensoria Pública, Defensores Públicos de 1ª. classe, Defensores Públicos de 2ª.

classe, Defensores Públicos de 3a. classe e Defensores Públicos Substitutos, estruturadas em carreira, agrupando em cada classe os cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades.

Art. 23 - Cada membro da Defensoria Pública terá lotação em um órgão de atuação da Instituição.

Art. 24 - Os membros da Defensoria Pública exercerão, nos órgãos de atuação, funções como titulares, ou em auxílio ou substituição do titular, na seguinte forma:

I - Os Procuradores da Defensoria Pública são titulares, mediante lotação, junto aos Tribunais de Justiça e de Alçada;

II - Os Defensores Públicos de 1ª classe são titulares, mediante lotação, nas Comarcas de entrância final;

III - Os Defensores Públicos de 2ª classe são titulares, mediante lotação, nas Comarcas de entrância intermediária.

IV - Os Defensores Públicos de 3ª classe são titulares, mediante lotação, nas Comarcas de entrância inicial;

V - Os Defensores Públicos substitutos ficarão à disposição do Gabinete do Defensor Geral, para exercício, mediante designação, em função de auxílio ou de substituição.

Art. 25 - O preenchimento dos cargos em órgãos de atuação da Defensoria Pública é feito por lotação e por designação.

Art. 26 - Os Procuradores da Defensoria Pública poderão ser designados para exercício, em auxílio ou substituição, nos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Art. 27 - Os Defensores Públicos de 1a., 2a. e 3a. classe poderão ser designados para exercício, em auxílio ou substituição, nas Comarcas de entrância final, intermediária e inicial respectivamente.

Art. 28 - Ficam criados cargos de Defensor Público, distribuídos de acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme segue:

I - cargos de Procurador nas instâncias superiores;

II - cargos de Defensor Público de entrância final, ou 1ª classe;

III - cargos de Defensor Público de entrância intermediária, ou 2ª classe;

IV - cargos de Defensor Público de entrância inicial ou 3ª classe;

V - cargos de Defensor Público substituto, ou de 4ª classe.

Parágrafo Único - O número de cargos a serem preenchidos referidos por este artigo serão indicados pelo Defensor Geral, devendo serem referendados pelo Conselho Superior, e aprovados pelo Governador do Estado.

Art. 29 - Em caso de extinção de Câma-

ra, Comarca ou Vara o órgão de atuação da Defensoria Pública, deverá este ser também extinto, permanecendo o titular do correspondente cargo em atividade, à disposição do Gabinete do Defensor Geral.

Parágrafo Único - Encontrando-se o membro da Defensoria Pública na situação prevista neste artigo, será ele removido para o órgão de sua classe que primeiro vagar, extinguindo-se o cargo a ele correspondente.

Art. 30 - Elevada ou rebaixada a entrância da Comarca, o respectivo Defensor Público conservará a classe anterior à alteração.

CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO ORIGINÁRIO SEÇÃO I DO CONCURSO

Art. 31 - O ingresso na carreira da Defensoria Pública far-se-á no cargo de Defensor Público Substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, promovido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, com a participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, obedecendo-se a ordem de classificação, para as nomeações.

§ 1º - Sempre que o número de cargos vagos for igual ou excedente a 10% (dez por cento) dos existentes na classe inicial da carreira, proceder-se-á à abertura de concurso público, por ato do Defensor-Geral da Defensoria Pública.

§ 2º - O concurso obedecerá ao Regulamento elaborado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 32 - O Regulamento do concurso exigirá dos interessados os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro e bacharel em direito;

II - estar no gozo dos direitos políticos e em dia com as obrigações atinentes ao Serviço Militar;

III - gozar de perfeita saúde física e mental, a ser comprovada antes da posse;

IV - ser considerado idôneo e apresentar condições pessoais compatíveis com o exercício das funções, a critério exclusivo do Conselho Superior.

Art. 33 - Durante o prazo de validade do concurso, o Defensor-Geral enviará ao Governador, para nomeação, na ordem decrescente de classificação, tantos nomes de aprovados quantas forem as vagas a preencher.

Parágrafo Único - O concurso será válido por 2 (dois) anos, a partir da publicação do seu resultado, podendo ser prorrogado por igual período, por decisão do Conselho Superior, mediante proposta do Defensor-Geral.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 34 - Os cargos da classe inicial do Quadro da Defensoria Pública serão providos em caráter efetivo, por nomeação do Governador, observada a ordem de classificação dos nomes dos candidatos aprovados em concurso.

Parágrafo Único - O nomeado ficará à disposição do Defensor-Geral para os fins previstos no inciso V, do art. 24 desta lei.

SEÇÃO III DA POSSE

Art. 35 - O Defensor-Geral dará posse aos membros da Defensoria Pública, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato da nomeação oficial.

§ 1º - A requerimento do interessado, o prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado até 60 (sessenta) dias, havendo motivo justo.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 36 - São requisitos para a posse:

I - habilitação em exame de sanidade e capacidade física e mental, realizado pelo órgão oficial competente ou por entidade que este indicar;

II - declaração de bens;

III - declaração sobre a ocupação ou não de outro cargo, de emprego ou função pública;

IV - cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento do concurso;

V - comprovação de ser inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil;

SEÇÃO IV DO EXERCÍCIO

Art. 37 - O membro da Defensoria Pública deverá entrar em exercício no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da posse, sob pena de ser tornado sem efeito o ato de nomeação.

Art. 38 - O membro da Defensoria Pública, que for promovido ou removido, terá o exercício fixado no mesmo prazo do artigo anterior, contado da data da publicação do correspondente ato.

§ 1º - O prazo de que trata este artigo poderá ser prorrogado, havendo motivo justo, a critério do Defensor-Geral.

§ 2º - O membro da Defensoria Pública que for promovido ou removido por merecimento ou antiguidade, terá direito a uma ajuda de custo correspondente à metade de seus vencimentos, de modo a fazer frente às despesas de locomoção, quando o novo

Curitiba, terça, em 25.08.92

cargo tiver de ser ocupado em Comarca diversa daquele onde funcionava anteriormente.

SEÇÃO V DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 39 - A contar da entrada em exercício, em caráter efetivo, no cargo de Defensor Público Substituto, será apurada, durante o período de dois anos, a conveniência da permanência do nomeado na carreira, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) idoneidade moral;
- b) disciplina;
- c) zelo funcional;
- d) eficiência;

§ 1º - Até sessenta dias antes de vencido o período do estágio probatório, o Conselho Superior da Defensoria Pública apreciará, por proposta do Corregedor-Geral, cada um dos requisitos, manifestando-se pela permanência ou exoneração do membro da Defensoria Pública.

§ 2º - Se a decisão for pela permanência, a confirmação na carreira será declarada mediante portaria do Defensor-Geral.

§ 3º - Contrário o parecer, o expediente será encaminhado ao Governador do Estado, para a exoneração.

Art. 40 - O Defensor Público em estágio probatório não poderá exercer os cargos de administração da Defensoria Pública do Paraná.

CAPÍTULO V DO PROVIMENTO DERIVADO SEÇÃO I DA PROMOÇÃO

Art. 41 - As promoções na carreira da Defensoria Pública serão feitas de classe para classe, por antiguidade e por merecimento, alternadamente.

Art. 42 - As promoções na 1ª instância, far-se-ão, após resolvidos os pedidos de remoção.

Art. 43 - A antiguidade será apurada na classe e determinada pelo tempo de efetivo exercício na mesma.

§ 1º - O eventual empate na classificação por antiguidade resolver-se-á pelo maior tempo de serviço na classe, na Defensoria Pública, e, se necessário, pelos critérios de maior tempo de serviço público estadual, maior tempo de serviço público em geral, classificação no concurso e o de mais idade. Na classe inicial, o empate resolver-se-á pela ordem de classificação no concurso.

§ 2º - Em janeiro de cada ano, o Defensor-Geral mandará publicar, no órgão oficial, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública em cada classe,

a qual conterà, em anos, meses e dias, o tempo de serviço na classe, na carreira, no serviço público estadual e no serviço público em geral e o computado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

§ 3º - As reclamações contra a lista deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias da respectiva publicação, cabendo ao Conselho Superior o seu julgamento.

Art. 44 - O merecimento, também apurado na classe, será aferido pelo Conselho Superior, que levará em conta os fatores seguintes:

I - o procedimento do membro da Defensoria Pública em sua vida pública e particular, o conceito de que goza na Comarca, segundo as observações em correições e em visitas de inspeção, e o mais que conste de seus assentamentos funcionais;

II - a pontualidade e o zelo no cumprimento dos deveres funcionais, a atenção às instruções emanadas do Defensor-Geral, aquilatadas pelas observações feitas nas correições e visitas de inspeção;

III - a eficiência no desempenho de suas funções verificada através dos trabalhos produzidos;

IV - a contribuição à organização e à melhoria dos serviços judiciários e correlatos;

V - o aprimoramento de sua cultura jurídica, através de cursos especializados, publicações de livros, teses, estudos e artigos e obtenção de prêmios, tudo relacionado com a sua atividade funcional;

VI - a atuação em Comarca que apresente particular dificuldade para o exercício das funções.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, o Corregedor-Geral fará presente à sessão do Conselho Superior a pasta de assentamentos dos membros da Defensoria Pública que possam ser votados para compor a lista tríplice a que alude o artigo 45.

Art. 45 - A promoção por merecimento dependerá da lista tríplice para cada vaga, organizada pelo Conselho Superior, em sessão secreta, com ocupantes do primeiro terço da lista de antiguidade.

§ 1º - Serão incluídos na lista tríplice os nomes dos que obtiverem os votos da maioria absoluta dos votantes, procedendo-se a tantas votações quantas sejam necessárias para a composição da lista.

§ 2º - A lista de promoção por merecimento poderá conter menos de 3 (três) nomes, tão só na hipótese dos remanescentes da classe, com o requisito do interstício, forem em número inferior a 3 (três).

§ 3º - Não poderá integrar lista de promoção por merecimento, o Defensor Público que estiver afastado da Defensoria Pública do Paraná, que esteja exercendo mandato eletivo ou qualquer outro car-

go, em comissão ou não.

§ 4º - O membro da Defensoria Pública, que tiver figurado em 3 (três) listas consecutivas ou não, de promoção por merecimento, será efetivado pelo Defensor-Geral na classe seguinte, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da vacância do cargo.

Art. 46 - Os membros da Defensoria Pública somente poderão ser promovidos após 2 (dois) anos de efetivo exercício na classe.

Parágrafo Único - Dispensar-se-á o prazo de interstício previsto neste artigo se não houver quem preencher recusar a promoção.

Art. 47 - O Defensor-Geral ao receber a lista de promoção por merecimento, com a ordem de escrutínios, o número de votos obtidos e quantas vezes os indicados tenham entrado em listas anteriores efetivará a promoção de 1 (hum) dos componentes da lista, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do respectivo expediente.

Art. 48 - É lícita a recusa à promoção, que deverá ser manifestada na forma regulada pelo Conselho Superior.

Parágrafo Único - Quando se tratar da recusa à promoção por antiguidade, a indicação recairá no Defensor Público que se seguir na lista.

Art. 49 - As vagas serão providas uma a uma, ainda, que existam várias a serem preenchidas na mesma classe.

SEÇÃO II DO REINGRESSO

Art. 50 - O reingresso na carreira da Defensoria Pública dar-se-á em virtude de reintegração ou aproveitamento.

Art. 51 - A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judicial, importa no retorno do membro da Defensoria Pública ao cargo que anteriormente ocupava, restabelecidos os direitos e vantagens atingidos pelo ato demissionário, observadas as seguintes normas:

I - se o cargo estiver extinto, o reintegrado será posto em disponibilidade;

II - se no exame médico for considerado incapaz, o reintegrado será aposentado com os proventos a que teria direito se passasse à inatividade após efetivada a reintegração.

Art. 52 - O aproveitamento é o retorno à carreira, do membro da Defensoria Pública posto em disponibilidade.

Parágrafo Único - O aproveitamento dar-se-á, obrigatoriamente, na primeira vaga da classe a que pertencer o membro da Defensoria Pública, sem prejuízo da ordem pré-estabelecida.

Art. 53 - O aproveitamento terá precedência sobre as demais formas de provimen-

Art. 54 - Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo em disponibilidade e, em caso de empate, o de maior tempo de serviço na Defensoria Pública.

Art. 55 - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o membro da Defensoria Pública, cientificado expressamente do ato de aproveitamento, não tomar posse no prazo pertinente, salvo justo motivo.

Art. 56 - O reingresso far-se-á por ato do Governador do Estado, aplicando-se à posse e exercício conseqüentes às disposições desta Lei.

SEÇÃO III DA REMOÇÃO

Art. 57 - A remoção de membros da Defensoria Pública de um órgão de atuação para outro da mesma classe, poderá ocorrer a pedido, por ato do Defensor-Geral, ouvido o Conselho Superior, ou compulsoriamente, no interesse da administração, por decisão do Conselho Superior, e assegurada ampla defesa.

§ 1º - Publicado no órgão oficial o ato que deu causa à vaga, o Defensor-Geral receberá, até os 10 (dez) dias seguintes, os pedidos dos pretendentes à remoção por antiguidade ou merecimento, conforme seja o caso.

§ 2º - A remoção compulsória dar-se-á para Comarcas de igual entrância.

Art. 58 - A remoção por permuta, admissível entre membros da Defensoria Pública da mesma classe, dependerá de requerimento conjunto dirigido ao Defensor-Geral, que o encaminhará ao Conselho Superior para apreciação.

Art. 59 - É vedada a permuta entre membros da Defensoria Pública:

I - quando um dos permutantes estiver habilitado à promoção em razão da existência de vaga na classe superior;

II - no período de um ano do limite de idade para a aposentadoria compulsória de qualquer dos permutantes;

III - ao membro da Defensoria Pública que estiver aprovado em concurso para qualquer outra carreira;

IV - quando um dos permutantes não estiver em efetivo exercício na lotação.

Parágrafo Único - Denegado pela maioria absoluta dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública, o pedido será arquivado.

Art. 60 - Depois de apreciar os pedidos de remoção, e preenchidas as vagas por antiguidade ou merecimento, o Conselho Superior da Defensoria Pública deverá encaminhar ao Defensor-Geral as respectivas listas para provimento das vagas remanes-

CAPÍTULO VI DA VACÂNCIA DOS CARGOS

Art. 61 - A vacância de cargos da carreira da Defensoria Pública poderá decorrer de:

I,- exoneração a pedido ou ex-offício;

II - demissão;

III - promoção;

IV - aposentadoria;

V - invalidez permanente;

VI - falecimento.

Art. 62 - Será expedido ato de exoneração ex-offício no caso de:

I - posse do membro da Defensoria Pública em outro cargo efetivo, salvo se permissível a acumulação;

II - não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - não satisfeitas as condições do estágio probatório.

Art. 63 - Dar-se-á a vacância na data do fato ou da publicação do ato que lhe der causa.

TÍTULO IV DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS CAPÍTULO I DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

Art. 64 - Os membros da Defensoria Pública gozarão das seguintes garantias:

I - estabilidade, não podendo, após dois anos de exercício, perder o cargo senão por sentença judicial ou em virtude de processo administrativo com ampla defesa;

II - inamovibilidade, salvo representação motivada do Defensor-Geral, com fundamento em conveniência do serviço e interesse da Defensoria Pública, por decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública e assegurada ampla defesa;

III - irredutibilidade de vencimentos, observado o que dispõe o artigo 27, XI da Constituição Estadual e os artigos 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

IV - revisão de vencimentos e vantagens, em igual percentual, sempre que revistos os das carreiras a que se refere o artigo 135 da Constituição Federal.

Art. 65 - Os vencimentos dos membros da carreira da Defensoria Pública deverão ser fixados com diferença de 5% (cinco por cento) de uma para outra classe.

Art. 66 - Os membros da carreira da Defensoria Pública serão originariamente processados e julgados pelo Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e nos de responsabilidade.

Art. 67 - Em caso de infração penal imputada a membro da carreira da Defensoria Pública, a autoridade policial, toman-

do dela conhecimento, comunicará o fato ao Defensor-Geral ou ao seu substituto legal.

Parágrafo Único - A prisão ou detenção provisória de membro da Defensoria Pública, em qualquer circunstância, será imediatamente comunicada ao Defensor-Geral, sob pena de responsabilidade de quem não o fizer, e só será executada em quartel ou prisão especial, à disposição da autoridade competente.

Art. 68 - São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública:

I - usar distintivos e vestes talaras, de acordo com os modelos oficiais;

II - possuir carteira de identidade funcional, conforme modelo aprovado pelo Defensor-Geral, sendo-lhes assegurado o porte de arma e podendo solicitar, se necessário, o auxílio e a colaboração das autoridades públicas para o desempenho de suas funções, e acesso a locais públicos.

III - requerer diretamente das autoridades competentes certidões; solicitar os esclarecimentos de que necessitarem e acompanhar as diligências que requererem, sempre no exercício de suas funções;

IV - utilizar-se dos meios de comunicação do Estado no interesse do serviço, e, da mesma forma, dos municípios, quando se trate do patrocínio de direitos dos respectivos municípios;

V - dispor nos Tribunais e locais de funcionamento de órgãos judiciários de instalações compatíveis com a relevância de seus cargos, usando efetivamente as dependências que lhes são reservadas;

VI - ingressar nos recintos das sessões e audiências, neles permanecer e deles sair, independentemente de autorização;

VII - usar da palavra, pela ordem, falando sentado ou em pé, durante a realização de audiência ou sessão, em qualquer Juízo ou Tribunal;

VIII - ser intimado pessoalmente, de todos os atos do processo, em ambas as instâncias, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;

IX - agir, em Juízo ou fora dele, com dispensa de emolumentos e custas, quando no desempenho da função;

X - ter vistas dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;

XI - comunicar-se, pessoal e reservadamente com seus assistidos, ainda quando estes se achem presos ou detidos;

XII - examinar, em qualquer repartição policial ou judiciária, autos de flagrante, inquéritos e processos, quando necessitar de prova ou de informações úteis ao exercício de suas funções;

XIII - dispor de moradia o Defensor Público titular na Comarca de entrância inicial, onde estiver lotado.

CAPÍTULO II

DA REMUNERAÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69 - A remuneração dos cargos da carreira da Defensoria Pública compreende o vencimento e as vantagens pecuniárias.

Art. 70 - Os membros da Defensoria Pública aposentados receberão proventos, nos termos do art. 40, § 4º da Constituição Federal e art. 35, § 3º da Constituição Estadual.

Art. 71 - A remuneração dos membros da Defensoria Pública não sofrerá descontos além dos previstos em lei, salvo quando se tratar de:

I - prestação de alimentos determinada judicialmente;

II - reposição ou ressarcimento devido à Fazenda Pública;

III - desconto facultativo, a seu próprio pedido.

§ 1º - As reposições e ressarcimentos devidos à Fazenda Pública serão descontados em parcelas mensais, não excedentes da décima parte do vencimento.

§ 2º - Não haverá reposição nos casos em que a percepção indevida da remuneração for decorrente de ato normativo ou entendimento aprovado por órgão administrativo competente.

SEÇÃO II

DO VENCIMENTO

Art. 72 - Os vencimentos dos membros da Defensoria Pública não serão inferiores àqueles atribuídos às carreiras a que se refere o art. 135 da Constituição Federal, observada a correlação de classes e entrâncias, a partir da inicial de cada uma delas, assegurando-se a revisão dos vencimentos, em igual percentual, sempre que revistos os atribuídos àquelas.

SEÇÃO III

DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 73 - O membro da Defensoria Pública terá direito a perceber, além dos vencimentos, as seguintes vantagens:

I - gratificação adicional por tempo de serviço;

II - ajuda de custo;

III - diárias;

IV - auxílio-doença;

V - salário-família;

VI - representação;

VII - gratificação pela prestação de serviço especial.

§ 1º - Outras vantagens não disciplinadas ou não previstas na presente lei serão auferidas pelos membros da Defensoria Pública de acordo com as normas pertinen-

tes, inclusive as aplicáveis ao funcionalismo em geral.

§ 2º - O membro da defensoria pública fará jus a percepção de representação fixada na lei complementar nº 42 de 01/06/88.

SEÇÃO IV DOS PROVENTOS DA INATIVIDADE

Art. 74 - O vencimento com as vantagens incorporáveis comporão os proventos de aposentadoria dos membros da Defensoria Pública integrando-os quaisquer gratificação ou parcelas financeiras percebidas em caráter permanente.

Art. 75 - Os proventos da aposentadoria serão integrais ou proporcionais, conforme o disposto no art. 35 da Constituição Estadual.

§ 1º - Entende-se por acidente no serviço o evento que cause dano físico ou mental ao membro da Defensoria Pública e que seja relacionado com o exercício de suas funções.

§ 2º - Equipara-se ao acidente no serviço a agressão, quando não provocado, sofrida por membro da Defensoria Pública em razão do desempenho de suas funções.

§ 3º - Nos casos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo, o laudo resultante da inspeção médica deverá estabelecer rigorosamente a caracterização do acidente no serviço.

Art. 76 - Aos membros da Defensoria Pública inativos, são assegurados os direitos e vantagens previstos na legislação vigente ao tempo do ingresso na inatividade.

Art. 77 - A pensão por morte devida aos dependentes de membros da Defensoria Pública será reajustada, na mesma proporção, sempre que for alterada a remuneração dos membros da instituição, que estejam em atividade.

CAPÍTULO III DO TEMPO DE SERVIÇO SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 78 - Considerar-se-á em efetivo exercício do cargo o membro da Defensoria Pública afastado em virtude de:

I - casamento, até 8 (oito) dias;

II - luto, por falecimento de cônjuge, pais, filhos ou irmãos até 8 (oito) dias;

III - missão oficial;

IV - convocação para o Serviço Militar, outros encargos de Segurança Nacional e demais serviços obrigatórios por

lei

V - desempenho de cargo ou função de confiança no serviço público federal, estadual ou municipal, salvo para efeitos de promoção e remoção;

VI - férias;

VII - licença para tratamento de saúde;

VIII - licença por doença em pessoa da família, na forma do art. 99;

IX - licença à gestante;

X - licença-prêmio;

XI - licença para estudo;

XII - outras causas legalmente previstas.

Art. 79 - O período de afastamento do membro da Defensoria Pública para exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal será contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para a remoção e a promoção por merecimento e antiguidade.

Art. 80 - As férias e licenças dos membros da Defensoria Pública serão concedidas pelo Defensor-Geral.

SEÇÃO II DAS FÉRIAS

Art. 81 - Os membros da Defensoria Pública gozarão férias individuais ou coletivas por 60 (sessenta) dias em cada ano.

§ 1º - As férias anuais, coletivas ou individuais, dos membros da Defensoria Pública serão concedidas de acordo com escala para este fim organizada pelo Defensor Geral, na forma do Regimento Interno.

§ 2º - As férias não gozadas no período, por conveniência do serviço, poderão sê-lo, acumuladamente no ano seguinte.

§ 3º - As férias não poderão ser fracionadas salvo nos casos em que devam ser suspensas por justificada exigência do serviço.

Art. 82 - O membro da Defensoria Pública em estágio probatório só gozará férias após completar 1 (um) ano de efetivo exercício.

Art. 83 - Não poderá entrar em gozo de férias o membro da Defensoria Pública que tiver processo em seu poder por tempo excedente ao prazo legal.

Art. 84 - O membro da Defensoria Pública, promovido ou removido durante o gozo de férias, contará do término destas o prazo para assumir suas novas funções.

SEÇÃO III DAS LICENÇAS

SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 85 - Conceder-se-á licença:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por doença em pessoa da família;
- III - à gestante;
- IV - prêmio;
- V - para o trato de interesses particulares;
- VI - por motivo de afastamento de cônjuge;
- VII - para estudo;
- VIII - nos casos previstos em outras leis.

Parágrafo Único - Aplica-se ao disposto neste artigo o previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e legislação correlata.

Art. 86 - A critério do Conselho Superior da Defensoria Pública, observadas as exigências legais, o Defensor Público poderá afastar-se de seu cargo efetivo:

- I - para frequentar curso de pós-graduação, aperfeiçoamento ou atualização;
- II - para estudo determinado pelo Defensor-Geral.

§ 1º - O afastamento previsto no inciso I deste artigo, não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto a critério exclusivo da autoridade concedente, prorrogáveis uma única vez e no máximo, por até dois anos de modo a que a duração total não ultrapasse a 4 (quatro) anos.

§ 2º - No caso de cônjuges, ambos Defensores Públicos, solicitarem o afastamento previsto nos incisos I e II deste artigo, terão direito a receber vencimentos ou remuneração e demais vantagens.

§ 3º - Os demais casos serão estabelecidos no Regimento Interno.

CAPÍTULO IV
DA APOSENTADORIA E DA DISPONIBILIDADE
SEÇÃO I
DA APOSENTADORIA

Art. 87 - O membro da Defensoria Pública será aposentado, após, no mínimo, cinco anos de exercício efetivo na instituição:

- I - compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade;
- II - voluntariamente:
 - a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, quando do sexo masculino e aos 30 (trinta) anos, quando do feminino;
 - b) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
 - c) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao

tempo de serviço.

III - por invalidez comprovada.

Parágrafo Único - A aposentadoria compulsória vigorará a partir do dia em que for atingida a idade limite.

Art. 88 - A aposentadoria por invalidez será concedida a pedido ou decretada de ofício e dependerá, em qualquer caso, de verificação de moléstia que venha a determinar, ou que haja determinado, o afastamento contínuo da função por mais de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - A inspeção de saúde para os fins do presente artigo poderá ser determinada pelo Defensor-Geral, "ex-officio", ou mediante proposta do Conselho Superior e será efetuada na forma regimental.

Art. 89 - Para efeito de aposentadoria computar-se-á:

- I - o tempo de serviço militar, nos casos previstos em lei;
- II - o tempo de serviço público e os previstos em lei.

SEÇÃO II
DA DISPONIBILIDADE

Art. 90 - Será colocado em disponibilidade o membro da Defensoria Pública cujo cargo seja extinto e o que se encontrar nas situações previstas pelo artigo 52.

Art. 91 - Aos membros da Defensoria Pública que passarem à disponibilidade aplica-se o disposto no artigo 90.

TÍTULOS V
DOS DEVERES, PROIBIÇÕES E IMPEDIMENTOS
CAPÍTULO I
DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 92 - Os membros da Defensoria Pública devem ter o irrepreensível procedimento na vida pública e particular, pugnando pelo prestígio da Justiça, velando pela dignidade de suas funções e respeitando a dos Magistrados, a dos membros do Ministério Público e a dos Advogados.

Parágrafo Único - É dever dos membros da Defensoria Pública:

- I - comparecer diariamente, no horário normal do expediente, à sede do órgão onde funcionem, exercendo os atos de seu ofício;
- II - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhes forem atribuídos pelo Defensor-Geral;
- III - respeitar as partes e tratá-las com urbanidade;
- IV - zelar pela regularidade dos feitos em que funcionarem e, de modo espe-

cial, pela observância dos prazos legais;

V - observar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar e, especialmente, nos que tramitam em segredo de Justiça;

VI - velar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda;

VII - representar ao Defensor-Geral sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições funcionais;

VIII - apresentar à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública relatório de suas atividades, com dados estatísticos de atendimentos e, se for o caso, sugerir providências visando a melhoria dos serviços da Defensoria Pública, no âmbito de sua atuação;

IX - prestar as informações solicitadas pelo órgão da administração superior da Defensoria Pública;

X - residir na Comarca onde estiver lotado.

Art. 93 - Aos membros da Defensoria Pública é vedado especialmente:

I - o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais;

II - exercer atividade político-partidária, salvo quando afastados de suas funções sem argumentos (vencimentos);

III - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

CAPÍTULO II

DOS IMPEDIMENTOS, INCOMPATIBILIDADES E SUSPEIÇÕES

Art. 94 - É defeso ao membro da Defensoria Pública exercer as suas atividades em processo ou procedimento:

I - em que seja parte, ou de qualquer forma interessado;

II - em que haja atuado como representante da parte, perito, juiz, membro do Ministério Público, autoridade policial, escrivão de polícia, auxiliar de justiça ou prestado depoimento como testemunha;

III - em que for interessado cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o 3º (terceiro) grau;

IV - no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no inciso anterior;

V - em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso III funcione, ou haja funcionado, como magistrado, membro do Ministério Público, autoridade policial, escrivão de polícia ou auxiliar de justiça;

VI - nos demais casos previstos em lei.

Art. 95 - O membro da Defensoria Pública não poderá servir em órgão de

atuação junto a juízo do qual seja titular o cônjuge ou parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o 3º (terceiro) grau.

Art. 96 - O membro da Defensoria Pública dar-se-á por suspeito quando:

I - houver opinado contrariamente à pretensão da mesma parte;

II - houver motivo de ordem íntima que o iniba de funcionar;

III - ocorrer qualquer dos casos previstos na legislação processual.

Art. 97 - Na hipótese prevista no inciso II do artigo anterior, o membro da Defensoria Pública comunicará ao Defensor-Geral, em expediente reservado, o motivo de sua suspeição.

TÍTULO VI

DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 98 - Pelo exercício irregular da função pública, o membro da Defensoria Pública responde penal, civil e administrativamente.

Art. 99 - A responsabilização administrativa de membro da Defensoria Pública dar-se-á sempre através de processo desencadeado pelo Defensor-Geral.

Art. 100 - A atividade funcional dos membros da Defensoria Pública estará sujeita a inspeção permanente, através de correições ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º - A correição ordinária será feita pelo Corregedor-Geral, em caráter de rotina, para verificar a eficiência e assiduidade dos membros da Defensoria Pública, bem como a regularidade dos serviços que lhe sejam afetos.

§ 2º - A correição extraordinária será realizada pelo Corregedor-Geral, de ofício ou por solicitação do Defensor-Geral, sempre que conveniente, no desempenho das atribuições previstas no artigo 14 ou para qualquer outro fim específico de interesse da administração.

Art. 101 - Concluída a correição, o Corregedor-Geral comunicará ao Defensor-Geral, em expediente reservado, a ocorrência de violação de deveres funcionais acaso verificada, por parte do membro da Defensoria Pública, para as providências cabíveis.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 102 - São aplicáveis aos membros

da Defensoria Pública as seguintes sanções disciplinares:

- I - advertência;
- II - censura;
- III - suspensão;
- IV - demissão;
- V - cassação da aposentadoria.

Art. 103 - A decisão que impuser sanção disciplinar será sempre motivada e levará em conta a natureza, as circunstâncias, a gravidade e as consequências da falta, bem como os antecedentes do faltoso.

Parágrafo Único - Nenhuma sanção será aplicada a membro da Defensoria Pública, sem que seja ele antes ouvido, no devido processo legal.

Art. 104 - A advertência será aplicada no caso de negligência no exercício nas funções.

Parágrafo Único - A advertência será feita verbalmente ou por escrito, sempre de forma reservada, após o devido processo legal.

Art. 105 - A censura caberá nas hipóteses de:

I - falta de cumprimento do dever funcional;

II - desatendimento a determinações dos órgãos de administração superior da Defensoria Pública;

III - reincidência em falta punida com pena de advertência.

Parágrafo Único - A censura será feita verbalmente ou por escrito, reservadamente, após o devido processo legal.

Art. 106 - A suspensão será aplicada nos seguintes casos:

I - violação intencional do dever funcional ou culpa grave no exercício da função;

II - reincidência ou falta punida com as penas de censura;

III - retardamento de ato funcional ou descumprimento dos prazos legais;

Parágrafo Único - A suspensão não excederá a 90 (noventa) dias e não acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo, não podendo ter início durante o período de férias ou de licença.

Art. 107 - Aplicar-se-á a pena de demissão nos casos de:

I - abandono do cargo, nas hipóteses previstas no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado;

II - conduta incompatível com o exercício do cargo, assim considerada a prática de jogos proibidos, a embriaguez habitual, o uso de tóxicos e a incontinência

pública e escandalosa;

III - improbidade funcional;

IV - perda da nacionalidade brasileira;

V - prática de crime que afete a reputação da Defensoria Pública.

Art. 108 - A cassação da aposentadoria terá lugar se ficar comprovado que o aposentado praticou, quando ainda no exercício do cargo, falta suscetível de determinar demissão.

Art. 109 - Ocorrerá a prescrição:

I - em 2 (dois) anos, quando a falta for sujeita às penas de advertência e censura;

II - em 5 (cinco) anos nos demais casos.

CAPÍTULO III DA SINDICÂNCIA

Art. 110 - A sindicância, sempre em caráter sigiloso, será promovida pela Corregedoria-Geral nos seguintes casos:

I - como preliminar do processo disciplinar, quando necessário;

II - para apuração de falta funcional, em qualquer outro caso, sempre que necessário.

Art. 111 - A sindicância deverá estar concluída em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Defensor-Geral.

Art. 112 - O sindicante deverá colher todas as informações que entender necessárias, ouvindo o denunciante, o sindicato, as testemunhas, se houver, bem como proceder a juntada de quaisquer documentos capazes de esclarecer o ocorrido.

§ 1º - O sindicante, após concluída a fase cognitiva, apresentará relatório de caráter expositivo.

§ 2º - Em seguida ao relatório expositivo terá, o sindicato, 5 (cinco) dias para se pronunciar.

Art. 113 - Recebidos os autos do sindicante o Corregedor-Geral poderá determinar as diligências que entender pertinentes e, após, fará relatório conclusivo ao Defensor-Geral, propondo as medidas cabíveis.

Art. 114 - Da decisão proferida pelo Defensor-Geral caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual decidirá no prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 115 - Compete ao Defensor Geral da Defensoria Pública determinar a instauração de processo disciplinar para a apuração de falta punível com as sanções previstas no capítulo II do título VI, observado o sigilo no procedimento.

Art. 116 - O ato do Defensor Geral que determinar a instauração do processo disciplinar deverá conter o nome, a qualificação do indiciado e a exposição sucinta dos fatos a ele imputados.

Art. 117 - A comissão para promover o processo disciplinar será composta de 3 (três) membros da Defensoria Pública, designados pelo Defensor-Geral, um dos quais, obrigatoriamente, Defensor-Público de 1ª classe, que a presidirá.

Parágrafo Único - Os membros da Comissão serão sempre de classe igual ou superior à do Indiciado.

Art. 118 - A comissão serão assegurados todos os meios necessários ao desempenho de suas funções.

Parágrafo Único - Os órgãos estaduais deverão atender com a máxima presteza as solicitações da comissão, inclusive requisição de técnicos e peritos.

Art. 119 - A comissão deverá iniciar seus trabalhos dentro de 5 (cinco) dias de sua constituição.

§ 1º - O procedimento deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da instalação dos trabalhos, prorrogável esse prazo, a critério do Defensor-Geral, por períodos de 60 (sessenta) dias.

§ 2º - A inobservância dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior não acarretará nulidade do processo, podendo importar, contudo, em falta funcional dos integrantes da comissão e suas respectivas substituições.

Art. 120 - Instalados os seus trabalhos, a comissão iniciará a instrução do processo com a citação do indiciado para ser ouvido, o qual, no mandado, será cientificado de que deverá comparecer acompanhado de advogado.

§ 1º - A citação será pessoal ao indiciado, entregando-se-lhe na ocasião, cópia do ato referido no artigo 116. Não encontrado o indiciado, a citação será feita por edital publicado por 3 (três) vezes no Diário Oficial, com o prazo de 10 (dez) dias para comparecimento, a contar da terceira e última publicação, a fim de ser ouvido.

§ 2º - Em caso de revelia, o presidente da comissão designará defensor do indiciado, um membro da Defensoria Pública da

mesma classe, ao qual caberá apresentar defesa por escrito a acompanhar o processo até o final.

§ 3º - Da data marcada para a audiência do indiciado correrá o prazo de 5 (cinco) dias para o oferecimento de sua defesa preliminar.

§ 4º - Em qualquer fase do processo será permitida a intervenção de advogado constituído pelo indiciado.

Art. 121 - A comissão procederá a todos os atos e diligências que entender necessárias ao completo esclarecimento dos fatos, inclusive ouvindo testemunhas, promovendo perícias, realizando inspeções locais e examinando documentos e autos.

Parágrafo Único - Será assegurado ao indiciado o direito de participar, pessoalmente ou por seu defensor, dos atos processuais, podendo, inclusive, requerer provas, contraditar e inquirir testemunhas, oferecer quesitos e indicar assistentes técnicos.

Art. 122 - Terminada a instrução, abrir-se-á o prazo de 3 (três) dias para a especificação de diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, mediante requerimento do indiciado ou deliberação da comissão.

§ 1º - A comissão poderá indeferir as diligências requeridas pelo indiciado quando revelarem o propósito de procrastinar o processo ou quando não tiverem relação direta com os fatos objetos de apuração.

§ 2º - Para a apuração de fatos fora do território do Estado, a comissão poderá delegar atribuições a um de seus membros.

Art. 123 - Encerrada a fase de diligências, será o indiciado intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer alegações finais de defesa.

Art. 124 - Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, a comissão, em 15 (quinze) dias, remeterá o processo ao Defensor-Geral, com relatório conclusivo, no qual especificará, se for o caso, as sanções efetivamente aplicáveis.

Parágrafo Único - Divergindo os membros da comissão quanto aos termos do relatório, deverão constar do processo as razões apresentadas pelos divergentes.

Art. 125 - O Defensor-Geral da Defensoria Pública, ao receber o processo, procederá de um dos seguintes modos:

I - julgará improcedente a imputação feita ao membro da Defensoria Pública, determinando o arquivamento do processo ou designará outra comissão para mais completa apuração dos fatos;

II - aplicará ao acusado a penalidade de entender cabível, quando de sua competência;

III - sendo a sanção cabível a de demissão ou a de cassação de aposentadoria, encaminhará o processo ao Governador do Estado para a prática do ato competente se mantida a decisão pelo Conselho Superior.

Parágrafo Único - Da decisão proferida, caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 126 - Ao determinar a instauração do processo disciplinar, ou no curso deste, o Defensor-Geral poderá ordenar o afastamento provisório do indiciado de suas funções, desde que necessária a medida para a garantia da regular apuração dos fatos.

§ 1º - O afastamento será determinado pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, por períodos de 60 (sessenta) dias.

§ 2º - O afastamento dar-se-á sem prejuízo dos direitos e vantagens do indiciado, constituindo medida acauteladora, sem caráter de sanção.

Art. 127 - Aplicam-se, subsidiariamente, ao processo disciplinar de que cuida este Capítulo, no que couber, as normas da legislação processual penal e as da legislação atinente aos funcionários públicos civis do Poder Executivo do Estado.

CAPÍTULO V

DA REVISÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR E DO CANCELAMENTO DA PENA

Art. 128 - Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo disciplinar de que tenha resultado imposição de sanção, sempre que forem alegados vícios insanáveis no processo ou fatos e provas, ainda não apreciados, que possam justificar nova decisão.

§ 1º - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade imposta.

§ 2º - Não será admitida a reiteração do pedido de revisão pelo mesmo motivo.

Art. 129 - A revisão poderá ser pleiteada pelo punido ou, em caso de sua morte ou desaparecimento, pelo cônjuge, filhos, pais, irmão ou concubina.

Art. 130 - O pedido de revisão será dirigido à autoridade que houver aplicado a sanção, e aquela, se o admitir, determinará o seu processamento em apenso aos autos originais e designará comissão revisora, que terá metade dos prazos referidos no capítulo IV Título VI, para o concluir.

Parágrafo Único - A petição será instruída com as provas de que o requerente dispuser e indicará as que pretenda sejam produzidas.

Art. 131 - Julgada procedente a revisão, poderá ser cancelada ou modificada a pena imposta ou anulado o processo.

§ 1º - Se a pena cancelada for a de demissão, o requerente será reintegrado.

§ 2º - Procedente a revisão, o requerente será ressarcido dos prejuízos que tiver sofrido e terá restabelecidos todos os direitos atingidos pela sanção imposta.

Art. 132 - O membro da Defensoria Pública que houver sido punido com pena de advertência ou censura poderá requerer ao Defensor-Geral o cancelamento das respectivas notas em seus assentamentos, decorridos 3 (três) anos da decisão final que as aplicou. O cancelamento será deferido se o procedimento do requerente, no triênio que antecedeu ao pedido, autorizar a convicção de que não reincidirá na falta.

TÍTULO VII DO ESTÁGIO FORENSE

Art. 133 - É instituído o Estágio Forense, junto à Defensoria Pública, a ser realizado pelo corpo de estagiários, constituído de acadêmicos dos 2 (dois) últimos anos das Faculdades de Direito oficiais ou reconhecidas, sediadas no Estado do Paraná, os quais atuarão como auxiliares na instituição, desempenhando tarefas que lhes forem atribuídas, em consonância com o respectivo Regimento, editado na forma do artigo 11º, inciso IV desta Lei.

§ 1º - O Regimento, a que se refere este artigo, disciplinará o funcionamento do estágio forense, bem como estabelecerá os critérios seletivos dos estagiários e os de sua avaliação.

§ 2º - O Defensor Público, junto ao qual atuar o estagiário, deverá orientá-lo, distribuir-lhe tarefas e avaliar o seu desempenho.

Art. 134 - O estágio forense, desenvolvido pelo acadêmico, qualquer que seja o seu tempo de duração, não gera nenhum vínculo jurídico funcional, empregatício ou obrigacional, por parte do Poder Público, nem dá direito a pagamento de vencimento, salário ou qualquer outra forma de remuneração ou indenização.

TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 135 - Aplicam-se, subsidiariamente, aos membros da Defensoria Pública, as

disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, Constituição Federal, Estadual e Legislação pertinente.

Art. 136 - Os núcleos da Defensoria Pública existentes, terão seu funcionamento regulado através de Resolução do Defensor Geral da Defensoria Pública.

Art. 137 - O primeiro provimento dos cargos da carreira de Defensor Público, será feito com o enquadramento dos ocupantes da função de Defensor Público da Defensoria Pública do Paraná, na forma da lei Complementar nº 55 de 04.02.91 e artigo 22 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

§ 1º - Aqueles que preencherem os requisitos exigidos neste artigo, deverão comprová-los mediante requerimento à Secretaria de Administração no prazo de trinta dias da publicação desta lei.

§ 2º - O enquadramento de que trata este artigo, dar-se-á no cargo de Defensor público de 3ª classe, facultando o exercício na mesma comarca em que se encontra.

§ 3º - Ficam criados 25 (vinte e cinco) cargos de Defensores Públicos para o provimento de que trata este artigo.

Art. 138 - Concluindo o processo de aproveitamento do artigo antecedente, o provimento de cargos na Defensoria Pública dar-se-á exclusivamente por concurso público.

Art. 139 - Fica criado 1 (um) cargo em comissão de Defensor Geral, cujo ocupante terá vencimentos e vantagens atribuídos a Secretaria de Estado.

Art. 140 - A Defensoria Pública do Paraná ficará vinculada ao Governador do Estado.

Art. 141 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações constantes do Orçamento do Estado.

Art. 142 - Os integrantes da carreira de Defensor Público terão vencimento básico nos valores estabelecidos no anexo único, o qual absorve, incorpora e extingue todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente, percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, ressalvadas as vantagens previstas nesta lei.

Art. 143 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.92

(a) JOÃO IENSEN

LEI COMPLEMENTAR Nº 55

DATA: 04 de fevereiro de 1991.

SÚMULA: Institui a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 e 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e 127 e 125 da Constituição Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Defensoria Pública do Estado do Paraná, observados os artigos 134 e 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e 127 e 125 da Constituição Estadual.

Art. 2º - A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar gratuita assistência jurídica judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses, em todos os graus e instâncias.

§ 1º - A Defensoria Pública tem poderes para representar a parte em sede administrativa ou judicial, cumprindo a seus órgãos praticar todos os atos que lhes competir, do procedimento ou do processo contra o Estado, inclusive os recursais, ressalvados apenas os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

§ 2º - Considera-se necessitado para os fins deste artigo o brasileiro ou estrangeiro, residente ou em trânsito no País, cuja insuficiência de recursos, comprovadamente, não lhe permita pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios, sem prejuízo do seu sustento pessoal e de sua família.

Art. 3º - São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade, a impessoalidade e a interdependência funcional.

Art. 4º - São funções institucionais da Defensoria Pública:

I - Promover ação penal privada e subsidiária da pública;

II - Promover ação civil;

III - Promover defesa ou ação penal;

IV - Promover defesa ou ação civil e reconvir;

V - Atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar a pessoa sob qualquer circunstância, o exercício dos direitos e garantias individuais;

VI - Assegurar assistência aos seus

assistidos acusados em processo judicial o procedimento administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Art. 5º - Aos membros da Defensoria Pública é vedado especialmente:

I - Exercer advocacia, fora atribuições constitucionais;

II - Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública salvo uma de magistério;

III - Candidatar-se a mandato eletivo, salvo afastado das funções, sem remuneração.

Art. 6º - O Poder Executivo, em 180 (cento e oitenta) dias, enviará à Assembléia Legislativa mensagem dispondo sobre a criação e estruturação da carreira de defensor público, bem como fixando vencimento, vantagens, direitos e deveres e outras disposições cabíveis para o funcionamento da instituição.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Curitiba,
em 04.02.91.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 231/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O inciso I, do art. 23, da Lei 8933/89 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 23 - As alíquotas internas...:

I - GRUPO A: alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as seguintes operações com as seguintes mercadorias e bens:

- energia elétrica;
- bebidas alcoólicas classificadas nas posições 22.03, 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM-SH);

- fumo e seus sucedâneos manufaturados classificados no capítulo 24;

- perfumes e cosméticos classificados nas posições 3303, 3304 (exclusive 3304.91.0200), 3305 (exclusive 3305.10.0100, 3305.10.9900 e 3305.90.0100) e 3307 (exclusive 3307.90.0500);

- filmes cinematográficos e aparelhos fotográficos e cinematográficos nas posições 3706 (exceto os dos códigos 3706.10.0101 e 3706.90.0101) 9006, 9007 e 9008;

- peleteria e suas obras e peleteria artificial classificadas no capítulo 43;

- motocicletas com cilindrada superior

a 250 centímetros cúbicos, classificados nos códigos 8711.30 a 8711.50;

- asas-delta, balões e dirigíveis classificados nos códigos 8801.10.0200 e 8801.90.0100;

- embarcações de esporte e de recreio classificadas na posição 8903;

- armas e munições, suas partes e acessórios classificados no capítulo 93;

- gasolina;

- álcool anidro e hidrato para fins combustíveis;

- prestações dos serviços de telefonia".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A legislação paranaense do ICMS incorporou o princípio constitucional da seletividade de alíquotas em função do grau de essencialidade das mercadorias e serviços (Art. 155, inc. 2º, III, da CF-88). Entretanto, ao explicar as mercadorias e serviços que teriam carga tributária menos em razão de serem utilidades de consumo corrente ou, no jargão econômico, bens de salário e, por isso, de ampla demanda porque assimilados nos hábitos diários dos consumidores, esta legislação cometeu alguns equívocos. Colocou na vala comum de bens supérfluos alguns itens de perfumes e cosméticos que em nada mais se afeiçoam, no mundo atual, à característica de conspicuidade que a eles se atribuía em passado remoto.

Em verdade, alguns produtos do segmento perfumes e cosméticos estão hoje tão arraigados aos costumes dos consumidores de sorte, inclusive, a integrar procedimentos usuais de higiene pessoal. Outros há, ainda, que são buscados no mercado por escrita orientação médica e, daí, argumento maior para não serem tipificados como supérfluos.

Presentemente tributados à alíquota de 25% encontram-se os seguintes produtos da linha de perfumes e cosméticos:

- talco e polvilho, com ou sem perfume (classificação fiscal na NBM-SH 3304.91.0200),

- xampus com propriedades terapêuticas ou profiláticas (3305.10.0100);

- outros xampus (3305.10.9900);

- creme rinse (3305.90.0100);

- soluções para lentes de contato ou para olhos artificiais (3307.90.0500).

A proposta contemplada neste anteprojeto de lei é no sentido de, retirando-se estes produtos da lista do GRUPO A (art. 23, I, da Lei 8933.89), eles passariam, por exclusão, a integrar as mercadorias do

GRUPO C (art. 23. III, da Lei citada), submetendo-se, então, à tributação pela alíquota de 17%.

De observar, ademais, que os produtos nominados são hoje tributados pelo imposto sobre produtos industrializados (IPI) - exação federal que também utiliza o princípio da seletividade de alíquotas em função da essencialidade dos produtos, a teor do art. 153, inc. 3º, I, da CF-88) - à alíquota de 10% (dez por cento), o que exatamente caracteriza o nível de essencialidade em confronto com a generalidade dos perfumes e cosméticos, tributados pelo IPI a alíquotas que oscilam entre 30 e 77%.

De outro lado, os Estados vizinhos ao Paraná já praticam de, há muito, alíquotas minoradas de ICMS para esses produtos.

Tudo, portanto, se conjuga para sustentar recomendação com o objetivo de implementar, no Paraná, uma carga tributária menos gravosa para os produtos considerados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Brasil acorda para a grande realidade que é esta manifestação, antes e após o relatório da CPI. Nós temos certeza de que hoje, na Boca Maldita, o povo do Paraná estará maciçamente concordando com o relatório da CPI e dando apoio.

Nós acreditamos que a esta altura o Presidente da República tem dois caminhos: ou desiste, renuncia, ou o Congresso Nacional há de pedir o seu impedimento. Quando nós vemos tantas bobagens e tantas asneiras a nível de Governo Federal, nós do PDT não podemos deixar de registrar a nossa preocupação com a tomada de decisão de coisas sérias. O Brasil está precisando de homens sérios e de tomada de decisões sérias.

E, aqui no Paraná, quando achamos ou pensamos que a coisa há de ser conduzida, também, com seriedade, nós vemos um decreto vergonhoso, odioso e desrespeitoso em relação a esta Casa de Leis. S.Exa. o Governador do Estado do Paraná assinou Decreto 1562 e na maior "cara de pau", semelhante ao que faz o Collor, na maior "cara de pau" encaminha aos gabinetes decreto que demonstra, de fato, que as coisas no Paraná não são tão sérias como ele pensa ou como ele vende esta imagem.

E nós, do PDT, queremos protestar contra este tipo de brincadeira que se faz, onde o Governador achando que decretando ou criando um decreto vergonhoso desta forma, ele está atingindo o Poder Legisla-

tivo. É bom que fique claro, no nosso entendimento, no entendimento da Bancada do PDT, o Poder Legislativo não é uma continuidade do Poder Executivo. Mas, lamentavelmente se faz este tipo de brincadeira. Lamentavelmente, quer-se ou pensa-se que o Poder Legislativo é uma seqüência do Poder Executivo e que todos nesta Casa devam falar de joelhos com o Governador do Estado do Paraná!

Nós parabenizamos a iniciativa desta Casa. Nós parabenizamos a iniciativa de S.Exa. o Presidente desta Casa quando, de forma corajosa, respaldado pelo que a maioria aprovou, que era a revogação do Decreto que acabava com a data-base dos servidores públicos do Paraná. Demonstrando de fato como as coisas são feitas, e eu acho que isto deve ser coisa de algum psicopata, eu creio que coisas desta natureza só podem partir de quem de fato não tem responsabilidade, quando diz que fica transferida para a data de 1º de abril a data-base de nascimento dos Deputados que propuseram e votaram o Decreto Legislativo nº 003/92.

Faltou incluir que o dia 1º de abril deve ser a data de nascimento do Governador do Paraná e daqueles que acompanham ato desta natureza, porque o Paraná não pode ser desrespeitado pelo desejo do Governador do Paraná em relação aos atos tomados e aprovados pela Assembléia Legislativa desse Estado.

Nós somos visceralmente contra, apoiamos a decisão e aprovamos nesta Casa o que encaminhou a Bancada do PDT, lamentamos que ainda se brinque designando o nome do companheiro respeitado neste Parlamento o Deputado Florisvaldo Fier e nós acreditamos que de fato o coordenador das coisas que não está se fazendo a nível de Paraná, deve ser de responsabilidade do Governador Roberto Requião.

Estão aí os funcionários passando necessidade, está aí uma falta de política definida para pessoal, está aí uma necessidade de se fazer alguma coisa pelo Estado do Paraná e não desafiar, brincar com o Poder Legislativo que aprovou, se está errada a decisão do Poder Legislativo, que S.Exa. o Governador do Paraná recorra aos meios, como nós temos feito e como tem feito a Assembléia Legislativa, os meios legais, aos caminhos legais, mas que não venha com brincadeira vergonhosa, não venha com brincadeira desrespeitosa, maldosa, como faz o Governador do Paraná quando baixa Decreto desta natureza.

Não é desrespeito a mim, para mim não serviu, serviu talvez isto, para demonstrar de fato a forma como o Governo do Paraná quer Governar esse Estado, quer fazer com que nesta Casa todos falem de joelhos com ele e nós não o faremos, a Banca-

da do PDT se posiciona contra esse tipo de postura, num momento crítico que se pede seriedade nesse País, vem o Governador do Paraná brincar com a seriedade nesse País, vem o Governador do Paraná brincar com a seriedade do Poder Legislativo.

Isso tudo é lamentável e a Bancada do PDT condena atos dessa natureza, chega Presidente Collor que tem brincado com o povo brasileiro, tem brincado com essa nação, tem tentado desrespeitar o Congresso Nacional. E não podemos admitir que o Governo do Paraná quando devia tratar das questões de interesse do Paraná procura desafiar, procura menosprezar, procura tratar com desrespeito o Poder Legislativo.

Isso tudo é lamentável, isso não pode acontecer, não podemos admitir em hipótese alguma e a Bancada do PDT se posiciona contra essa vergonha, contra essa brincadeira, brincadeira que o Governador do Paraná deveria estar fazendo com aqueles do Palácio Iguazu, ou com aqueles que somente sabem lhe dizer amém, talvez esse tipo de postura sirva para esses e não para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Projeto de Constituição atribuído a Capistrano de Abreu (Lê):

"Art. 1º - Todo governante deve ter vergonha na cara e amar o povo.

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições contrárias."

Ontem, ao passar em frente ao Colégio Dona Rosa Saporski, nas Mercês, surpreendi-me com um muro pichado "Requião, vulgo Maria Louca".

Primeiro, achei engraçado, depois, até um pouco de falta de respeito com o Governador do nosso Estado.

Entretanto, esse sentimento não durou mais que meia hora, porque ao chegar na Assembléia, recebi uma cópia do Decreto nº 1562, de 21 de agosto. E, pela análise do Decreto do Sr. Governador, só posso chegar a duas conclusões: ou o muro do Colégio Rosa Saporski está certo ou está faltando trabalho no Palácio Iguazu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupe esta Tribuna para abordar hoje, o que considero a atitude mais grave tomada até hoje, pelo Governador Roberto Requião. A tentativa vil e repugnante de espinafrar o Poder Legislativo.

Nem mesmo a harmonia entre os Poderes, concebida no auge do iluminismo pelo Barão de Montesquieu, pode sobreviver as sandices do Governador do Estado.

Causa vergonha e até nojo a atitude do Governador Requião, utilizando-se de documentos oficiais para, sob o pretexto de uma brincadeira, perverter a ordem Legislativa e atingir a soberania deste Poder.

"Vade retro, satanás!", para usar das palavras santas e expulsar o anti-cristo da democracia no Paraná.

Esta Casa, utilizando-se de uma prerrogativa constitucional, votou e aprovou o Decreto nº 003/92, sustando o Ato Executivo que extinguiu a data-base dos servidores.

Requião não suportou a manifestação legítima e constitucional do Poder Legislativo. E que ele pensa que ainda reina no absolutismo e que o Estado deve ser administrado como uma concessão entre amigos e parentes, vassalos por natureza e interesses fisiológicos.

O ato da Assembléia tirou o valor da medida anterior do Governador. Ela não serve mais para nada, a não ser para lixo reciclável. Mas o Governador quis provar ao Paraná que há mais coisas suas que não servem para nada, aliás, nem para lixo reciclável.

Profundamente lamentável.

Irado, como Requião sempre é com relação àqueles que contrariam suas vontades, resolveu fazer uma brincadeira de péssimo gosto com a Assembléia. E deve pagar por isso.

Concebeu no ventre estrumado de um Palácio infetado que já produziu "Ferreirinha" e "Baiano da Foice", o tal Decreto nº 1562, transferindo para o dia 1º de abril o aniversário dos Senhores Parlamentares. Não só dos que votaram favoravelmente ao Decreto 003/92, mas de todos os Senhores, por isonomia.

Ora, tenha paciência, Governador. Utilizar-se do timbre do Paraná para oficializar seu humor piegas é medíocre! Onde está a sua postura de homem público? Onde está o respeito do chefe de um Poder para com os membros do outro?

Requião poderia ter recorrido ao Supremo, como já fez em outros casos. Mas em vez de procurar o Judiciário, procura na iminência parda de genialidades.

O caminho da ridicularização, da palhaçada, da desmoralização.

Sabe Requião, o Iguazu não é a sua casa, onde pode-se aprontar loucuras a vontade. O Palácio é a casa do povo do Paraná. Que vergonha, Requião!

Que vergonha, Paraná!

Minha vida política tem o mesmo tamanho da sua: quando o Senhor foi eleito Deputado, em 1982, eu ia para a Câmara Municipal de Curitiba, e poucos conhecem o seu estilo de Governar como eu, que fui responsável pelas mais sérias denúncias a sua administração em Curitiba. Mas sempre pau-

tei pelo respeito, sempre fui cordial com V.Exa.

Mas não serei desta vez, porque qualquer interno do bom retiro merece tratamento digno porque pelo menos reconhece e trata a sua demência.

Eu não posso ser cortês com quem sequer respeita o Poder Legislativo. Eu não posso ser cortês com quem quer submeter a ordem a seus próprios interesses, eu não posso ser cortês com um totalitário em pleno século 21, nas portas do III milênio.

Eu nasci no dia 08 de dezembro, Requião. Dia da Justiça e de Nossa Senhora da Conceição, filho de dois italianos pobres mas trabalhadores: Albina Túlio, com 92 anos e seu Joanim com 96 anos. Gente humilde, Deputados, mas que ajudou a construir esta cidade e este Estado com muito suor e muita lágrima. Gente que está envergonhada com a atitude do Governador, gente que foi humilhada pela insensatez do ocupante casual do Iguaçu.

Nasci no dia 08 de dezembro e continuo fazendo aniversário nessa data. Que fique o dia 1º de abril para os mentirosos, que enganam o povo nos palanques eleitorais, que prometem trabalho e seriedade, mas usam das elevadas funções públicas para brincadeiras doentias e desrespeitosas.

Certamente essa peça legislativa entrará para a história do Paraná como a maior contribuição do Senhor Governador Requião a nossa administração pública. É como os homens podem revelar todo o seu caráter através das palavras.

É lamentável que ao invés de trabalhar pelo povo do Paraná, o Governador se entretém fazendo gracinhas. É lamentável que enquanto nossos servidores padecem com o maior arrocho salarial da história, o Governador perca o tempo de trabalho pago pelo povo para fazer barbaridades.

Eu não faço aniversário no dia 1º de abril, Governador. Faço no dia 08 de dezembro, aniversário também da morte do poeta português Sidônio Muralha, que o Senhor costuma citar. E vamos citá-lo para dizer do preço que custa um caráter. Um caráter sério e honrado, um caráter que não pára, nem esquece.

O desrespeito de Requião já atingiu o Poder Judiciário, anteriormente.

Eu tenho aqui uma carta do Dr. Rubens Vasconcelos Calixto, tabelião do Cartório de Registro Civil de Engenheiro Beltrão. E suas palavras caem exatas neste momento:

(Lê) "Segundo algumas fontes, foi excluído do exército a bem da disciplina.

No convívio com as pessoas torna-se traícoeiro e devorador.

Elegeu-se Governador do Estado através do engodo, fraudando o resultado das eleições com a armação do personagem Ferrei-

rinha... por comportamento inconveniente e irresponsável foi expulso de seu partido, o PMDB. Contra os superiores interesses do Estado do Paraná e de seu laborioso povo, tornou-se inimigo dos três Senadores: Afonso Camargo, José Eduardo e José Richa, quando o correto seria a união para o bem de todos.

Por último, atritou-se com o Poder Judiciário."

Este, lamentavelmente, é o perfil do Governador Roberto Requião, o moralista de ocasião.

Com toda essa irrequietude, pobre do Paraná!

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero que as minhas palavras sejam entendidas como verdadeira indignação com a atitude do Governador Requião e mesmo a repulsa que sinto por tê-lo como Chefe do Executivo. Sou membro deste Poder e sinto no meu mandato, quando esta Casa é atingida.

"Vade retro, satanás", e se tiver coragem, adote para si o projeto de constituição de Capistrano de Abreu. Certamente que isto não lhe será possível, porque vergonha na cara e amor ao povo soam tão falso para sua Excelência, quanto as palavras do Senhor na boca de Satanás.

"Vade retro" e nos deixe em paz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atingido também foi o Deputado Dr. Rosinha. Lamento profundamente, não posso aceitar este tipo de brincadeira.

Tenho muito orgulho do dia em que nasci, tenho certeza que eu dei alegria a minha mãe e ao meu pai, não sei se esta mesma alegria foi dada pelo Sr. Governador aos seus pais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quanto ao Decreto do Sr. Governador vou reservar para falar no Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Agora venho a esta tribuna para comunicar aos Deputados que não estiveram presentes, na manhã de hoje, na grande manifestação pública dos estudantes da nossa capital, pelo "Fora Collor". De acordo com a avaliação de alguns policiais militares que lá se encontravam, 40.000 pessoas compareceram numa passeata pedindo o fora de Collor da Presidência da República.

Foi o maior ato da juventude paranaense na história de Curitiba, o de hoje de manhã.

Nesse momento eu convido a todos os Senhores Parlamentares que querem dar um basta à corrupção, que querem a decência e

a ética na política, para comparecermos às dezessete horas na Boca Maldita, em mais um ato público de repúdio a política de Collor de Mello.

Também aproveito para comunicar aos Srs. Deputados que não tomaram conhecimento, que o símbolo do Estado do Paraná - aquele símbolo que foi modificado no Governo Álvaro Dias - foi modificado de maneira inconstitucional, e graças a uma ação do advogado Francisco Lacerda, ação esta assinada por mim, foi declarado inconstitucional o novo símbolo instituído no Governo Álvaro Dias.

O símbolo que coloca o semeador no lugar do seifador, o símbolo, que em desrespeito ao Gaveão do Paraná, colocou a Arpia como representante do nosso Estado, o símbolo que tem os três planaltos perfeitamente designado, colocando o sol à direita e os três planaltos à esquerda, e que foi invertido por aquele Projeto de Álvaro Dias, em desrespeito ao Estado; e ainda mais, causando grandes prejuízos econômicos ao Estado do Paraná, uma vez que foi necessário mudar todos os impressos paranaenses.

Entramos na justiça, assinamos tal processo, e entramos antes que se desse essas despesas, como a justiça é lenta somente este ano foi julgado.

Portanto, acarretará infelizmente alguma despesa a mais para ser reimpresso o símbolo antigo, uma vez que o Tribunal de Justiça, por unanimidade, disse que é inconstitucional aquela Lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Corazza com a palavra.

O SR. ALBINO CORAZZA - Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Ocupo a tribuna para registrar nesta Casa e à opinião pública do Paraná perante o resultado da CPI que foi divulgado ontem uma manifestação de protesto e de revolta sobre tudo o que aconteceu com o nosso Presidente da República ligado ao famoso caso PC.

Como cidadão brasileiro, como democrata, como político e pai de família não posso ficar calado ao ver o nosso Presidente da República, eleito pelo povo brasileiro, estar envolvido em tamanho escândalo e corrupção. Acredito que o povo brasileiro deve despertar e se mobilizar para exigir a renúncia do nosso Presidente da República.

Não é boa a solução aguardar um desfecho de um "impeachment" que pode demorar meses e até anos, nós queremos é a renúncia do Presidente da República, porque o nosso Presidente da República, envolvido em corrupção, traidor da confiança do povo brasileiro não merece continuar na frente

dos ensinos deste País.

Manifestamos esta opinião como já fizemos na imprensa de Toledo na data de ontem no Horário Eleitoral Gratuito, o PDT de Toledo já se manifestou e a comunidade toledana está se organizando para atos de protestos públicos exigindo a renúncia do nosso Presidente da República. E que esse exemplo sirva de alerta a nós políticos brasileiros, que o que aconteceu a nível nacional não aconteça a nível estadual e a nível municipal.

Nós que temos as eleições municipais agora dentro de poucos dias é importante que a política brasileira se recupere e recomece uma nova etapa. Os PC's não só existem em Alagoas e em Brasília, existem espalhados pelo Brasil inteiro e a nossa legislação eleitoral deve ser modificada para evitarmos que exemplos como esse continuem acontecendo no País.

Já tive oportunidade de, nessa tribuna, colocar a opinião pública do Paraná, registrar nesta Casa o problema ou a situação eleitoral do Município de Toledo, onde o poder econômico conseguiu unir nove siglas partidárias, todas elas manipuladas e pressionadas pelo poder econômico.

Voltamos a essa tribuna para dizer que Toledo, a população está sendo despertada e motivada para não vender a sua consciência e não vender o seu voto.

A imprensa local, na sua grande parte já subordinada e manipulada pelo poder econômico, já não registra a verdade dos fatos. E nós queremos que a imprensa regional, estadual, e mesmo nacional, acompanhe essa situação anormal da sucessão eleitoral de Toledo e possam registrar os fatos para que o abuso do poder econômico não mude a vontade da maioria do povo de Toledo.

E estamos neste momento encaminhando à Mesa desta Casa um pedido de licença, onde vamos nos dedicar inteiramente à campanha eleitoral do Município de Toledo como candidato do Partido Democrático Trabalhista. Queremos nos licenciar de 1º de setembro à 3 de outubro para, com a nossa presença física e permanentemente em contato com o povo, evitarmos que o dinheiro, o poder econômico, a imprensa manipulada, grande parte em Toledo possa mudar a decisão consciente da família de Toledo.

Registro esses fatos, e após o resultado das eleições voltaremos a essa tribuna para levar ao conhecimento desta Casa e do povo do Paraná a luta da democracia, a luta da liberdade, da consciência popular contra o poder econômico que às vezes quer comprar a consciência do povo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao horário das Lideranças.

Nilton Barbosa com a palavra.

Ausente.

José Tavares com a palavra.

SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Falo no Horário da Liderança do meu Partido nesta tarde para registrar aqui, com certeza, a posição e a opinião dos meus companheiros porque sei que ela expressa não só o meu sentimento como o sentimento de toda essa Casa, com certeza, a respeito do momento político que estamos vivendo.

Eu acho hoje que no Brasil não exista uma só pessoa que não faça uma reflexão sobre o que está acontecendo neste País. Acho, também, que não existe desilusão maior para o cidadão sobretudo quando este cidadão, como é o meu caso, desde de 1972 se engajou numa luta pelo reestabelecimento do Estado e do direito democrático neste País começando pela anistia, ampla, geral, irrestrita, depois, pelas campanhas das Diretas, vivendo a desilusão da sua derrota na noite de 24 de abril de 1984. Na sequência, ainda o Colégio Eleitoral, a frustração que todos nós fomos acometidos pelo resultado daquela eleição indireta com a posse de Sarney e não de Tancredo; o desdobramento do Governo da Nova República que, quer queiramos nós do PMDB ou não, tivemos participação direta na sua implantação e pagamos muito caro o preço dos desvios a que a Nova República submeteu este País.

Na sequência, tivemos a eleição direta para Presidente da República, consequência da Assembléia Nacional Constituinte que foi incompreendida num determinado momento e que agora, felizmente, começa a ser melhor interpretada pelo povo brasileiro.

O Presidente Fernando Collor de Mello foi meu colega na Câmara dos Deputados, privei da sua amizade, conheço, razoavelmente bem, a sua vida. Eu dizia na campanha presidencial que votar em Collor era uma loucura pelo seu passado, e as pessoas davam risadas de mim. Cheguei até, Senhor Presidente, perder algumas amizades que eu construí ao longo da minha vida porque eu dizia aos meus amigos que era um risco muito grande embarcar naquele barco "collorido", porque o passado de Collor assim apontava. E hoje nós estamos aqui. Eu nunca vi na minha vida caso semelhante.

Tenho assistido aí os noticiários de rádios, de televisões, lido artigos de jornais, testemunhando que é uma das maiores crises que esta Nação já viveu. Olha, Senhor Presidente, meus caros colegas, eu acho que é a maior crise que esta Nação já viveu. Dos meus quarenta e três anos de idade, se conheço razoavelmente a história do Brasil, eu posso afirmar sem medo que

esta é a maior crise moral, política da história desta Nação.

Não conheço outra que se assemelhasse a esta: Presidente envolvido em crimes de falsidade, Presidente envolvido em corrupção ativa e passiva no seu mais alto grau, Presidente envolvido em desvio de recursos públicos, desfalque de dinheiro público. Um homem que sintetizou, num determinado momento, todas as esperanças de uma nação inteira. É, realmente, para qualquer um ser tomado de uma profunda desilusão e desencanto.

Quando eu olho para trás e começo a rememorar toda essa nossa luta, eu começo a me perguntar, Sr. Presidente: será que foi para isso que todos nós lutamos um dia? Será que foi para viver esta triste realidade que todos nós lutamos um dia? Será que foi por isso que eu entrei na política?

Eu me lembro, Sr. Presidente, que quando eu começava a minha caminhada na política no PMDB, eu usava sempre uma frase de um trecho de um poema de um poeta chileno que dizia mais ou menos assim:

"Se eu não me queimo

Se tu não te queimas

Quando que as trevas

se tornarão claridade?"

Este poema acompanhou a minha carreira até os dias de hoje e foi exatamente dentro deste espírito que eu me conduzi na vida pública. Mas será que valeu a pena?!

O que os meus filhos, os filhos de Vs. Exas. estão a imaginar nos dias de hoje, com o exemplo mais negativo que o Chefe da Nação está dando a todo povo brasileiro?

O que é que nós podemos esperar de uma Nação, cujo Chefe Maior, depois de 29 anos de luta, eleito pelo povo brasileiro age desta maneira?

Portanto, meus queridos colegas, a razão da minha presença aqui é apenas para registrar nos Anais desta Casa, a minha posição, que sei ser a posição do meu partido e de todos os meus colegas aqui nesta Casa.

O momento é histórico. É uma hora de reflexão profunda. Eu não sou homem muito dado a tribuna, de viver constantemente nos microfones desta Casa, para fazer pronunciamentos, mas tem hora que a gente não se contém.

Sabendo eu que pouco importa que este meu discurso, pouco importa este meu pronunciamento, mas é o registro de uma posição numa das Casas Legislativas deste País, no momento de profunda perplexidade que vive toda a sociedade brasileira.

Eu acho que a solução é uma só. A solução é o Congresso Nacional agilizar a votação do parecer do Senador Almir Lando, fazendo com que os trabalhos da CPI sejam

urgenciados, concluídos e a Câmara dos Deputados possa receber a denúncia e autorizar o julgamento do Sr. Presidente da República perante o Senado Federal.

Este País não suporta mais 30 dias de paralisação. Esta crise política não pode continuar por mais tempo Sr. Presidente.

Por esta razão é que estou encaminhando um requerimento com poucas linhas, para cujo texto pelo apoio a V.Exa. para que seja enviado telex as nossas lideranças no Congresso, expressando o sentimento aqui do povo do Paraná, no sentido de que os trabalhos da CPI sejam agilizados, urgenciados e o parecer do relator seja votado o mais rapidamente possível, Deputado Dobrandino, porque esta Nação não suporta mais este clima de perplexidade e de paralisação, que se vote rapidamente o "impeachment" do Presidente da República, que ele seja afastado do cargo nos termos da Constituição, que assuma o vice-Presidente Itamar Franco e que esta Nação continue caminhando, apesar de todas as dificuldades, porque não é possível mais esperar, nem uma semana, quanto mais, Sr. Presidente, se tivermos que aguardar para depois da Semana da Pátria a análise do parecer do relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O momento nacional, todos nós, políticos ou não políticos, a Nação estarrecida, está acompanhando - como ontem praticamente parou o Brasil para ouvir o relatório da CPI do Senador Almir Lando.

Aguarda-se as decisões, o povo está nas ruas, os estudantes fizeram no dia de hoje, estão fazendo movimento que há muito tempo não se via no País.

O nosso partido PST, tendo a sua frente o ex-Governador Álvaro Dias já tomou a sua posição: fechou questão com relação inclusive ao voto dos nossos Parlamentares a nível de Câmara Federal, orientando a todos que votem pelo "impeachment".

E a nossa posição não é diferente. A nossa posição também é favorável pelo "impeachment". E hoje, teremos a oportunidade, às 17 horas, de participarmos ainda de um movimento "pró-impeachment" aqui em Curitiba.

Então, não vejo, de certa maneira, usarmos todo o Horário da Liderança do nosso Partido para falarmos sobre a questão nacional. Precisamos também nos ater às questões estaduais. Precisamos, Senhor Presidente, mesmo fazendo parte do bloco de sustentação ao Governo nesta Casa, darmos alguns puxões de orelhas em integrante

da sua equipe. Elementos do primeiro escalão, do segundo escalão do Governo Estadual, que frustrados nas urnas buscaram cargo no Governo, como é o caso específico do de novo candidato, profeta, pastor Abrahão, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná, que já se antecipa a campanha de 94 numa situação até constrangedora, e começa a usar a estrutura de governo, correndo interior do Estado com desrespeito às suas verdadeiras lideranças(?).

O profeta e pastor Abrahão em 90 foi candidato a Deputado Estadual, teve uma votação irrisória de aproximadamente três mil votos. E segundo informações dos seus próprios companheiros já percorre o Paraná usando as aeronaves do Estado em campanha a Deputado Federal, extrapolando inclusive sua área.

Senhor Presidente, como integrante do bloco de sustentação do Governo nesta Casa, como Vice-Líder do PST, eu gostaria que o Líder da Bancada do Governo, do PMDB, nos ouvisse com um pouco de atenção para voltarmos a novembro de 91 quando eu entrei com requerimento nesta Casa ao Senhor Secretário de Educação, pedindo a ele algumas informações como o surgimento dos novos cursinhos que naquela época se degladiavam via televisão aqui em Curitiba.

Foi exatamente, Senhor Presidente, no dia 26 de novembro de 91 e o Senhor Secretário da Educação, não sei se da direita, da esquerda ou de centro ou se de regra três, porque está mais para ditador do que para democrata, até hoje não me respondeu.

Não bastasse isto, Senhor Presidente, no final de semana passada nós tivemos a abertura dos Jogos Regionais da nossa região, região que orgulhosamente ao lado do Deputado, eminente companheiro Nelson Garcia, representamos nesta Casa, não fomos comunicados pelo Senhor Secretário da sua presença, para que pelo menos pudéssemos convidar os nossos companheiros da região e proporcionar ao Senhor Secretário uma acolhida no aeroporto daquela cidade. Não bastasse isto ele invadiu até área de outra Secretaria.

Invadiu área da Secretaria da Agricultura, e informações que nos chegaram diz até do desconhecimento do próprio Secretário da Agricultura, não sabia quando lá em Umuarama na sede da Associação dos Municípios de Entre Rios o Secretário assinava um convênio da ordem de cem milhões de cruzeiros com a Associação dos Açougueiros de Umuarama.

O jornal "Umuarama Ilustrado" traz na sua chamada: "O Secretário da Educação do Paraná, Elias Abrahão, representou o Secretário da Agricultura e Abastecimento, Osmar Dias, numa reunião onde repassou verbas de 100 milhões de cruzeiros para a

construção de um matadouro municipal".

A informação que recebeu é que desconhecia nesse ato até o Secretário Osmar Dias, da Agricultura. Todos os jornais estamparam, e esteve lá o Senhor Secretário de Educação reunido com a Associação dos Açougueiros, assinando convênio da ordem de 100 milhões de cruzeiros.

Eu gostaria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de poder receber o Senhor Secretário de Educação no aeroporto da nossa cidade - a cidade de Umuarama - para assinar convênio de construção de sala de aula, que temos falta; para assinar convênio de construção de laboratórios ou de equipamentos que fazem falta na nossa região, e os nossos pedidos estão sendo esquecidos.

Por isso Senhor Presidente, nobres companheiros Deputados, Deputados que conosco fazem parte do bloco de sustentação do Governo, sempre disse que faço parte com satisfação do bloco que dá sustentação ao Governo como fiz parte da campanha do Governador Roberto Requião que, com muito prazer, estivemos junto com diversos companheiros do Paraná, ao lado do companheiro e ex-Governador Álvaro Dias; mas não podemos admitir que pessoas frustradas com as urnas usem hoje a estrutura do governo para fazer passeatas, para fazer piquenique nas nossas regiões, faltando com respeito àqueles que conhecem os problemas da região verdadeiramente e que aqui a defendem.

O Senhor Presidente deve estar lembrado - bem como os demais Deputados aqui presentes - que, por diversas vezes, nós viemos até esta tribuna para dizer da segurança pública na nossa região.

E há tempos atrás, para nossa tristeza, para a tristeza do Deputado Nelson Garcia, que também é Deputado pela nossa região, liberaram 120 milhões de cruzeiros para a área da segurança.

Nem o Deputado Nelson Garcia e este Deputado que vos fala, foram participados pelo Secretário de Segurança.

Quero deixar aqui o meu aviso ao companheiro e Deputado Orlando Pessuti, Líder do Governo, Líder de Bancada, que não irei admitir brincadeiras desta natureza por parte dos Secretários de Estado.

Assim como foi há 40 dias passados e que solicitávamos a sua interferência, o mais novo e fresco Secretário, o Secretário de Meio Ambiente, que também desrespeita as lideranças da região. Fica aqui o meu protesto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Orlando Pessuti, continuaremos integrando o bloco do Governo, continuaremos dando sustentação ao Governo, mas queremos e aguardamos as mudanças necessárias para que os Secretários de Estado, para

que os membros do Governo, sejam de segundo e terceiro escalão, não faltem com o respeito a esta Casa e não faltem com o respeito para com os verdadeiros representantes das regiões que compõem o Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu estou aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores para dizer que não aceitamos a brincadeira de mal gosto feita pelo Senhor Governador através do Decreto 1562.

Acostumado a ditar as ordens aos seus assessores, acostumado a gritar dentro do Palácio Iguaçu quando se vê constrariado, acostumado a impor à Bancada que lhe sustenta aqui neste Parlamento toda a sua vontade, se sentiu agredido quando este Poder, dentro do que lhe é cabível, dentro do que é constitucional, declarou inconstitucional o decreto que suspendia a data-base.

Nós Deputados, dentro do que nos foi designado como legisladores, obedecendo a Constituição Federal e Estadual, cumprimos o nosso papel. Mas, para o Governo Requião não basta querer fazer de todos os servidores públicos estaduais seus servidores.

Desejou fazer de nós Deputados, os seus servidores, como se nós não pensássemos, como se nós só disséssemos a ele "sim, Senhor". E nós não somos objeto do ditador do Palácio Iguaçu, que acha que por decreto ele pode ficar governando durante quatro anos! Ele faz seus decretos e pensa que pode, através deles, nos submeter. E agora, através deste 1.562, pensou que iria nos humilhar. E na nossa opinião, foi a pior coisa que ele fez!

E ainda coloca o dia 1º de abril, data de aniversário da ditadura, como provavelmente em memória à ditadura que massacrrou, que assassinou, que torturou brasileiros! Provavelmente em razão a isso, ele coloca esta data para dizer que fazemos aniversário no mesmo dia.

Em nome do PT nós cobramos do Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, que manifeste a posição desta Bancada, se ela aceita este tipo de brincadeira! Se ela aceitar, é porque ela é subserviente, como ele quer que sejamos todos nós. E quem brinca com o sério, provavelmente não deve ser levado a sério em qualquer outra posição.

Se nós agimos, constitucionalmente com seriedade, com a seriedade do Governador,

quando coloca posições políticas a nível nacional como pedindo o "impeachment" de Collor; se brincou com o sério, quem diz que um seu ato político outro não é brincadeira? Coloca em dúvida toda a sua ação política e todo o seu ato político, porque já não sabemos mais se é brincadeira ou é sério.

O que nos resta, neste momento, é pedir que o Governo Roberto Requião vá até uma clínica e se submeta a um exame de sanidade mental, porque chegar neste nível de brincadeira é de alguém desequilibrado mentalmente, para desrespeitar a Assembleia Legislativa, como desrespeitou neste sábado ao divulgar pela imprensa o Decreto 1562.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 32/92, subscrito pela Senhora Deputada Lygia Pupatto, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25 do corrente mês, em virtude de estar representando a Bancada do PT, no Município de Londrina. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° 448/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando dispensa da Sessão Plenária do dia 20 do corrente mês. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° 721/92, subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 20 a 27 do corrente mês, em função de viagem ao Oeste do Paraná. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° SPB 1377/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 20 próximo passado, em virtude de compromissos em sua Região. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° SPB 1381/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente, solicitando licença no período de 01 de setembro a 03 de outubro do corrente

ano, para tratar de assuntos particulares.

Aprovado. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Antônio Annibelli, Erondy Silvério e demais Senhores Deputados, solicitando com base do Regimento Interno a diminuição do interstício para a realização de uma Sessão Extraordinária logo após a presente sessão para apreciação dos Projetos de Lei que tratam de aumento dos funcionários públicos do Estado. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós não podemos concordar com este Requerimento e é mais uma prova de que está virando praxe, quando o Governador Roberto Requião encaminha a esta Casa discussão sobre aumento salarial dos servidores públicos, sempre vem neste atropelo, sem sequer dar tempo a que os Deputados possam discutir, aperfeiçoar, dar sugestões, emendas e assim por diante.

Nós não podemos e conclamamos os Senhores Deputados a não aprovarmos esta Sessão Extraordinária logo após esta, porque nós temos, numa prévia discussão, entendida a necessidade de apresentarmos Emendas a esses Projetos e isto se tem condições de fazer em 2ª Discussão, portanto na data de amanhã.

Nós não podemos concordar que no atropelo mais uma vez se vote os aumentos dos salários dos servidores do Estado que vem sendo sempre desrespeitado nas suas reivindicações na questão salarial. E até porque no atropelo não discute as necessidades, as questões necessárias do Regime Único e etc. dos servidores do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós acreditamos até que este requerimento mereceria ser aprovado nessa Sessão Plenária, se de fato tivesse havido uma discussão mais clara e mais transparente com relação a Mensagem do Governo que diz do reajuste dos servidores públicos.

A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, já levantou a sua preocupação

hoje com o Secretário da Administração que esteve presente àquela Sessão, externando a sua posição de que os Projetos venham com uma antecedência mínima de quinze dias, em que o Senhor Secretário concordou. Neste momento, mais uma vez, nós nos deparamos com uma pressa que sabemos até que poderão querer explorar quando disserem que nós não concordamos com uma Sessão Extraordinária, hoje é dia 25, se o Governo de fato tivesse preocupação com os salários dos Servidores e com a sua situação eles teriam encaminhado uma discussão bastante prévia com esta Casa; nós estamos votando de afogadilho como bem já frisou o Deputado que me antecedeu e nós havíamos registrado já o PDT na pessoa da Emilia Belinati e do Deputado que vos fala, já havíamos registrado a nossa posição contrária a esta postura do Governo no envio de uma Mensagem de afogadilho. E deixamos bem claro e esta é a postura da nossa bancada nesta Casa, de que nós da Bancada jamais daremos parecer ou daremos cobertura a qualquer Projeto de afogadilho do Poder Executivo, isto porque, não é a primeira Mensagem que nós vemos embutidos alguns prejuízos aos servidores.

Por isto, a pressa em querer se fazer uma Sessão Extraordinária após esta, não justifica de que o Estado não vai ter condições de pagar os salários dos servidores, se o Estado quiser pagar e se tivesse o respeito que diz ter pelos servidores, não estaria mandando uma Mensagem desta natureza, que sem dúvida, a partir do mês que vem muitos segmentos dos servidores públicos estarão ganhando salários inferiores ao salário-mínimo, e nós estamos assistindo em todos os cantos desta Casa, em todos os cantos do Estado a preocupação crescente em relação as manifestações de descontentamento dos servidores públicos do Paraná.

Por isto, esta proposta de afogadilho, representa de fato, não querer aceitar a discussão do Substitutivo apresentado pelo Deputado Nelson Justus e não aceitar também que Emendas sejam apresentadas à Mesa. Nós temos a preocupação do Governo pedir autorização a Casa para legislar por Decreto os salários dos servidores, as suas gratificações, isso é uma coisa muito preocupante, não podemos, a Bancada do PDT não vai concordar com a assinatura de uma promissória em branco em cima de tantas questões que tem acontecido a nível de Estado do Paraná.

Por isto, não concordaremos em hipótese alguma, somos favoráveis a aprovação do reajuste dos servidores, mas, jamais, concordaremos com essa postura do Governo do Estado em mandar as Mensagens de afogadilho tirando o direito dos servidores e não aceitando a discussão por parte deste Par-

lamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Iniciamos a votação do requerimento.

Senhores Deputados que aprovam a Sessão Extraordinária conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PAULO MAIA - Também do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 62/92, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., com PARECER FAVORÁVEL da C.F..

PROJETO DE LEI Nº 226/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

- I - A partir de 1º de agosto de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta lei;
- II - a partir de 1º de setembro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta lei.

Art. 2º - A tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo art. 107, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973 com a alteração dada pelo art. 2º da Lei nº 10.000, de 26 de junho de 1992, passa a vigorar com os seguintes índices:

- 1 - Oficiais Superiores
Coronel..... 1.000
Tenente Coronel..... 913
Major..... 872

- 2 - Oficiais Intermediários

Capitão.....	800
3 - <u>Oficiais Subalternos</u>	
Primeiro Tenente.....	731
Segundo Tenente.....	658
4 - <u>Praças Especiais</u>	
Aspirante a Oficial.....	532
Aluno (3º ano).....	477
Aluno (2º ano).....	447
Aluno (1º ano).....	427
5 - <u>Praças</u>	
Subtenente.....	532
1º Sargento.....	477
2º Sargento.....	447
3º Sargento.....	427
Cabo.....	382
Soldado 1ª Classe.....	370
Soldado 2ª Classe.....	350

Art. 3º - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980 e pela Lei nº 10.000, de 26 de junho de 1992, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os percentuais abaixo fixados:

Coronel.....	249,26%
Tenente Coronel.....	243,95%
Major.....	240,13%
Capitão.....	185,77%
1º Tenente.....	127,77%
2º Tenente.....	104,87%
Aspirante a Oficial.....	101,70%
Aluno EFO - 3º ano.....	73,78%
Aluno EFO - 2º ano.....	66,07%
Aluno EFO - 1º ano.....	57,09%
Subtenente.....	99,57%
1º Sargento.....	99,51%
2º Sargento.....	89,25%
3º Sargento.....	80,42%
Cabo.....	68,22%
Soldado de 1ª Classe....	68,17%
Soldado de 2ª Classe....	62,05%

Art. 4º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada:

I - a partir de 1º de agosto de 1992, em Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), sendo Cr\$ 3.187.500,00 (três milhões, cento e oitenta e sete mil e quinhentos cruzeiros) de vencimento básico e Cr\$ 4.312.500,00 (quatro milhões, trezentos e doze mil e quinhentos cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais; e

II - a partir de 1º de setembro de 1992, em Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 3.825.000,00 (três milhões e oitocentos e vinte e cinco mil cruzeiros) de vencimento básico e Cr\$ 5.175.000,00 (cinco milhões e cento e se-

tenta e cinco mil cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 5º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e em Cr\$ 2.415,00 (dois mil e quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992 e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), em 1º de agosto de 1992 para Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), em 1º de setembro de 1992.

Art. 6º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de agosto de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992; e

II - a partir de 1º de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 7º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil e setecentos e três cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil e duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 8º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 4º, da Lei nº 9109, de 06 de novembro de 1989 e o artigo 6º, da Lei nº 9373, de 24 de setembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 4.157,06 (quatro mil e cento e cinquenta e sete cruzeiros e seis centavos), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 5.116,38 (cinco mil e cento e dezesseis cruzeiros e trinta e oito centavos), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 9º - O servidor da administração direta e das autarquias, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, perceberá, a título de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na forma prevista no artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos de serviço público efetivamente prestado na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Ficam congelados, em seus atuais valores, as importâncias já concedidas a título de adicional por tempo de serviço em desacordo com o estabelecido no caput deste artigo, até que se verifique a sua adequação aos critérios e base de cálculo aqui estabelecidos.

Art. 10 - Fica alterada a nomenclatura dos cargos, grupos ocupacionais e padrões de que trata o Anexo I, da Lei n° 7424, de 17 de dezembro de 1980, na forma do disposto no Anexo III, desta lei.

Parágrafo Único - Os efeitos financeiros, decorrentes da aplicação do disposto neste artigo, serão devidos a partir de 1° de setembro de 1992.

Art. 11 - Fica extinta, mediante incorporação aos vencimentos e salários dos ocupantes dos cargos de nível universitário da administração direta e das autarquias, extensivo aos inativos, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), de que tratam a Lei n° 9049, de 06 de julho de 1989 e a Lei n° 9515, de 07 de janeiro de 1991.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos servidores ocupantes de cargos de nível superior, que exerçam as funções de pesquisador, responsáveis pela elaboração e implementação de programa/projetos de pesquisa de relevância para o Estado, a Gratificação de Incentivo à Pesquisa, composta de uma parte fixa baseada na titulação e outra variável baseada no mérito, aferíveis anualmente, no percentual de até 60% (sessenta por cento), calculados sobre os seus vencimentos e/ou salários básicos.

§ 1° - A regulamentação da gratificação de que trata este artigo será estabelecida em Decreto, mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei.

§ 2° - A gratificação de que trata o caput deste artigo não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens e é inacumulável com a Gratificação de Incentivo de que trata o

artigo 3°, da Lei n° 9788, de 29 de outubro de 1991 e o artigo 11, da Lei n° 9887, de 27 de dezembro de 1991.

Art. 13 - Fica instituída gratificação a ser atribuída, exclusivamente, aos servidores que atuam junto ao Ouvidor Geral do Estado desempenhando as atividades de auditor, no valor de Cr\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), a partir de 1° de agosto de 1992 e de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) a partir de 1° de setembro de 1992, reajustada na mesma época e no índice geral do funcionalismo.

§ 1° - A regulamentação da gratificação de que trata este artigo será estabelecida em Decreto, mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração.

§ 2° - A gratificação de que trata este artigo não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever gratificações de atividade aos seus servidores, para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no art. 33, § 2°, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 15 - Os índices percentuais fixados nesta Lei não se aplicam aos servidores da Administração dos Portos de Paranaíba e Antonina - APPA.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do artigo 1°, desta lei, ficando revogados o inciso II do art. 73 e o art. 74, da Lei n° 7051, de 04 de dezembro de 1978, a Lei n° 9049, de 06 de julho de 1989 e a Lei n° 9515, de 07 de janeiro de 1991 e demais disposições em contrário.

A: AGOSTO DE 1992

TABELA I

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL E CLT TECNICO ADMINISTRATIVO

INCIDENTOS BASICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
383,676.64	399,823.70	414,984.65	431,584.84	448,847.40	466,841.29	485,473.35	504,892.28	525,087.97	546,091.49	567,935.15
422,844.30	438,926.07	456,483.12	474,742.44	493,732.14	513,481.42	534,020.68	555,381.51	577,596.77	600,768.64	624,728.66
464,248.73	482,818.68	502,131.43	522,216.68	543,145.35	564,829.57	587,422.75	610,919.66	635,356.45	660,778.79	687,201.53
510,673.60	531,100.55	552,344.57	574,438.35	597,415.89	621,312.52	646,165.02	672,011.62	698,892.89	726,847.77	755,921.88
561,748.96	584,210.60	607,579.83	631,882.19	657,157.48	683,443.78	710,781.53	739,212.79	768,781.30	799,532.55	831,513.86
617,915.66	642,631.66	668,336.93	695,070.41	722,873.22	751,788.15	781,859.68	813,134.07	845,659.43	879,435.81	914,665.24
730,499.19	759,719.15	790,187.92	821,712.24	854,380.73	888,263.95	924,314.51	961,287.89	999,738.58	1,039,728.12	1,081,317.24
905,818.99	942,051.75	979,733.82	1,018,923.17	1,059,680.10	1,102,067.30	1,146,154.80	1,191,996.80	1,239,675.84	1,289,262.87	1,340,833.38
1,451,901.83	1,509,977.87	1,570,376.15	1,633,191.20	1,698,518.84	1,766,459.60	1,837,117.98	1,910,602.74	1,987,026.81	2,066,507.88	2,149,168.28
1,711,936.50	1,780,413.96	1,851,630.52	1,925,695.74	2,002,723.57	2,082,832.51	2,166,145.81	2,252,791.65	2,342,903.31	2,436,619.44	2,534,004.22
2,009,825.96	2,099,387.80	2,172,962.48	2,259,880.98	2,350,276.22	2,444,287.27	2,542,058.76	2,643,741.11	2,749,490.75	2,859,470.38	2,973,849.20
2,303,754.07	2,395,900.07	2,491,736.07	2,591,405.52	2,695,061.74	2,802,864.21	2,914,978.78	3,031,577.93	3,152,841.84	3,278,954.69	3,410,112.87

INCIDENTOS BASICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
287,757.48	299,267.78	311,238.49	323,688.83	336,635.55	350,100.97	364,105.81	378,669.21	393,815.98	409,568.42	425,951.36
316,533.23	329,194.55	342,362.34	356,056.83	370,299.10	385,111.87	400,515.51	416,536.13	433,197.58	450,525.48	468,546.38
348,186.55	362,114.81	376,598.57	391,662.51	407,329.81	423,622.17	440,567.86	458,189.74	476,517.33	495,578.83	515,401.15
383,045.20	398,325.41	414,258.43	430,828.77	448,061.92	465,984.39	484,623.77	504,008.72	524,169.87	545,135.83	566,941.26
421,385.72	438,157.95	455,684.27	473,911.64	492,868.11	512,582.83	533,086.14	554,409.59	576,585.97	599,649.41	623,635.39
463,436.30	481,973.75	501,252.70	521,342.81	542,154.92	563,841.11	586,394.76	609,858.55	634,244.57	659,614.35	685,998.93
547,874.39	569,789.36	592,580.94	616,284.18	640,935.54	666,572.97	693,235.88	720,965.32	749,803.93	779,796.09	810,987.93
679,364.24	706,538.81	734,800.36	764,192.38	794,760.87	826,550.48	859,612.50	893,997.80	929,756.88	966,947.15	1,005,625.04
1,088,925.77	1,132,482.80	1,177,782.11	1,224,893.40	1,273,889.13	1,324,844.70	1,377,838.49	1,432,952.83	1,490,278.11	1,549,869.91	1,611,876.15
1,283,952.38	1,335,310.47	1,388,722.89	1,444,271.80	1,502,042.68	1,562,124.38	1,624,609.36	1,689,593.73	1,757,177.48	1,827,464.58	1,900,563.17
1,506,769.47	1,567,040.25	1,629,721.86	1,694,910.73	1,762,707.16	1,833,215.45	1,906,544.87	1,982,805.83	2,062,118.86	2,144,602.79	2,230,386.90
1,727,812.55	1,796,925.05	1,868,802.86	1,943,554.14	2,021,296.30	2,102,148.16	2,186,234.88	2,273,683.45	2,364,630.78	2,459,216.81	2,557,584.66

INCIDENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
987,292.70	1,026,784.41	1,067,855.78	1,110,570.81	1,154,992.81	1,201,192.53	1,249,240.23	1,299,209.84	1,351,178.23	1,405,225.36	1,461,434.31
1,144,116.82	1,210,681.49	1,259,180.75	1,309,473.10	1,361,852.83	1,416,326.11	1,472,979.15	1,531,898.32	1,593,174.25	1,656,901.22	1,723,177.27
1,366,137.65	1,420,783.16	1,477,614.49	1,536,719.87	1,598,187.83	1,662,115.34	1,728,599.95	1,797,743.95	1,869,653.71	1,944,439.86	2,022,217.45
1,566,550.85	1,629,212.85	1,694,380.53	1,762,155.75	1,832,641.98	1,905,947.66	1,982,185.57	2,061,472.99	2,143,931.91	2,229,689.19	2,318,876.77

ANEXO I

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

24.

VIG.: AGOSTO 1992

NIVEL	VALOR
01	234,000.00
02	238,680.00
03	243,453.60
04	248,322.67
05	253,289.13
06	258,354.91
07	263,522.01
08	268,792.45
09	274,168.30
10	279,651.66
11	285,244.69
12	290,949.59
13	296,768.58
14	302,703.95
15	308,758.03
16	314,933.19
17	321,231.85
18	327,656.49
19	334,209.62
20	340,893.81
21	347,711.69
22	354,665.92
23	361,759.24
24	368,994.43
25	376,374.32
26	383,901.80
27	391,579.84
28	399,411.44
29	407,399.66
30	415,547.66

ANEXO I

VIG.: AGOSTO DE 1992

TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO DAS-1.....	1,525,706.24
DAS-2.....	1,397,605.01
DAS-3.....	1,288,236.77
DAS-4.....	1,139,500.05
DAS-5.....	1,026,576.42

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	662,492.52
2-C.....	611,844.97
3-C.....	564,798.27
4-C.....	521,691.85
5-C.....	490,390.34
6-C.....	460,966.92
7-C.....	433,308.90
8-C.....	407,310.37
9-C.....	382,871.75
10-C.....	359,899.44
11-C.....	341,904.47
12-C.....	324,809.25
13-C.....	308,568.78
14-C.....	293,140.34
15-C.....	278,483.33

C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO 1-F.....	38,743.31
2-F.....	32,888.98
3-F.....	29,001.96
4-F.....	23,279.83
5-F.....	21,275.50
6-F.....	17,367.33
7-F.....	13,485.59
8-F.....	11,639.92
9-F.....	9,503.38
10-F.....	7,705.30

ANEXO I

VIG.: AGOSTO DE 1992 TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	346,422.10	398,385.42	478,062.50	549,771.88	632,237.66
2	363,743.21	418,304.69	501,965.63	577,260.47	663,849.54
3	381,930.37	439,219.92	527,063.91	606,123.49	697,042.02
4	401,026.89	461,180.92	553,417.10	636,429.67	731,894.12
5	421,078.23	484,239.96	581,087.96	668,251.15	768,488.82
6	442,132.14	508,451.96	610,142.36	701,663.71	806,913.27
7	464,238.75	533,874.56	640,649.47	736,746.89	847,258.93
8	487,450.69	560,568.29	672,681.95	773,584.24	889,621.87
9	511,823.22	588,596.70	706,316.04	812,263.45	934,102.97
10	537,414.38	618,026.54	741,631.85	852,876.62	980,808.12
11	564,285.10	648,927.87	778,713.44	895,520.45	1,029,848.52

ANEXO I

VIG.: 08/92 TABELA V		
QUADRO UNICO		
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA		
REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	259,816.58	294,458.78
2	267,611.07	303,292.54
3	275,639.41	312,391.32
4	283,908.59	321,763.06
5	292,425.85	331,415.95
6	301,198.62	341,358.43
7	310,234.58	351,599.18
8	319,541.62	362,147.16
9	329,127.87	373,011.57
10	339,001.70	384,201.92
11	349,171.75	395,727.97

ANEXO I

TABELA VI

FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	383,662.50	487,232.27	432,250.00	458,804.67	486,990.68	516,908.27	548,663.79	582,370.19	618,147.29	656,122.29	696,430.23
B	432,250.00	458,804.67	486,990.68	516,908.27	548,663.79	582,370.18	618,147.26	656,122.27	696,430.23	739,214.42	784,627.05
C	486,990.69	516,908.28	548,663.80	582,370.20	618,147.27	656,122.29	696,430.22	739,214.44	784,627.05	832,829.48	883,993.21
D	548,663.81	582,370.20	618,147.27	656,122.29	696,430.22	739,214.44	784,627.02	832,829.49	883,993.21	938,300.06	995,943.25
E	618,147.30	656,122.31	696,430.24	739,214.47	784,627.04	832,829.51	883,993.20	938,300.09	995,943.25	1,057,127.59	1,122,070.78
F	696,430.27	739,214.48	784,627.06	832,829.53	883,993.22	938,300.11	995,943.23	1,057,127.61	1,122,070.78	1,191,003.58	1,264,410.97
G	1,078,567.32	1,993,974.48	2,116,471.43	2,246,493.91	2,384,504.02	2,530,992.71	2,686,480.64	2,851,520.00	3,026,700.02	3,212,640.97	3,410,410.97
GT	1,408,925.49	1,495,480.06	1,587,353.57	1,684,870.43	1,788,378.02	1,898,244.53	2,014,864.45	2,138,640.60	2,270,025.01	2,409,480.73	2,557,410.97
GV	939,283.66	996,987.24	1,058,235.71	1,123,246.95	1,192,252.01	1,265,496.36	1,343,240.30	1,425,760.40	1,513,350.01	1,606,320.49	1,705,410.97
GP	1,878,567.32	1,993,974.48	2,116,471.43	2,246,493.91	2,384,504.02	2,530,992.71	2,686,480.64	2,851,520.00	3,026,700.02	3,212,640.97	3,410,410.97

ANEXO I

VIG.: AGOSTO DE 1992

TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	662,189.92
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	451,493.12
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	300,995.42
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	500,710.71
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	341,393.67
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	227,595.78
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS	417,258.93
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS	284,494.72
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS	189,663.15

ANEXO I

PROFESSORES CELETISTAS

TABELA VIII

VIG.: AGOSTO DE 1992

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	7,744.91
	LICENCIATURA CURTA	5,856.27
	NAO LICENCIADO	4,880.22
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	381,930.37

ANEXO I

TABELA IX

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

VIGENCIA: AGOSTO DE 1992

DESCRICAO DO CARGO	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
PA1 PROF.AUXILIAR N.1	1,591,692.86	1,352,938.93	1,114,185.04	955,015.71	795,846.43	477,507.86	397,923.21	358,138.89
PA2 PROF.AUXILIAR N.2	1,639,443.64	1,393,527.10	1,147,610.55	983,666.19	819,721.82	491,833.09	409,860.91	368,874.82
PA3 PROF.AUXILIAR N.3	1,688,626.95	1,435,332.91	1,182,038.87	1,013,176.17	844,313.48	506,588.09	422,156.74	379,941.86
PA4 PROF.AUXILIAR N.4	1,739,285.76	1,478,392.90	1,217,500.03	1,043,571.46	869,642.88	521,785.73	434,821.44	391,339.30
PS1 PROF.ASSISTENTE N.1	2,095,143.59	1,780,872.05	1,466,600.51	1,257,066.16	1,047,571.79	628,543.08	523,785.90	471,447.31
PS2 PROF.ASSISTENTE N.2	2,157,997.89	1,834,298.21	1,510,598.53	1,294,798.74	1,078,998.95	647,399.37	539,499.47	485,549.53
PS3 PROF.ASSISTENTE N.3	2,222,737.83	1,889,327.16	1,555,916.48	1,333,642.70	1,111,368.91	666,821.35	555,684.46	500,116.01
PS4 PROF.ASSISTENTE N.4	2,289,419.96	1,946,006.97	1,602,593.98	1,373,651.98	1,144,709.98	686,825.99	572,354.99	515,119.49
PD1 PROF.ADJUNTO N.1	2,438,232.26	2,072,497.42	1,706,762.58	1,462,939.35	1,219,116.13	731,469.68	609,558.06	548,602.26
PD2 PROF.ADJUNTO N.2	2,511,379.22	2,134,672.34	1,757,965.46	1,506,827.53	1,255,689.61	753,413.77	627,844.81	565,860.33
PD3 PROF.ADJUNTO N.3	2,586,720.64	2,198,712.51	1,810,704.42	1,552,032.36	1,293,360.30	776,016.18	646,600.15	582,012.13
PD4 PROF.ADJUNTO N.4	2,664,322.22	2,264,673.88	1,865,025.55	1,598,593.33	1,332,161.11	799,296.67	666,800.55	599,472.50
PT PROF.TITULAR N.1	2,850,824.72	2,423,201.01	1,995,577.31	1,710,494.83	1,425,412.36	855,247.42	712,706.18	641,435.56
PT PROF.TITULAR N.2	2,936,349.46	2,495,897.04	2,055,444.62	1,761,809.68	1,468,174.73	880,904.84	734,087.37	660,678.63
PT PROF.TITULAR N.3	3,024,439.95	2,570,773.96	2,117,107.96	1,814,663.97	1,512,219.97	907,331.98	756,109.99	680,498.99
PT PROF.TITULAR N.4	3,115,173.15	2,647,897.17	2,180,621.20	1,869,103.89	1,557,586.57	934,551.94	778,793.29	700,913.96

- (1) ESTE REGIME DE TRABALHO E APLICADO SOMENTE PELA UEL;
(2) ESTE REGIME DE TRABALHO E APLICADO SOMENTE PELA UEPG;

VIG.: AGOSTO DE 1992

TABELA X

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

	ICL.	I	IND	II	IND	III	IND	IV	IND
AGENTE FISCAL 1	C	2,653,433.36	97	2,680,788.38	98	2,708,143.36	99	2,735,498.35	100
AGENTE FISCAL 1	B	2,544,013.46	93	2,571,368.45	94	2,598,723.41	95	2,626,078.43	96
AGENTE FISCAL 1	A	2,434,593.52	89	2,461,948.52	90	2,489,303.60	91	2,516,658.47	92
AGENTE FISCAL 2	C	2,325,173.60	85	2,352,528.56	86	2,379,883.57	87	2,407,238.51	88
AGENTE FISCAL 2	B	2,215,753.63	81	2,243,108.62	82	2,270,463.63	83	2,297,818.59	84
AGENTE FISCAL 2	A	2,106,333.73	77	2,133,688.72	78	2,161,043.72	79	2,188,398.65	80
AGENTE FISCAL 3	C	1,996,913.79	73	2,024,268.77	74	2,051,623.76	75	2,078,978.75	76
AGENTE FISCAL 3	B	1,887,493.85	69	1,914,848.85	70	1,942,203.82	71	1,969,558.80	72
AGENTE FISCAL 3	A	1,778,073.90	65	1,805,428.88	66	1,832,783.87	67	1,860,138.91	68
AGENTE FISCAL 4	D	1,262,539.16							
AGENTE FISCAL 4	C	1,174,161.42							
AGENTE FISCAL 4	B	1,017,606.53							
AGENTE FISCAL 4	A	826,836.88							

ANEXO I

TABELA XI

MÊS: AGOSTO DE 1992

PILOTOS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
	3,131,250.00	3,225,187.50	3,321,943.13	3,421,601.42	3,524,249.46	3,629,976.95	3,738,876.25	3,851,042.54	3,966,573.82	4,085,571.05	4,208,138.16
	2,771,019.19	2,854,149.76	2,939,774.26	3,027,967.48	3,118,806.51	3,212,370.70	3,308,741.82	3,408,004.08	3,510,244.20	3,615,551.53	3,724,018.07
	2,452,228.05	2,525,794.89	2,601,568.74	2,679,615.80	2,760,004.27	2,842,804.40	2,928,088.53	3,015,931.19	3,106,409.13	3,199,601.40	3,295,589.44
	2,170,113.33	2,235,216.72	2,302,273.23	2,371,341.42	2,442,481.67	2,515,756.12	2,591,228.00	2,668,965.66	2,749,034.63	2,831,505.67	2,916,450.84
	1,550,000.94	1,596,583.37	1,644,480.87	1,693,815.29	1,744,629.75	1,796,968.64	1,850,877.70	1,906,404.03	1,963,596.16	2,022,504.01	2,083,179.16

B - CARGOS EM COMISSÃO

	CLICRS	
DIRETOR	A	3,717,472.15
INSP. GERAL TRIB	B	3,494,423.81
INSP. GERAL ARRE	B	3,494,423.81
INSP. GERAL FISC	B	3,494,423.81
CHEFE DE ASSESSOR	B	3,494,423.81
CONSULTOR TECNICO	C	3,308,550.19
ASSISTENTE TECNICO	C	3,308,550.19
DEL. REGIONAL DE	C	3,308,550.19
AUXILIAR TECNICO	D	3,197,026.05

ANEXO I

TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIG.: AGOSTO DE 1992

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	1,489,265.20
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	1,414,801.94
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	1,344,061.84
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	1,276,858.75
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	1,213,015.81

ANEXO I

VIG. AGOSTO DE 1992

TABELA XIII

TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUARA

CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6
CORPO-BAILE D	954,972.75	998,521.39	1,048,447.46	1,100,869.83	1,155,913.32	1,213,708.99
CORPO BAILE C	998,521.39	1,048,447.46	1,100,869.83	1,155,913.32	1,213,708.99	1,274,394.44
CORPO BAILE B	1,048,447.46	1,100,869.83	1,155,913.32	1,213,708.99	1,274,394.44	1,338,114.16
CORPO BAILE A/MASSAGE	1,467,826.44	1,541,217.76	1,618,278.65	1,699,192.58	1,784,152.21	1,873,359.82
SOLISTA B	1,683,747.17	1,683,934.53	1,768,131.25	1,856,537.82	1,949,364.71	2,046,832.94
SOLISTA A	1,671,746.05	1,755,333.35	1,843,100.02	1,935,255.02	2,032,017.77	2,133,618.66
PRINCIPAL B	1,807,648.85	1,897,989.29	1,992,888.76	2,092,533.19	2,197,159.85	2,307,017.85
PRINCIPAL A/ENS. DANCA	2,011,326.37	2,111,892.68	2,217,487.32	2,328,361.68	2,444,779.77	2,567,018.76
ASSIST. DE MAITRE	2,147,292.83	2,254,656.63	2,367,369.46	2,485,758.93	2,610,046.88	2,740,549.23
MAITRE DE BALLET	2,283,215.61	2,397,376.39	2,517,245.21	2,643,107.48	2,775,262.85	2,914,025.99
DIRETOR DE BALLET	2,819,866.32	2,960,040.63	3,108,042.67	3,263,444.80	3,426,617.04	3,597,947.89

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR HORA AULA

CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIANISTA/PROF. 2 GR	10,176.68	10,685.43	11,219.70	11,780.69	12,369.72	12,988.21	13,637.62	14,319.50	15,035.47	15,787.25	16,575.61
PROFESSOR 3 GR	12,720.79	13,356.82	14,024.67	14,725.90	15,462.19	16,235.30	17,047.07	17,899.42	18,794.39	19,734.11	20,720.82

ANEXO I

VIG. AGOSTO DE 1992

TABELA XIV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA

CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6
MUSICO NIVEL A	590,183.15	619,692.30	650,676.92	683,210.76	717,371.30	753,239.87
MUSICO NIVEL B	1,062,160.58	1,115,268.60	1,171,032.03	1,229,583.64	1,291,062.82	1,355,615.96
MUSICO NIVEL C	1,160,484.78	1,218,509.02	1,279,434.47	1,343,406.19	1,410,576.50	1,481,105.33
MUSICO NIVEL D	1,258,850.91	1,321,793.45	1,387,883.13	1,457,277.28	1,530,141.15	1,606,648.20
MUSICO NIVEL E	1,455,525.43	1,528,301.70	1,604,716.78	1,684,952.62	1,769,200.25	1,857,660.27
SPALLA	1,701,418.82	1,786,489.76	1,875,814.25	1,969,604.96	2,068,085.21	2,171,489.47
MAESTRO ADJUNTO	1,947,286.63	2,044,650.96	2,146,883.51	2,254,227.69	2,366,939.07	2,485,286.02
MAESTRO TITULAR	1,982,952.21	2,082,099.83	2,186,204.82	2,295,515.06	2,410,290.81	2,530,805.35

ANEXO I

TABELA XV

VIG.: AGOSTO DE 1992

QUADRO DA POLÍCIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MEDICO LEGISTA	2,228,291.00	2,122,247.74	2,016,065.32	1,908,213.89
PERITO CRIMINAL	2,228,291.00	2,122,247.74	2,016,065.32	1,908,213.89
QUÍMICO LEGAL	2,228,291.00	2,122,247.74	2,016,065.32	1,908,213.89
TOXICOLOGISTA	2,228,291.00	2,122,247.74	2,016,065.32	1,908,213.89

ANEXO I

TABELA XVI

VIG.: AGOSTO DE 1992

QUADRO DA POLÍCIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
DETECTIVE	1,147,293.75	1,009,929.06	1,035,432.61	903,660.
ESCRIVAO DE POLICIA	1,147,293.75	1,009,929.06	1,035,432.61	903,660.
AGENTE DE SEGURANCA	761,903.05	723,712.90	687,527.25	653,150.
DACTILOSCOPISTA	753,154.61	908,346.88	862,929.54	819,733.
TECNICO TELEC. POLICIAIS	841,425.24	799,353.97	759,386.28	721,416.
TECNICO MANUT. POLICIAL	761,903.05	723,712.90	687,527.25	653,150.
OPERADOR TELEC. POLICIAIS	732,078.00	695,474.10	660,700.40	627,665.
IDENTIF. DACTILOSCOP.	730,115.06	693,609.31	658,928.84	625,982.
CARCEREIRO	730,115.06	693,609.31	658,928.84	625,982.
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	730,115.06	693,609.31	658,928.84	625,982.
AUXILIAR DE NECROPSIA	730,115.06	693,609.31	658,928.84	625,982.
PERITO POLICIAL	1,147,293.75			
COMISSARIO	1,242,978.05			

ANEXO I

TABELA XVII			POLICIA MILITAR
VIG.: AGOSTO DE 1992			
POSTO OU GRADUACAO	INDICE	S O L D O	
CORONEI	1.000	1.441.272.44	
TENENTE-CORONEI	.913	1.313.861.74	
MAJOR	.872	1.256.789.57	
CAPITAO	.800	1.153.817.95	
1o. TENENTE	.731	1.053.574.15	
2o. TENENTE	.650	745.357.26	
ASP. A OFICIAL	.532	766.756.94	
SUBTENENTE	.532	766.756.94	
1o. SARGENTO	.477	657.486.75	
2o. SARGENTO	.447	644.248.78	
3o. SARGENTO	.427	615.423.33	
CABO	.382	556.566.07	
SOLDADO 1o. CLASSE	.370	532.276.80	
SOLDADO 2o. CLASSE	.358	504.445.35	
ALUNO DE 3o. ANO	.477	657.486.75	
ALUNO DE 2o. ANO	.447	644.248.78	
ALUNO DE 1o. ANO	.427	615.423.33	

ANEXO II

TABELA 1

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL E C/L TECNICO ADMINISTRATIVO

CIMENTOS BASICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
468,411.97	478,828.44	497,981.58	517,944.84	538,616.88	560,161.55	582,568.82	605,878.74	630,185.57	655,389.79	681,522.18
506,453.16	526,711.29	547,779.74	569,696.93	592,478.57	616,177.71	640,824.92	666,457.81	693,116.12	720,846.77	749,674.48
577,998.48	579,382.42	602,557.71	626,664.82	651,726.42	677,795.48	704,907.38	733,103.59	762,427.73	792,924.84	824,641.84
612,808.33	637,324.64	662,813.48	689,326.82	716,899.87	745,575.83	775,398.43	806,413.95	838,678.51	872,217.33	907,106.82
674,889.16	701,052.72	729,894.83	758,258.63	788,588.97	820,132.53	852,937.83	887,053.34	922,537.56	959,439.86	997,816.62
741,493.87	771,158.84	802,004.32	834,084.49	867,447.87	902,145.78	938,231.61	975,764.88	1,014,791.31	1,055,382.97	1,097,598.29
876,599.82	911,662.98	948,129.58	986,054.68	1,025,496.87	1,066,516.75	1,109,177.42	1,153,544.51	1,199,686.29	1,247,673.74	1,297,588.69
1,036,982.79	1,138,462.18	1,175,688.58	1,222,787.81	1,271,616.12	1,322,488.76	1,375,379.99	1,430,395.19	1,487,611.88	1,547,115.44	1,609,008.06
1,742,281.23	1,811,972.48	1,884,451.38	1,959,829.44	2,038,222.61	2,119,751.52	2,204,541.58	2,292,723.24	2,384,432.17	2,479,869.46	2,579,001.84
2,054,323.88	2,136,496.75	2,221,956.62	2,310,834.89	2,403,268.28	2,499,399.81	2,599,374.98	2,703,349.97	2,811,483.97	2,923,943.33	3,040,901.87
2,418,831.15	2,507,264.48	2,607,554.98	2,711,857.17	2,820,331.46	2,933,144.72	3,050,478.51	3,172,489.33	3,299,388.98	3,431,364.46	3,568,619.84
2,764,548.88	2,875,888.89	2,990,883.29	3,109,686.82	3,234,074.89	3,363,437.85	3,497,974.53	3,637,893.51	3,783,489.25	3,934,745.62	4,092,135.45

CIMENTOS BASICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
345,388.97	359,121.33	373,486.19	388,425.63	403,962.66	420,121.17	436,926.81	454,483.85	472,579.17	491,482.34	511,141.64
379,839.87	395,833.47	411,834.88	427,268.28	444,358.92	462,133.28	480,618.61	499,843.36	519,837.89	540,638.58	562,255.88
417,823.86	434,536.81	451,918.29	469,995.82	488,794.82	508,346.61	528,688.47	549,827.69	571,824.88	594,693.63	618,481.33
459,686.24	477,996.49	497,118.11	516,994.52	537,674.38	559,181.27	581,548.52	604,818.46	629,082.88	654,163.88	680,329.51
505,566.87	525,789.54	546,821.12	568,693.97	591,441.73	615,099.48	639,743.37	665,291.51	691,983.17	719,579.38	748,362.44
556,123.56	578,368.58	601,583.24	625,563.37	650,585.98	676,689.34	703,673.71	731,828.66	761,093.49	791,537.23	823,198.77
657,449.27	683,747.24	711,897.13	739,541.81	769,122.65	799,887.56	831,883.86	865,158.38	899,764.72	935,755.31	973,185.11
815,237.89	847,846.57	881,768.44	917,838.86	953,712.89	991,868.57	1,031,535.88	1,072,796.44	1,115,708.25	1,160,336.58	1,206,758.11
1,386,719.92	1,358,929.34	1,413,338.54	1,469,872.88	1,528,666.96	1,589,813.64	1,653,446.18	1,719,542.43	1,788,324.13	1,859,857.89	1,934,251.11
1,544,742.85	1,602,372.56	1,666,467.47	1,733,126.17	1,802,451.21	1,874,549.26	1,949,531.23	2,027,512.48	2,108,612.98	2,192,957.58	2,280,675.11
1,808,123.36	1,888,448.38	1,955,666.23	2,033,892.88	2,115,248.68	2,199,858.54	2,287,852.88	2,379,367.88	2,474,541.68	2,573,523.34	2,676,464.11
2,073,375.86	2,156,318.86	2,242,562.47	2,332,284.97	2,425,555.56	2,522,577.79	2,623,488.98	2,728,428.13	2,837,556.94	2,951,859.22	3,069,191.11

CIMENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1,184,751.24	1,232,141.29	1,281,426.94	1,332,684.82	1,385,991.38	1,441,431.83	1,499,088.27	1,559,051.94	1,621,413.88	1,686,278.43	1,753,723.11
1,396,948.18	1,452,817.79	1,510,938.58	1,571,367.72	1,634,222.43	1,699,591.33	1,767,574.98	1,838,277.98	1,911,809.14	1,988,281.47	2,067,512.11
1,639,365.18	1,704,939.79	1,773,137.38	1,844,062.88	1,917,825.39	1,994,538.41	2,074,319.95	2,157,292.74	2,243,584.45	2,333,327.83	2,426,668.11
1,879,864.86	1,955,854.46	2,033,256.64	2,114,586.98	2,199,178.38	2,287,137.19	2,378,622.68	2,473,767.99	2,572,718.29	2,675,627.82	2,782,652.11

ANEXO II

TABELA II		
QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA		
VIG.: SETEMBRO 1992		
NIVEL		VALOR
01	280,800.00
02	286,416.00
03	292,144.32
04	297,987.21
05	303,946.95
06	310,025.89
07	316,226.41
08	322,550.94
09	329,001.95
10	335,581.99
11	342,293.63
12	349,139.51
13	356,122.30
14	363,244.74
15	370,509.64
16	377,919.83
17	385,478.23
18	393,187.79
19	401,051.55
20	409,072.58
21	417,254.03
22	425,599.11
23	434,111.09
24	442,793.31
25	451,649.18
26	460,682.16
27	469,895.81
28	479,293.72
29	488,879.60
30	498,657.19

VIG.: SETEMBRO DE 1992

TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SU -
PERIOR - DAS

SIMBOLO	DAS-1.....	1,830,847.49
	DAS-2.....	1,677,126.02
	DAS-3.....	1,545,884.12
	DAS-4.....	1,367,400.06
	DAS-5.....	1,231,891.70

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO	1-C.....	794,991.03
	2-C.....	734,213.96
	3-C.....	677,757.92
	4-C.....	626,030.22
	5-C.....	588,468.41
	6-C.....	553,160.30
	7-C.....	519,970.68
	8-C.....	488,772.44
	9-C.....	459,440.10
	10-C.....	431,879.33
	11-C.....	410,285.36
	12-C.....	389,771.10
	13-C.....	370,282.54
	14-C.....	351,768.41
	15-C.....	334,179.99

C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO	1-F.....	46,491.98
	2-F.....	39,466.77
	3-F.....	34,802.35
	4-F.....	27,935.80
	5-F.....	25,530.61
	6-F.....	20,840.79
	7-F.....	16,182.71
	8-F.....	13,967.90
	9-F.....	11,404.05
	10-F.....	9,246.36

ANEXO II

VIG.: SETEMBRO DE 1992 TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	426,365.66	490,320.51	588,384.62	676,642.31	778,138.66
2	447,683.95	514,836.54	617,803.85	710,474.42	817,045.59
3	470,068.14	540,578.37	648,694.04	745,998.15	857,897.87
4	493,571.55	567,607.28	681,128.74	783,298.05	900,792.76
5	518,250.13	595,987.65	715,185.18	822,462.96	945,832.40
6	544,162.64	625,787.03	750,944.44	863,586.10	993,124.02
7	571,370.77	657,076.38	788,491.66	906,765.41	1,042,780.22
8	599,939.31	689,930.20	827,916.24	952,103.68	1,094,919.23
9	629,936.27	724,426.71	869,312.05	999,708.86	1,149,665.19
10	661,433.08	760,648.05	912,777.66	1,049,694.31	1,207,148.45
11	694,504.74	798,680.45	958,416.54	1,102,179.02	1,267,505.87

ANEXO II

VIG.: 09/92 TABELA V		
QUADRO UNICO		
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA		
REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	319,774.25	362,410.80
2	329,367.48	373,283.13
3	339,248.50	384,481.62
4	349,425.95	396,016.07
5	359,908.73	407,896.55
6	370,706.00	420,133.45
7	381,827.18	432,737.45
8	393,281.99	445,719.58
9	405,080.45	459,091.16
10	417,232.86	472,863.90
11	429,749.85	487,049.82

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1992

TABELA VI

787

FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	468,395.88	488,678.72	518,788.88	558,565.61	584,388.81	628,289.93	658,396.55	698,844.22	741,776.75	787,346.73	835,7
B	518,788.88	558,565.61	584,388.81	628,289.93	658,396.54	698,844.22	741,776.71	787,346.73	835,716.28	887,857.31	941,5
C	584,388.83	628,289.94	658,396.56	698,844.24	741,776.73	787,346.75	835,716.26	887,857.33	941,552.46	999,395.38	1,068,7
D	658,396.57	698,844.24	741,776.73	787,346.75	835,716.27	887,857.33	941,552.42	999,395.39	1,068,791.85	1,125,968.87	1,195,1
E	741,776.76	787,346.78	835,716.29	887,857.36	941,552.45	999,395.42	1,068,791.84	1,125,968.11	1,195,131.90	1,268,553.11	1,346,4
F	835,716.32	887,857.38	941,552.48	999,395.44	1,068,791.86	1,125,968.14	1,195,131.87	1,268,553.14	1,346,484.94	1,429,284.38	1,517,3
G	2,254,288.84	2,392,769.38	2,539,765.72	2,695,792.78	2,861,484.84	3,037,191.26	3,223,776.74	3,421,824.97	3,632,848.83	3,855,169.18	4,092,1
H	1,698,718.68	1,794,577.83	1,944,824.29	2,021,844.52	2,146,853.63	2,277,893.45	2,417,832.55	2,566,368.73	2,724,836.82	2,891,376.89	3,069,1
I	1,127,148.48	1,196,384.69	1,269,882.86	1,347,896.35	1,438,782.42	1,518,595.63	1,611,888.37	1,710,912.69	1,816,828.82	1,927,584.59	2,046,1
J	2,254,288.84	2,392,769.38	2,539,765.72	2,695,792.78	2,861,484.84	3,037,191.26	3,223,776.74	3,421,824.97	3,632,848.83	3,855,169.18	4,092,1

ANEXO II

VIG.: SETEMBRO DE 1992

TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	815,002.97
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	555,683.85
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	370,455.90
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	616,259.34
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	420,176.82
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	280,117.88
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS	513,549.45
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS	350,147.35
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS	233,431.57

ANEXO II

PROFESSORES CELETISTAS

TABELA VIII

VIG. SETEMBRO DE 1992

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	9,532.20
	LICENCIATURA CURTA	7,207.71
	INAO LICENCIADO	6,006.43
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	IMAGISTERIO DE 2o. GRAU	470,068.14

ANEXO II

TABELA IX

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1992

DESCRICAO DO CARGO	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-49
PA1 PROF.AUXILIAR N.1	1,959,046.59	1,665,155.64	1,371,304.61	1,175,443.96	979,543.34	587,741.98	489,751.65	418,776.481
PA2 PROF.AUXILIAR N.2	2,017,776.79	1,715,110.27	1,412,443.75	1,210,666.07	1,048,888.39	645,333.84	544,444.20	453,999.781
PA3 PROF.AUXILIAR N.3	2,078,310.09	1,766,563.58	1,454,817.07	1,246,986.06	1,039,155.05	623,493.83	519,577.52	467,619.771
PA4 PROF.AUXILIAR N.4	2,140,659.40	1,819,560.49	1,498,461.58	1,284,395.64	1,070,329.70	642,197.82	535,164.85	461,648.361
PS1 PROF.ASSISTENTE N.1	2,578,638.26	2,191,842.52	1,805,046.78	1,547,182.96	1,289,319.13	773,591.46	644,659.56	538,193.611
PS2 PROF.ASSISTENTE N.2	2,655,997.41	2,257,597.80	1,859,198.18	1,593,598.44	1,327,998.70	796,799.22	663,999.35	597,599.621
PS3 PROF.ASSISTENTE N.3	2,735,677.33	2,325,325.73	1,914,974.13	1,641,406.48	1,367,838.66	820,783.20	683,919.33	615,527.401
PS4 PROF.ASSISTENTE N.4	2,817,747.65	2,395,085.50	1,972,423.35	1,690,648.59	1,408,873.82	845,324.29	704,436.91	623,993.221
PD1 PROF.ADJUNTO N.1	3,000,901.24	2,550,766.05	2,100,630.87	1,800,540.74	1,500,450.62	900,270.37	750,225.31	675,202.781
PD2 PROF.ADJUNTO N.2	3,090,928.27	2,627,289.03	2,163,649.79	1,854,556.96	1,545,464.14	927,278.48	772,732.87	695,458.861
PD3 PROF.ADJUNTO N.3	3,183,856.12	2,706,197.74	2,228,559.29	1,910,193.67	1,591,828.06	955,096.84	795,914.03	716,322.631
PD4 PROF.ADJUNTO N.4	3,279,165.81	2,787,290.94	2,295,416.06	1,967,499.48	1,639,582.90	983,749.74	819,791.45	737,812.311
PT PROF.TITULAR N.1	3,508,707.35	2,982,401.25	2,456,095.15	2,105,224.41	1,754,353.67	1,052,612.20	877,176.84	789,459.151
PT PROF.TITULAR N.2	3,613,968.57	3,071,873.29	2,529,778.00	2,168,381.14	1,806,984.29	1,084,190.57	903,492.14	813,142.931
PT PROF.TITULAR N.3	3,722,387.63	3,164,029.48	2,605,671.34	2,233,432.58	1,861,193.81	1,116,716.29	930,596.91	837,537.221
PT PROF.TITULAR N.4	3,834,059.26	3,258,950.37	2,683,841.48	2,300,435.55	1,917,029.63	1,150,217.73	958,514.81	862,663.331

(1) ESTE REGIME DE TRABALHO E APLICADO SOMENTE PELA UEL;

(2) ESTE REGIME DE TRABALHO E APLICADO SOMENTE PELA UEPG;

ANEXO II

VIG. SETEMBRO DE 1992

TABELA X

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

	CL.	I	IND	II	IND	III	IND	IV	IND
AGENTE FISCAL 1	C	3,184,120.04	97	3,216,946.06	98	3,249,772.03	99	3,282,598.02	100
AGENTE FISCAL 1	B	3,052,816.15	93	3,085,642.14	94	3,118,468.10	95	3,151,294.11	96
AGENTE FISCAL 1	A	2,921,512.23	89	2,954,338.22	90	2,987,164.30	91	3,019,990.17	92
AGENTE FISCAL 2	C	2,790,208.32	85	2,823,034.28	86	2,855,860.29	87	2,888,686.22	88
AGENTE FISCAL 2	B	2,658,904.37	81	2,691,730.35	82	2,724,556.36	83	2,757,382.32	84
AGENTE FISCAL 2	A	2,527,600.48	77	2,560,426.47	78	2,593,252.46	79	2,626,078.37	80
AGENTE FISCAL 3	C	2,396,296.54	73	2,429,122.52	74	2,461,948.52	75	2,494,774.53	76
AGENTE FISCAL 3	B	2,264,992.62	69	2,297,818.61	70	2,330,644.58	71	2,363,470.56	72
AGENTE FISCAL 3	A	2,133,688.68	65	2,166,514.66	66	2,199,340.65	67	2,232,166.68	68
AGENTE FISCAL 4	D	1,515,047.00							
AGENTE FISCAL 4	C	1,408,993.71							
AGENTE FISCAL 4	B	1,221,127.85							
AGENTE FISCAL 4	A	992,204.26							

B - CARGOS EM COMISSAO			
CLICRS			
DIRETOR	A	4,464,966.58	
INSP. GERAL TRIB	B	4,193,308.58	
INSP. GERAL ARRE	B	4,193,308.58	
INSP. GERAL FISC	B	4,193,308.58	
CHEFE DE ASSESSO	B	4,193,308.58	
CONSULTOR TECNICO	C	3,970,264.23	
ASSISTENTE TECNI	C	3,970,264.23	
DEL. REGIONAL DE	C	3,970,264.23	
AUXILIAR TECNICO	D	3,836,431.26	

NEXO II

TABELA XI

SETEMBRO DE 1992

PILOTOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
3,757,544.44	3,870,225.44	3,986,331.75	4,105,921.70	4,229,099.35	4,355,972.33	4,486,651.50	4,621,251.05	4,759,888.58	4,902,685.24	5,049,745.00
3,325,223.63	3,424,979.72	3,527,729.11	3,633,564.98	3,742,567.81	3,854,844.84	3,970,490.19	4,089,644.98	4,212,293.64	4,333,661.03	4,468,821.69
2,942,673.65	3,030,953.87	3,121,882.49	3,215,538.96	3,312,045.13	3,411,365.28	3,513,706.24	3,619,117.43	3,727,690.55	3,839,521.60	3,954,707.30
2,604,135.99	2,682,260.47	2,762,727.87	2,845,649.71	2,930,978.00	3,018,907.34	3,109,474.56	3,202,758.00	3,298,841.56	3,397,846.01	3,499,741.01
1,864,097.13	1,915,900.04	1,973,377.04	2,032,578.35	2,093,555.70	2,156,362.37	2,221,053.24	2,287,684.84	2,356,315.19	2,427,044.05	2,499,814.95

ANEXO II

TABELA XII	
QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS	
VIG.: SETEMBRO DE 1992	
ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	1,787,118.24
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	1,697,762.33
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	1,612,874.21
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	1,532,230.50
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	1,455,618.98

ANEXO II

VIG. SETEMBRO DE 1992

TABELA XIII

TABELA SALARIAL DO BALLET THEATRO GUARARA

CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6
CORPO BAILE D	1,141,167.30	1,198,225.67	1,258,136.95	1,321,843.80	1,387,895.99	1,456,454.78
CORPO BAILE C	1,198,225.67	1,258,136.95	1,321,843.80	1,387,895.99	1,456,454.78	1,529,273.32
CORPO BAILE B	1,258,136.95	1,321,843.80	1,387,895.99	1,456,454.78	1,529,273.32	1,605,736.99
C.BAILE A/MASSAG.	1,761,391.73	1,849,461.31	1,941,934.38	2,039,031.10	2,140,982.65	2,248,031.79
SOLISTA B	1,924,496.60	2,020,721.43	2,121,757.50	2,227,845.38	2,339,237.65	2,456,199.53
SOLISTA A	2,006,895.26	2,106,400.02	2,211,720.02	2,322,306.02	2,438,421.32	2,560,342.39
PRINCIPAL B	2,169,130.62	2,277,587.15	2,391,466.51	2,511,039.83	2,636,591.82	2,768,421.42
PRINC.A/EXS.DANCA	2,413,591.64	2,534,271.22	2,660,984.78	2,794,034.02	2,933,735.72	3,080,422.51
ASSIST.DE MAITRE	2,576,750.43	2,705,587.96	2,840,867.35	2,982,910.72	3,132,056.26	3,288,659.07
MAITRE DE BALLET	2,739,858.74	2,876,851.67	3,020,694.26	3,171,728.97	3,330,315.42	3,496,831.19
DIRETOR DE BALLET	3,382,903.58	3,552,048.76	3,729,651.20	3,916,133.76	4,111,940.45	4,317,537.47

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR HORA AULA

CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIANISTA/PROF. 2 GR	12,211.92	12,822.52	13,463.64	14,136.82	14,843.67	15,585.85	16,365.14	17,183.40	18,042.57	18,944.70	19,891.93
PROFESSOR 3 GR	15,264.94	16,028.19	16,829.60	17,671.08	18,554.63	19,482.36	20,456.48	21,479.31	22,553.27	23,688.94	24,884.96

ANEXO II

VIG. SETEMBRO DE 1992

TABELA XIV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA

CARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6
MUSICO NIVEL A	767,238.09	805,599.99	845,879.99	888,173.99	932,582.69	979,245.33
MUSICO NIVEL B	1,380,808.75	1,449,849.19	1,522,341.64	1,598,458.73	1,678,381.66	1,762,300.75
MUSICO NIVEL C	1,508,630.21	1,584,061.72	1,663,264.81	1,746,428.05	1,833,749.45	1,925,436.93
MUSICO NIVEL D	1,636,506.18	1,718,331.49	1,804,248.06	1,894,460.47	1,989,183.49	2,088,642.57
MUSICO NIVEL E	1,892,183.06	1,986,792.21	2,086,131.82	2,190,438.41	2,299,960.33	2,414,950.35
SPALLA	2,211,844.47	2,322,436.69	2,438,558.53	2,560,486.45	2,688,510.78	2,822,930.33
MAESTRO ADJUNTO	2,531,472.62	2,658,046.25	2,790,948.56	2,930,495.99	3,077,020.79	3,230,871.33
MAESTRO TITULAR	2,577,837.88	2,706,729.77	2,842,066.26	2,984,169.57	3,133,378.05	3,290,046.96

ANEXO II

TABELA XV

VIG. SETEMBRO DE 1992

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MEDICO. LEGISTA	2,673,949.20	2,546,697.29	2,419,278.39	2,289,856.67
PERITO CRIMINAL	2,673,949.20	2,546,697.29	2,419,278.39	2,289,856.67
QUIMICO LEGAL	2,673,949.20	2,546,697.29	2,419,278.39	2,289,856.67
TOXICOLOGISTA	2,673,949.20	2,546,697.29	2,419,278.39	2,289,856.67

ANEXO II

TABELA XVI

VIG.: SETEMBRO DE 1992

QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
DETETIVE	1,376,752.50	1,307,914.88	1,242,519.13	1,180,393.17
ESCRIVAO DE POLICIA	1,376,752.50	1,307,914.88	1,242,519.13	1,180,393.17
AGENTE DE SEGURANCA	914,163.66	868,455.48	825,032.70	783,781.07
ACTILOSCOPISTA	1,147,395.53	1,090,016.26	1,035,515.44	983,735.37
TECNICO TELEC. POLICIAIS	1,009,710.28	959,224.77	911,263.53	865,766.38
TECNICO MANUT. POLICIAL	914,163.66	868,455.48	825,032.70	783,781.07
OPERADOR TELEC. POLICIAIS	878,490.60	834,568.92	792,840.48	753,198.48
IDENTIF. DACTILOSCOP.	876,138.08	832,331.17	790,714.61	751,178.88
ARCEPEIRO	876,138.08	832,331.17	790,714.61	751,178.88
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	876,138.08	832,331.17	790,714.61	751,178.88
AUXILIAR DE NECROPSIA	876,138.08	832,331.17	790,714.61	751,178.88
ARTEIRO POLICIAL	1,376,752.50			
ALMOBARDADO	1,491,570.66			

ANEXO II

TABELA XVII POLICIA MILITAR

VIG.: SETEMBRO DE 1992

POSTO OU GRADUACAO	INDICE	S O L D O
CORONEL	1.000	1,729,526.93
TENENTE-CORONEL	.913	1,579,058.08
MAJOR	.872	1,508,147.48
CAPITAO	.800	1,383,621.54
1o. TENENTE	.731	1,264,284.18
2o. TENENTE	.658	1,138,028.72
ASP. A OFICIAL	.532	920,108.32
SUBTENENTE	.532	920,108.32
1o. SARGENTO	.477	824,984.34
2o. SARGENTO	.447	773,098.54
3o. SARGENTO	.427	738,508.00
CABO	.382	660,679.29
SOLDADO 1a. CLASSE	.370	639,924.96
SOLDADO 2a. CLASSE	.350	605,334.42
ALUNO DE 3o. ANO	.477	824,984.34
ALUNO DE 2o. ANO	.447	773,098.54
ALUNO DE 1o. ANO	.427	738,508.00

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO - ESTATUTÁRIO

INTERMEDIÁRIO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
CATEGORIA FUNCIONAL	CÓDIGO	PADRÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	CÓDIGO	PADRÃO
Inspetor de Presídio	XG17	G	AGENTE PENITENCIÁRIO I	X003	G
Agente de Reclusão	XG14	F	AGENTE PENITENCIÁRIO II	X004	F
Assistente Administrativo	XA02	F	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	X007	
Assistente de Assuntos Culturais	XS04	F	ASSISTENTE DE ASSUNTOS CULTURAIS	X009	G
Auxiliar de Enfermagem	XS05	E	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	X022	G
Agente Social	XS03	E	AUXILIAR DE SERVIÇO SOCIAL	X025	E
Calculista de Medição	XA05	F	CALCULISTA DE MEDIÇÃO	X026	H
Desenhista	XS06	E	DESENHISTA	X029	F
Inspetor de Pesos e Medidas	XS08	F	FISCAL METROLÓGICO	X035	G
Inspetor de Saneamento	XS09	F	INSPECTOR DE SANEAMENTO	X041	G
Técnico Agrícola	XS14	H	TÉCNICO DE AGROPECUÁRIA	X056	H
Técnico de Contabilidade	XA06	H	TÉCNICO DE CONTABILIDADE	X076	H
Técnico de Enfermagem	XS17	H	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	X080	H
Fotógrafo	XS07	D	TÉCNICO DE FOTOGRAFIA	X082	G
Aerofotogrametrista	XS01	H	TÉCNICO DE FOTOGRAMETRIA	X083	H
Laboratorista de Solos	XS11	H	TÉCNICO DE LABORATÓRIO	X085	H
Técnico de Laboratório de Análises Clínicas	XS10	H	TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	X086	F
Técnico de Radiologia	XS18	H	TÉCNICO DE RADIOLOGIA	X096	H
Operador de Raios X	XS12	D			
Topógrafo	XS19	H	TOPOGRAFO	XR06	H

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO - ESTATUTÁRIO

APOIO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
CATEGORIA FUNCIONAL	CÓDIGO	PADRÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	CÓDIGO	PADRÃO
Agente de Saneamento	XS02	E	AGENTE DE SANEAMENTO	XM02	E
Almoxarife	XA01	E	ALMOXARIFE	XM03	E
Artífice	XG01	B	ARTÍFICE	XM05	C
Ascensorista	XG02	A	ASCENSORISTA	XM06	B
Atendente de Enfermagem	XG03	C	ATENDENTE DE ENFERMAGEM	XM11	E
Auxiliar Administrativo	XA03	D	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	XM13	E
Auxiliar de Artífice	XG05	A	AUXILIAR DE ARTÍFICE	XM15	B
Inspetor de Alunos	XG16	B	AUXILIAR DE ATIVIDADES DE ENSINO	XM16	C
Auxiliar de Escritório	XA04	C	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	XM19	C
Auxiliar de Manobras	XG06	B	AUXILIAR DE MANOBRAS	XM26	B
Auxiliar de Artes Gráficas	XG04	D	AUXILIAR DE PRODUÇÃO GRÁFICA	XM32	D
Auxiliar de Serviços Gerais	XG07	A	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	XM34	B
Técnico em Manutenção Eletrônica	XS16	E	AUXILIAR TÉCNICO DE ELETRÔNICA	XM39	E
Auxiliar Técnico de Topografia	XS20	D	AUXILIAR TÉCNICO DE TOPOGRAFIA	XM41	E
Carpinteiro	XG11	C	CARPINTEIRO	XM46	E
Condutor Motorista Ferry-Boat	XG19	F	CONDUTOR MOTORISTA	XM48	C
Conferente Portuário	XG12	E	CONFERENTE PORTUÁRIO	XM49	E
Eletricista	XG13	D	ELETRICISTA	XM66	E
Feitor	XG10	F	FEITOR	XM68	E
Latoeiro	XG18	D	FUNILEIRO	XM69	E
Instrutor de Formação Específica	XS21	F	INSTRUTOR DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	XM71	E
Marceneiro	XG20	D	MARCENEIRO	XM76	E

Mecânico	XG22	D	MECÂNICO	XH78	E
Mecânico de Equipamento Pesado	XG21	F	MECÂNICO DE EQUIPAMENTO PESADO	XH80	H
Mestre de Obras	XG23	G	MESTRE DE OBRAS	XH82	H
Motorista	XG25	I	MOTORISTA	XH86	F
Operador de Equipamento Pesado	XG26	E	OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO	XH96	F
Operador de Som	XS13	A	OPERADOR DE ESTÚDIO DE RÁDIO	XH97	F
Técnico em Artes Gráficas	XS15	F	OPERADOR GRÁFICO	GH02	G
Pedreiro	XG27	C	PEDREIRO	GH06	F
Pintor de Paredes	XG28	I	PINTOR DE PAREDES	XH07	D
Porteiro	XG29	B	PORTEIRO	XH11	C
Servente	XG30	A	SERVENTE	XH16	B
Telefonista	XA07	B	TELEFONISTA	XH19	D
Guarda	XG15	A	VIGIA	XN24	C
Auxiliar de Trânsito	XG08	C	VISTORIADOR DE VEÍCULOS	XN25	D

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 226/92

PARECER

O presente Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo, objetiva reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis ativos e inativos dos salários do Pessoal regidos pela CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado.

Esta Comissão foi chamada a opinar, e do ponto de vista legal e constitucional, nada obsta a normal tramitação nesta Assembléia Legislativa.

Sendo, assim, o Parecer é FAVORÁVEL na forma do Substitutivo Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.92

Ass, ERONDY SILVERIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 226/92

PARECER

O presente Projeto de Lei, é oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem nº 62/92, objetiva reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis ativos e inativos, dos salários do Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, assim como da remuneração

dos servidores militares do Estado.

Sobre a propositura, em seus aspectos legal e constitucional, a Comissão de Constituição e Justiça ofereceu Parecer Favorável, na forma de Substitutivo Geral.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, na forma do Substitutivo Geral, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.92

Ass, LOURENÇO FREGONESE - Presidente

RENATO ADUR - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo e dos soldados integrantes da Polícia Militar, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de agosto de 1992, na forma das tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei.

II - a partir de 1º de setembro de 1992, na forma das tabelas que constituem

Art. 2º - A tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo artigo 107, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973 com a alteração dada pelo artigo 2º da Lei nº 10.000, de 26 de junho de 1992, passa a vigorar com os seguintes índices:

1 - Oficiais Superiores	
Coronel	1.000
Tenente Coronel	913
Major	872
2 - Oficiais Intermediários	
Capitão	800
3 - Oficiais Subalternos	
Primeiro Tenente	731
Segundo Tenente	658
4 - Praças Especiais	
Aspirante a Oficial	532
Aluno (3º ano)	477
Aluno (2º ano)	447
Aluno (1º ano)	427
5 - Praças	
Subtenente	532
1º Sargento	477
2º Sargento	447
3º Sargento	427
Cabo	382
Soldado 1ª classe	370
Soldado 2ª classe	350

Art. 3º. A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980 e pela Lei nº 10.000, de 26 de junho de 1992, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os percentuais, abaixo fixados:

Coronel	249,26%
Tenente Coronel	243,95%
Major	240,13%
Capitão	185,77%
1º Tenente	127,77%
2º Tenente	104,87%
Aspirante a Oficial	101,70%
Aluno EFO - 3º ano	73,78%
Aluno EFO - 2º ano	66,07%
Aluno EFO - 1º ano	57,09%
Subtenente	99,57%
1º Sargento	99,51%
2º Sargento	89,25%
3º Sargento	80,42%
Cabo	68,22%
Soldado de 1ª Classe	68,17%
Soldado de 2ª Classe	62,05%

Art. 4º. A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado, fica fixada:

I - a partir de 1º de agosto de 1992, em Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), sendo Cr\$ 3.187.500,00 (três milhões, cento e oitenta e sete mil e quinhentos cruzeiros) de vencimento básico e Cr\$ 4.312.500,00 (quatro milhões, trezentos e doze mil e quinhentos cruzeiros) pelo exercício de encargos, especiais; e

II - a partir de 1º de setembro de 1992, em Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 3.825.000,00 (três milhões e oitocentos e vinte e cinco mil cruzeiros) de vencimento básico e Cr\$ 5.175.000,00 (cinco milhões e cento e setenta e cinco mil cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 5º O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e em Cr\$ 2.415,00 (dois mil e quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992 e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), em 1º de agosto de 1992 e para Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), em 1º de setembro de 1992.

Art. 6º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de agosto de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992 e

II - a partir de 1º de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 7º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil e setecentos e três cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil e duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), a partir de setembro de 1992.

Art. 8º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.373, de 24 de setembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 4.157,06 (quatro mil e cento e cinquenta e sete cruzeiros e seis centavos), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 5.116,38 (cinco mil e cento e dezesseis cruzeiros e trinta e oito centavos), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 9º - O servidor da administração direta e das autarquias, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, perceberá, a título de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na

forma prevista no artigo 37 inciso XIV da Constituição Federal, até o máximo de 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos de serviço público efetivamente prestado na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

Parágrafo único - Ficam congelados, em seus atuais valores as importâncias já concedidas a título de adicional por tempo de serviço em desacordo com o estabelecido no caput deste artigo, até que se verifique a sua adequação aos critérios e base de cálculo aqui estabelecidos.

Art. 10 - Fica alterada a nomenclatura dos cargos, grupos ocupacionais e padrões de que trata o Anexo I, da Lei n° 7.424, 17 de dezembro de 1980, na forma do disposto no Anexo III, desta Lei.

Parágrafo Único - os efeitos financeiros, decorrentes da aplicação do disposto neste artigo, serão devidos a partir de 1° de setembro de 1992.

Art. 11 - Fica extinta, mediante incorporação aos vencimentos e salários dos ocupantes dos cargos de nível universitário da administração direta e das autarquias, extensivo aos inativos, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), de que tratam a Lei n° 9.049, de 06 de julho de 1989 e a Lei n° 9.515, de 07 de janeiro de 1991.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos servidores ocupantes de cargos de nível superior, que exerçam as funções de pesquisador, responsáveis pela elaboração e implementação de programa/projetos de pesquisas de relevância para o Estado, a Gratificação de Incentivo à Pesquisa, composta de uma parte fixa baseada na titulação e outra variável baseada no mérito, aferíveis anualmente, no percentual de até 60% (sessenta por cento), calculados sobre os seus vencimentos e/ou salários básicos.

§ 1° - A regulamentação da gratificação de que trata este artigo será estabelecida em Decreto, mediante proposta da Secretaria de Estado e da Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta Lei.

§ 2° - A gratificação de que trata o "caput" deste artigo não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens e é incompatível com a Gratificação de Incentivo de que trata o artigo 3°, da Lei n° 9.788, de 29 de outubro de 1991 e o ... da Lei n° 9.877, de

27 de dezembro de 1991.

Art. 13 - Fica instituída gratificação a ser atribuída exclusivamente, aos servidores que atuam junto ao Ouvidor Geral do Estado desempenhando as atividades de ouvidor, no valor de Cr\$ 416.000 00 (quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), a partir de agosto de 1992 e de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) a partir de 1° de setembro de 1992, reajustada na mesma época e índice geral do funcionalismo.

§ 1° - A regulamentação da gratificação de que trata este artigo será estabelecida em Decreto, mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração.

§ 2° - A gratificação de que trata este artigo não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 14 - Os índices percentuais fixados nesta Lei não se aplicam aos servidores da Administração dos Portos de Paranguá e Antonina - APPA.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do artigo 1° desta Lei, ficando revogados o inciso II do art. 73 e o art. 74, da Lei n° 7.051, de 04 de dezembro de 1978, respeitados os direitos adquiridos aos funcionários que na data da publicação desta Lei, preencham as condições temporais fixados nestes artigos, a Lei n° 9.049 de 06 de julho de 1989 a Lei n° 9.515 de 07 de janeiro de 1991 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino, para encaminhar a votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em todas as vezes, como já disse anteriormente, que vem para esta Casa Projeto de aumento dos servidores públicos do Paraná, vem desta forma: com a prática e o estilo do Governador Roberto Requião, a exemplo do que se viu aqui - nos pronunciamentos, quanto ao Decreto que o mesmo publicou nesses dias. Nesta área dos servidores do Estado a postura do Governador Roberto Requião vem nos decepcionando a

cada vez que uma mensagem vem para esta Casa.

Vem de forma autoritária, que já é prática desse governo, arrogante, que se diz ou se faz o senhor da verdade no Paraná. Em nenhum momento, nesses dois anos de governo, o Governador Roberto Requião que se diz democrático, que quer mostrar uma postura de esquerda, teve o respeito de conversar com os servidores, com as organizações dos servidores do Paraná para discutir seus problemas salariais, para tentar repor as suas perdas, tanto é que por Decreto, acabou com a data-base dos servidores do Estado do Paraná.

Nós não podemos concordar com mensagens encaminhadas, desta forma, para a Assembleia Legislativa: Primeiro: pela forma como vem e como se atropela nesta Casa, o Sr. Líder do Governo conversou conosco antecipadamente sobre esse requerimento, nós não concordamos, porque dissemos que tínhamos emendas e que nós queremos ajudar a aperfeiçoar o Projeto do Sr. Governador, por isto, os Projetos não poderiam ser votados em Sessão Extraordinária hoje. Mas que tivéssemos o tempo para discutirmos e para apresentarmos as emendas em segunda discussão, que, normalmente, se faria amanhã.

As Mensagens nem sequer acenam para uma política salarial dos servidores do Paraná que vêm a mercê de uma política salarial desde que o governo assumiu. Uma defasagem salarial, com perdas salariais de aproximadamente 250%, nós temos aqui aumentos concedidos com percentual de 50% mas que isso pode se resumir em 25 ou 30, porque os 25% concedidos de início e os outros, 25% referentes ao mês anterior, nada mais é do que repor a inflação daquele mês e não se sabe que inflação terá no mês seguinte. Pelo que se percebe por aí, no clima nacional, poderá haver um disparo na inflação e os servidores com este aumento de 50%, não lhes é coberta nem a inflação do mês.

Desta forma, com os aumentos propostos pelas Mensagens Governamentais, grande parte do salário dos servidores vão ser aumentados para 250, 280, 290 mil cruzeiros, quando, a política salarial do governo já prevê um aumento do salário-mínimo para quinhentos e poucos mil cruzeiros. O que será do salário dos servidores num Projeto desta natureza? Grande parcela dos servidores receberá metade do salário mínimo quando este for aumentado, no mês que vem.

O Governador ainda requer nos seus projetos uma carta branca da Assembleia Legislativa, para instituir e rever - mediante decreto, as gratificações ao funcionalismo e definir também, por sua própria vontade, os critérios para a sua

aplicação, excluindo: negociação, discussão e a conversa, pelo menos, respeitando os representantes das organizações de servidores do Estado do Paraná.

A forma como o Poder Executivo quer alcançar para fazer a isonomia salarial não pode ser através de decretos, instituindo e cancelando gratificações diferenciadas, mas sim instituir, estabelecer o Regime Jurídico Único e o plano de cargos e salários, através de ampla discussão com os servidores do Paraná.

Não poderá ser dessa forma que se resolverá a crise salarial e os problemas salariais dos servidores do Estado do Paraná que estão numa defasagem sem tamanho, desde o Governo Alvaro Dias!

O Projeto do Governador busca conseguir uma carta branca da Assembleia, para alcançar a isonomia a seu bel-prazer e fazê-la sem nenhum respeito aos servidores do Estado do Paraná. Nós não queremos encaminhar contra o aumento dos servidores que fique bem claro a esta Casa, a imprensa e a todos os que nos ouvem, não queremos encaminhar contra o aumento do Governador, ao aumento dos salários, mas sim à forma e o irrisório percentual de aumento que o Governador envia para esta Casa, para os servidores do Paraná.

Por isso nós não concordamos! Encaminhamos contra, votaremos contra os Projetos de Lei n°s 225/92, 227/92, 228/92, 229/92 e 174/92, que estarão, na sequência sendo votados, nesta Casa.

O nosso voto já fica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrado contrário, e pedimos que esta Casa não aprove dessa forma esses reajustes dos servidores e que amanhã, ou na próxima Sessão possamos melhorar esses reajustes, e contemplar o direito de sobrevivência justa digna de um ser humano, de um paranaense que dá a sua vida pelo Paraná, se sacrificando, dando a sua vida de trabalho para não ver em cima de suas mesas o pão e o leite para seus filhos!

Nós queríamos que este Projeto fosse melhorado e que ele realmente atendesse as reivindicações dos servidores, para que se pudesse rever as perdas salariais, fazer com que o salário fosse realmente um salário digno para os servidores do Estado. Desta forma como vem encaminhado e como vai ser votado também na Sessão seguinte, como já foi aprovado aqui, nós queremos encaminhar contrariamente, não o aumento mas a forma!

E como não se pode melhorar o Projeto, como não poderemos discutir melhor, discutir com os servidores e acatar as suas reivindicações, nós vamos encaminhar e votar contrariamente os Projetos por nós aqui citados.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) Sr. Presidente.

Eu quero retirar do pronunciamento que fiz no Horário da Liderança do meu Partido, o PST, o requerimento que estava encaminhando à Mesa com relação ao Pedido de Informações que fiz à Secretaria da Educação, pois acaba de me ser entregue pela Diretoria do Plenário, a cópia da resposta que a Secretaria já nos havia encaminhado.

Então, a única coisa que retiro do que disse é com relação ao requerimento que encaminhei a V.Exa. nos demais mantenho e aguardamos novas denúncias nas próximas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Maia para encaminhar a votação.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fazendo uma análise bastante sucinta a respeito da Mensagem de S. Exa. o Governador do Estado, nós destacamos alguns pontos que são preocupantes, na nossa visão de servidor público do Estado do Paraná.

Como dizíamos anteriormente, em todos os encaminhamentos de Mensagens de reajuste do servidor público o Governo do Estado sempre embute algum prejuízo.

Vejamos o que diz o artigo 9º, no seu Parágrafo Único: -"Ficam congelados em seus atuais valores, as importâncias já concedidas a título de adicional por tempo de serviço, em desacordo com o estabelecido no caput desse artigo, até que se verifique a sua adequação aos critérios e base de cálculo aqui estabelecidos."

Ora, nós já tiramos em Sessões anteriores o direito de incorporação dos cargos comissionados e das gratificações. Neste momento, quando nós sabemos que a maioria dos servidores públicos do Estado e também desta Casa vão ficar no próximo mês com salários abaixo do salário mínimo, nós propomos, o Governo do Estado propõe o congelamento dessas importâncias.

Vemos também a intenção do Governo do Estado de alterar a nomenclatura dos cargos, dos grupos ocupacionais e padrões anteriores anexos dessa Mensagem. Diz mais adiante no artigo 12, e aqui fica a nossa preocupação, da assinatura de uma promissória em branco para que o Governo do Estado decida como bem quer a respeito da vida dos servidores, quando no artigo 12 desta Mensagem, ele diz: "Fica o Poder Executivo autorizado..."

Quando nós apresentamos à Casa, e muitos Parlamentares já tenham apresentado, Projetos de Lei autorizatórios ao Governo do Estado, isso não é possível. Agora, nós

vamos autorizar ao Governo do Estado a reajustar essas tabelas dos servidores públicos das instituições de ensino superior ao bel-prazer do Governo do Estado. Ora! Qual é o receio que o Governo do Estado tem em encaminhar a esta Casa Projeto de Lei que beneficia os servidores públicos do Paraná? Se há uma preocupação do Governo do Estado em rejeição, esta Casa jamais rejeitou qualquer Projeto do Governador que procurasse beneficiar os servidores públicos. E no momento em que se diz de uma autorização para legislar por decreto, obviamente nós temos a preocupação, temos a preocupação de vermos continuado esse tipo de atitude que tem sido a nível de servidores, tirando os poucos direitos que ainda lhes restam.

Isso é uma preocupação que estamos tendo, está aqui a nossa preocupação fundamentada no próprio artigo da Mensagem de Sua Excelência, o Governador do Estado. Diz também da não incorporação de salários às gratificações.

Mais adiante em seu artigo 13, institui a gratificação a ser exclusivamente aos servidores que atuam junto à Ouvidoria Geral do Estado.

E mais adiante, no seu parágrafo 1º, diz que a regulamentação da gratificação também será estabelecido através de decreto. Mas adiante, em seu artigo 14, diz: "Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever gratificações de atividades aos seus servidores para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no artigo 33, parágrafo 2º da Constituição do Estado do Paraná."

E nós acreditamos que esta isonomia não pode se dar através de um decreto do Poder Executivo, tem que se dar através de Projeto de Lei do Poder Executivo, garantindo através de Lei o que estabelece a Constituição do Estado do Paraná.

Fica, também, registrado aqui a nossa preocupação em relação ao artigo 16 que retira dos servidores da Secretaria das Finanças a série de benefícios que ainda resta àquele segmento dos servidores.

Então, por isso nós do PDT estamos preocupados com essa política de pessoal, de salário determinado pelo Governo do Estado. Nós não votaremos contra o reajuste dos servidores, mas votaremos contra a forma de se encaminhar esse tipo de Mensagem tirando esses direitos, nós votaremos contra a esse tipo de postura, que a nosso ver desrespeita esta Casa porque não tem tempo de se discutir a matéria, como também se desrespeita os servidores públicos do Estado do Paraná.

E nós estamos vendo que mesmo com as tabelas corrigidas nesses percentuais do mês de agosto, no mês de setembro com a correção que está sendo proposto pelo Go-

verno do Estado, elas já estarão abaixo do salário mínimo.

Por isto, queremos deixar registrado: o PDT jamais se posicionará nesta Casa contra qualquer direito dos servidores públicos, jamais votará contra o reajuste, mas votará contra esse tipo de encaminhamento que ao nosso ver é desrespeitoso e traz ainda mais prejuízos aos servidores públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1ª discussão do Projeto de Lei nº 226/92.
Em votação.
Aprovado.

O DR. ROSINHA - Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PAULO MAIA - Com o voto contrário da Bancada do PDT a forma do encaminhamento e não o reajuste.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 63/92, que reajusta os vencimentos dos Servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 118, de 19.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 225/92

P A R E C E R:

O Plano de lei em tela, oriundo do Poder Executivo, Mensagem nº 63/92, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos Servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Sobre o aspecto constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, nada há que impeça a sua normal tramitação pelos demais órgãos deste Poder.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 225/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 63/92, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos Servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA.

A medida proposta recebeu Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Jus-

tiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 227/92, de autoria do Poder Judiciário, que fixa os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 227/92 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - A partir do 1º de agosto de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta lei;

II - A partir de 1º de setembro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta lei.

Art. 2º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado a partir de 1º de agosto de 1992, em Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros) e a partir de 1º de setembro de 1992 em Cr\$ 2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze cruzeiros).

Art. 3º - O valor da pensão especial fica reajustado nos mesmos percentuais atribuídos pela presente lei, de forma a preservar a proporção estabelecida pelo art. 260, da Lei nº 6.174/70.

Art. 4º - Os valores das gratificações de produtividade, ficam reajustados em 50% (cinquenta por cento), sendo 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de agosto de 1992, e os valores vigentes em julho de 1992 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de setembro de 1992 sobre os valores vigentes em agosto de 1992.

Art. 5º - Os valores das gratificações de Representação de Gabinete, ficam reajustados em 50% (cinquenta por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - A partir de 1º de agosto de 1992,

25% (vinte e cinco por cento), sobre os valores vigentes em julho de 1992 e

II - A partir de 1º de setembro de 1992, 20% (vinte por cento), sobre os valores vigentes em agosto de 1992.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.92

(a) PODER JUDICIÁRIO

ANEXO I

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alcaça, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1º de agosto de 1992.

TABELA I

NIVEL	VALOR
1	1.213.879,71
2	1.141.041,44
3	1.068.214,20
4	995.375,24
5	922.556,29
6	891.657,30
7	829.751,21
8	603.448,16
9	546.865,69
10	490.308,49
11	433.708,20
12	377.143,71

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	1.600.852,11
II	1.504.022,88
III	1.408.742,80

TABELA III
CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	662.492,51
2-C	611.844,96
3-C	564.798,26
4-C	521.391,85
5-C	490.390,34
6-C	460.766,91

TABELA IV
CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	525.706,24
DAS-2	397.605,01
DAS-3	288.236,76
DAS-4	139.500,05
DAS-5	826.576,41

TABELA V
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	38.743,33
2-F	32.888,99
3-F	29.001,96
4-F	23.279,84
5-F	21.275,49

ANEXO I
TABELA VI
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	1.798.650,00	2.398.200,00
02	1.635.015,00	2.180.019,38
03	1.486.308,75	1.981.745,63
04	1.351.145,63	1.801.528,13
05	1.228.346,25	1.637.793,75
06	1.023.667,50	1.364.889,38
07	853.053,75	1.132.403,13
08	710.900,63	967.868,75
09	592.436,25	789.913,13
10	515.085,00	686.780,63
11	447.922,50	597.228,75
12	389.434,38	519.311,25
13	338.636,88	451.582,50
14	282.281,25	374.374,38
15	266.978,13	353.998,75

T A B E L A VII
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE ALCADA

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	1.349.917,50	1.799.891,25
02	1.285.610,63	1.714.147,50
03	1.224.423,75	1.632.564,38
04	1.166.107,50	1.554.810,00
05	1.110.573,75	1.480.766,25
06	1.067.593,13	1.423.456,88
07	1.025.716,33	1.367.621,25
08	955.966,88	1.274.623,13
09	910.425,00	1.213.999,38
10	827.655,00	1.103.640,63
11	752.409,38	1.003.213,13
12	684.022,50	912.031,88
13	621.823,13	829.096,75
14	565.314,38	753.753,75
15	499.683,75	666.245,63
16	457.383,75	609.845,63

A N E X O II

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alcada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1º de setembro de 1992.

T A B E L A I

NIVEL	VALOR
1	1.456.655,65
2	1.369.249,73
3	1.281.857,04
4	1.194.450,29
5	1.107.067,55
6	1.069.988,76
7	995.701,45
8	724.137,79
9	656.238,83
10	588.370,19
11	520.449,84
12	452.572,45

T A B E L A II

CLASSE	VALOR
I	1.921.022,53
II	1.807.227,46
III	1.690.491,36

A N E X O II
T A B E L A III
CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	794.991,01
2-C	734.213,95
3-C	677.757,91
4-C	626.030,22
5-C	588.468,41
6-C	553.160,29

T A B E L A IV
CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	1.830.847,49
DAS-2	1.677.126,01
DAS-3	1.545.884,11
DAS-4	1.367.400,06
DAS-5	1.231.891,69

T A B E L A V
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	46.492,00
2-F	39.466,79
3-F	34.802,35
4-F	27.935,81
5-F	25.530,59

A N E X O II
T A B E L A VI
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	2.158.380,00	2.877.840,00
02	1.942.018,00	2.616.023,25
03	1.783.370,50	2.378.094,75
04	1.621.274,75	2.161.833,75
05	1.474.015,50	1.935.352,50
06	1.228.000,00	1.637.867,25
07	1.023.634,50	1.364.883,75
08	853.080,75	1.137.442,50
09	710.233,50	947.895,75
10	618.000,00	824.136,75
11	537.000,00	716.674,50
12	467.381,25	623.173,50
13	406.434,25	541.899,00
14	338.732,50	451.649,25
15	320.397,75	427.198,50

T A B E L A VII
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE ALCADA

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	1.619.901,00	2.159.869,50
02	1.542.732,75	2.056.977,00
03	1.469.308,50	1.959.077,25
04	1.399.329,00	1.865.772,00
05	1.332.688,50	1.776.919,50
06	1.281.111,75	1.708.148,25
07	1.230.860,25	1.641.145,50
08	1.147.160,25	1.529.547,75
09	1.092.510,00	1.456.679,25
10	993.186,00	1.324.248,75
11	902.891,25	1.203.855,75
12	820.827,00	1.094.432,25
13	746.187,75	994.918,50
14	678.377,25	904.504,50
15	599.620,50	799.494,75
16	548.860,50	731.814,75

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 227/92

PARECER:

Oriundo do Poder Judiciário, através do ofício n° 83/92, que objetiva reajustar os vencimentos dos integrantes do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, a partir de 1° de agosto de 1992.

No aspecto constitucional e legal, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação, estando a proposição em condições de ser apreciada pelo Douto Plenário desta Casa.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente;

HERMAS BRANDÃO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 227/92

PARECER:

O presente Projeto é oriundo do Poder Judiciário, através do ofício n° 83/92, que objetiva reajustar os vencimentos dos integrantes do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, a partir de 1° de agosto de 1992.

Sobre a matéria houve o pronunciamento FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente;

RENATO ADUR - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 228/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que reajusta salários dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, e do pessoal regido pela CLT, do quadro de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. com parecer favorável da C.F. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 228/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1° de agosto de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei;

II - a partir de 1° de setembro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2° O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 1° de agosto de 1992 e em Cr\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1° de setembro de 1992, e o valor das Pensões Especiais para

Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 180.000 (cento e oitenta mil cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 3º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de agosto de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992, e

II - a partir de 1º de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil, setecentos e três cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 5º - O servidor do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, perceberá, a título de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na forma prevista no artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 07 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 05

(cinco) anos de serviço público efetivamente prestado na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

Art. 6º - Fica extinta, mediante incorporação aos vencimentos e salários dos ocupantes dos cargos de nível universitário, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, extensivo aos inativos, a Gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), de que trata a Lei nº 9.049, de 06 de julho de 1989 e a Lei nº 9.576, de 14 de março de 1991.

Art. 7º - Fica a Procuradoria Geral de Justiça autorizada a instituir e rever gratificações de atividades aos seus servidores, para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no art. 33, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 8º - A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no art. 1º, ficando revogada a Lei nº 9.576 de 14 de março de 1991.

Sala das Sessões, em 19.08.92

(a) PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI Nº.

TABELA II

VIG.08/92

CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO DAS-1.....	1.525.706,24
SÍMBOLO DAS-3.....	1.288.236,77
SÍMBOLO DAS-5.....	1.026.576,42

B - CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO 1-C.....	662.492,52
SÍMBOLO 3-C.....	564.798,27
SÍMBOLO 9-C.....	382.871,75

TABELA III

FUNÇÃO GRATIFICADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÍMBOLO 1-F.....	38.743,31
SÍMBOLO 2-F.....	32.888,98
SÍMBOLO 4-F.....	23.279,83

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI Nº.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TABELA Nº.

AGOSTO DE 1.992

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
2.386.750,86	2.399.820,86	2.494.980,86	2.594.780,10	2.698.571,30	2.806.514,16	2.916.774,72	3.035.525,71	3.156.946,74	3.283.224,61	3.414.553,59
2.811.642,15	2.892.187,84	2.175.792,15	2.262.823,84	2.353.336,79	2.447.470,27	2.545.347,88	2.647.183,84	2.753.071,19	2.863.194,44	2.977.721,80
1.714.163,84	1.782.732,47	1.854.841,77	1.928.283,44	2.005.331,38	2.085.544,84	2.168.966,64	2.255.725,30	2.345.954,31	2.439.792,49	2.537.384,18
1.475.389,98	1.534.613,50	1.595.998,84	1.659.837,96	1.726.231,48	1.795.280,74	1.867.091,97	1.941.775,63	2.019.446,67	2.100.224,54	2.184.233,32
920.749,89	966.786,54	1.015.125,87	1.065.882,17	1.119.176,27	1.175.135,89	1.233.891,84	1.295.586,43	1.360.365,76	1.428.384,04	1.499.883,25
848.836,43	898.461,35	934.984,42	981.733,64	1.030.820,32	1.082.361,34	1.136.479,41	1.193.303,38	1.252.968,54	1.315.616,97	1.381.397,82
775.361,63	814.136,81	854.842,81	897.584,93	942.464,26	989.587,41	1.039.866,78	1.091.820,12	1.145.571,13	1.202.849,58	1.262.992,17
702.676,99	737.810,84	774.791,38	813.436,45	854.108,23	896.813,62	941.654,37	988.737,89	1.038.173,94	1.090.082,64	1.144.386,77
678.446,85	712.369,19	747.987,63	785.387,83	824.656,39	865.889,21	909.183,67	954.642,35	1.002.374,99	1.052.493,74	1.105.119,88
629.960,26	661.485,57	694.339,85	729.287,84	765.752,24	804.439,85	844.241,84	886.453,93	930.776,63	977.315,46	1.026.181,23
557.295,51	585.160,29	614.418,30	645.139,21	677.396,18	711.265,98	746.829,28	784.174,75	823.379,29	864.546,25	907.775,80
484.590,69	508.826,52	534.267,85	560.981,24	589.030,3	618.481,82	649.485,91	681.876,21	715.970,82	751.768,52	789.356,94

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI Nº.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SETEMBRO DE 1.992

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1.768.140,87	2.878.824,47	2.993.977,84	3.113.736,12	3.238.283,56	3.367.816,98	3.502.529,66	3.642.638,85	3.788.336,88	3.939.869,53	4.097.464,31
1.400.770,58	2.580.529,45	2.618.950,58	2.715.388,61	2.824.804,15	2.936.964,32	3.054.442,89	3.176.628,61	3.303.685,43	3.435.832,85	3.573.266,6
2.856.999,80	2.539.278,96	2.224.850,12	2.313.844,13	2.406.377,89	2.502.653,81	2.602.759,96	2.706.876,36	2.815.45,17	2.927.750,96	3.044.861,82
1.770.747,86	1.841.536,20	1.915.197,65	1.991.805,55	2.071.477,77	2.154.336,89	2.240.510,36	2.330.130,77	2.423.336,81	2.520.269,45	2.621.688,22
1.04.898,91	1.160.143,86	1.218.151,85	1.279.858,60	1.343.811,53	1.410.162,11	1.480.674,21	1.554.763,72	1.632.438,91	1.714.068,85	1.799.713,90
1.678,121	1.868.553,63	1.121.981,31	1.178.888,37	1.236.984,39	1.298.835,61	1.363.775,29	1.431.964,86	1.503.562,26	1.578.748,37	1.657.677,39
930.441,5	976.963,21	1.025.811,37	1.077.181,94	1.130.937,83	1.187.584,83	1.246.830,13	1.309.224,14	1.374.685,34	1.443.419,61	1.515.790,59
843.212,38	885.373,80	929.641,65	976.123,73	1.024.929,92	1.076.176,41	1.129.955,23	1.186.484,56	1.245.888,72	1.308.859,16	1.373.584,12
814.136,22	854.843,83	897.585,18	942.464,44	989.587,66	1.039.867,83	1.091.820,40	1.145.571,42	1.202.849,99	1.262.992,49	1.326.421,11
735.983,51	793.782,69	833.471,82	875.145,41	918.982,68	964.847,82	1.013.896,21	1.063.744,72	1.116.931,95	1.172.778,55	1.231.457,88
668.754,61	702.192,34	737.381,96	774.167,86	812.875,41	853.519,19	896.195,14	941.894,89	988.855,14	1.037.457,90	1.089.238,79
581.516,83	616.591,83	641.121,42	673.177,49	706.636,37	742.178,19	779.287,10	816.251,4	859.164,82	902.122,23	947.226,34

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI No.

TABELA II

VIG. 09/92

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO DAS-1.....	1.830.847,49
SÍMBOLO DAS-3.....	1.545.864,12
SÍMBOLO DAS-5.....	1.231.891,70

B - CARGOS EM COMISSAO

SÍMBOLO 1-C.....	794.991,03
SÍMBOLO 3-C.....	677.757,92
SÍMBOLO 9-C.....	459.446,10

TABELA III

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SÍMBOLO 1-F.....	46.491,98
SÍMBOLO 2-F.....	39.466,77
SÍMBOLO 4-F.....	27.935,80

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI No.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TABELA

GABINETE, SETEMBRO DE 1992

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1.762.144,47	2.875.824,07	2.993.977,04	3.113.736,12	3.236.285,56	3.361.856,98	3.542.529,66	3.642.636,85	3.788.336,08	3.939.869,53	4.097.464,3			
2.410.978,58	2.514.529,4	2.614.954,58	2.715.388,61	2.824.044,75	2.936.944,32	3.054.442,89	3.176.628,61	3.285.485,43	3.435.832,85	3.573.284,34			
2.856.999,04	2.935.278,96	2.224.824,12	2.313.844,13	2.446.393,89	2.562.653,81	2.642.759,96	2.746.874,36	2.815.145,17	2.927.750,98	2.844.861,6			
1.74.747,85	1.84.536,26	1.910.197,65	1.997.885,55	2.077.477,77	2.154.336,89	2.244.516,36	2.336.138,77	2.423.336,01	2.526.269,45	2.621.886,2			
1.04.898,95	1.164.143,86	1.218.151,45	1.279.056,68	1.343.011,53	1.414.162,11	1.486.674,21	1.554.743,72	1.632.438,91	1.714.864,85	1.799.763,9			
1.17.676,12	1.462.553,63	1.121.981,31	1.178.684,37	1.236.984,25	1.298.831,61	1.363.775,29	1.431.964,06	1.503.562,26	1.576.744,37	1.657.677,3			
934.441,15	976.963,21	1.025.811,57	1.077.161,94	1.130.957,63	1.187.144,88	1.246.884,13	1.309.224,14	1.374.685,34	1.443.419,61	1.515.594,5			
943.210,38	885.373,04	929.641,65	976.120,73	1.024.925,92	1.076.176,41	1.129.925,23	1.186.484,50	1.245.888,77	1.308.099,56	1.373.584,1			
814.136,22	854.843,43	897.585,18	942.464,44	989.581,66	1.039.847,85	1.093.626,44	1.145.571,42	1.202.849,99	1.262.942,49	1.326.142,1			
755.983,53	793.762,69	833.471,82	875.145,41	918.962,68	964.847,85	1.013.094,21	1.063.744,72	1.116.931,95	1.172.778,55	1.231.478,55			
668.754,61	702.192,34	737.361,96	774.167,46	812.875,41	853.519,18	896.195,14	941.044,89	988.855,14	1.037.427,96	1.088.334,7			
581.516,03	614.591,83	641.101,42	673.177,49	706.856,37	742.178,19	779.287,10	816.251,45	857.144,42	902.122,28	947.226,1			

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI NO.

TABELA II

VIG. 09/92

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO DAS-1.....	1.830.847,49
SÍMBOLO DAS-3.....	1.545.864,12
SÍMBOLO DAS-5.....	1.231.891,70

B - CARGOS EM COMISSAO

SÍMBOLO 1-C.....	794.991,00
SÍMBOLO 3-C.....	677.751,91
SÍMBOLO 9-C.....	459.441,10

TABELA III

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SÍMBOLO 1-F.....	46.491,98
SÍMBOLO 2-F.....	39.466,77
SÍMBOLO 4-F.....	27.935,58

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI NO.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

TABELA I

DECRETO Nº 6057 DE 1992

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1.306.758,4	2.395.824,00	2.491.934,50	2.594.784,10	2.698.571,30	2.803.514,10	2.918.774,70	3.035.521,70	3.156.940,74	3.283.224,60
1.411.641,10	2.497.187,84	2.575.791,13	2.662.823,84	2.753.336,72	2.847.476,27	2.945.369,88	3.047.163,84	3.153.071,19	3.263.194,84
1.514.163,84	1.782.732,47	1.854,04	1.926.281,44	2.000,33	2.082.344,84	2.166.965,54	2.255.725,36	2.349.950,51	2.449.791,45
1.615.385,90	1.534.613,50	1.570.956,84	1.654.837,96	1.726.231,48	1.770.284,74	1.867.871,97	1.941.773,53	2.019.440,67	2.104.224,54
924.745,89	966.786,54	1.010.125,87	1.063.832,17	1.119.170,27	1.175.130,89	1.233.891,84	1.295.586,43	1.360.365,76	1.428.384,64
848.838,43	890.461,35	934.984,42	981.733,64	1.030.824,32	1.082.561,34	1.136.479,41	1.193.283,38	1.252.968,54	1.315.616,97
770.367,63	814.136,81	854.842,81	897.584,93	942.464,26	989.587,41	1.039.862,78	1.092.826,12	1.145.571,13	1.202.845,68
701.676,99	737.818,84	774.781,38	813.436,45	854.186,27	896.813,69	941.654,37	988.737,89	1.038.173,94	1.089.881,54
676.446,25	712.369,19	747.987,65	785.367,83	824.656,35	865.887,21	908.183,67	954.642,33	1.002.374,25	1.052.483,74
629.966,28	661.485,57	694.531,95	729.287,84	765.752,24	804.025,85	844.241,62	886.453,93	930.776,63	977.315,46
557.295,51	585.160,29	614.418,30	645.139,21	677.356,18	711.265,98	746.829,25	784.178,75	823.375,29	864.548,25
484.596,65	508.826,52	534.267,85	560.981,24	589.030,31	618.461,82	649.405,91	681.876,21	715.971,82	752.768,52

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI No.

TABELA II

VIG.08/92

CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A - CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO DAS-1.....	2.525.706,24
SÍMBOLO DAS-3.....	1.288.236,77
SÍMBOLO DAS-5.....	1.026.574,42

B - CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO 1-C.....	662.492,52
SÍMBOLO 3-C.....	564.798,27
SÍMBOLO 9-C.....	382.871,75

TABELA III

FUNÇÃO GRATIFICADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÍMBOLO 1-F.....	38.743,31
SÍMBOLO 2-F.....	32.838,98
SÍMBOLO 4-F.....	23.279,83

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 228/92

PARECER:

Oriundo do Ofício n° 1089/92, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, que objetiva reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Paraná.

Constitucional e legalmente nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL na forma do Substitutivo Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

HERMAS BRANDAO

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 228/92

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, através do Ofício n° 1089/92, tem como objetivo reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e fun-

ções gratificadas dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Paraná. Sobre a matéria houve o pronunciamento Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma de Substitutivo Geral.

No âmbito desta Comissão não há nada que impeça a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE na forma do SUBSTITUTIVO GERAL apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE

Presidente

RENATO ADUR

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Art. 1° - Os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1° de agosto de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei:

II - a partir de 1º de setembro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e em Cr\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992, e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 3º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de agosto de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992, e

II - a partir de 1º de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil, setecentos e três cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 5º - O servidor do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, perceberá a título adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na forma prevista no artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 07 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco) por cento a cada 05 (cinco) anos de serviço público efetivamente prestado na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

Art. 6º - Fica extinta, mediante incorporação aos vencimentos e salários dos ocupantes dos cargos de nível universitário, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, extensivo aos inativos a Gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), de que trata a Lei nº 9.049, de 05 de julho de 1989 e a Lei nº 9.576, de 14 de março de 1991.

Art. 7º - A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no art. 1º, ficando revogada a Lei nº 9.576, de 14 de março de 1991.

Sala das Comissões, em 20.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 229/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado- OF nº 1388/92, que reajusta os níveis de vencimentos dos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., com PARECER FAVORÁVEL da C.F. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 229/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, pertencente ao Grupo Ocupacional II, e dos cargos efetivos correspondentes aos Grupos Ocupacionais III, IV e V e o Subgrupo Ocupacional, constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustados conforme disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, na forma da tabela I que constitui o Anexo I dessa Lei;

II - a partir de 01 de setembro de 1992, na forma da tabela I que constitui o Anexo II desta Lei.

Art. 2º - As tabelas de vencimentos dos cargos em comissão e das funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustadas conforme disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo I desta Lei;

II - a partir de 01 de setembro de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo II desta Lei.

Art. 3º - O valor do salário-família fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 01 de agosto de 1992 e Cr\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 01 de setembro de 1992.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Representação de Gabinete fica reajustado em 50% (cinquenta por cento) cuja implantação obedecerá o disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992; e

II - a partir de 01 de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento)

sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 5º - Fica fixado o valor único da Gratificação de Produtividade em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil, setecentos e três cruzeiros) a partir de 01 de agosto de 1992 e, em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro cruzeiros) a partir de 01 de setembro de 1992.

Art. 6º - Fica o Tribunal de Contas do Estado do Paraná autorizado a instituir e rever gratificações de atividade aos seus

servidores, para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no art. 33, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do Orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

A N E X O I

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos constantes do Anexo II, da Lei nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, bem como dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 01 de agosto de 1992.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

NÍV.	R E F E R Ê N C I A S			
	I	II	III	IV
1	1.947.543,00	1.967.622,00	1.987.700,00	2.007.777,00
2	1.408.814,00	1.423.338,00	1.437.861,00	1.452.386,00
3	1.350.719,00	1.365.243,00	1.379.766,00	1.394.291,00
4	1.292.624,00	1.307.147,00	1.321.671,00	1.336.194,00
5	1.234.527,00	1.249.187,00	1.263.576,00	1.278.099,00
6	1.176.432,00	1.190.957,00	1.205.480,00	1.220.004,00
7	1.118.337,00	1.132.860,00	1.147.385,00	1.161.909,00
8	1.060.242,00	1.074.765,00	1.089.290,00	1.103.813,00
9	1.002.146,00	1.016.670,00	1.031.193,00	1.045.718,00
10	944.051,00	958.575,00	973.098,00	987.623,00
11	885.956,00	900.479,00	915.003,00	929.526,00

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	1.525.706,24
▪ DAS-2	1.397.605,01
▪ DAS-3	1.288.236,77
▪ DAS-4	1.139.500,05
▪ DAS-5	1.026.576,42

A N E X O IAGOSTO/92TABELA I - CARGOS EFETIVOSSETEMBRO/92

NÍV.	R E F E R Ê N C I A S			
	I	II	III	IV
1	2.337.052,00	2.361.146,00	2.385.239,00	2.409.332,00
2	1.690.577,00	1.708.006,00	1.725.434,00	1.742.863,00
3	1.620.862,00	1.638.292,00	1.655.719,00	1.673.149,00
4	1.551.148,00	1.568.576,00	1.586.005,00	1.603.433,00
5	1.481.433,00	1.498.862,00	1.516.291,00	1.533.719,00
6	1.411.719,00	1.429.148,00	1.446.576,00	1.464.005,00
7	1.342.004,00	1.359.433,00	1.376.861,00	1.394.291,00
8	1.272.290,00	1.289.718,00	1.307.147,00	1.324.575,00
9	1.202.575,00	1.220.004,00	1.237.432,00	1.254.861,00
10	1.132.861,00	1.150.290,00	1.167.718,00	1.185.147,00
11	1.063.147,00	1.080.575,00	1.098.004,00	1.115.431,00

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	662.492,52
" 2-C	611.844,97
" 3-C	564.798,27

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	38.743,31
" 2-F	32.888,98
" 3-F	29.001,96
" 4-F	23.279,83
" 5-F	21.275,50
" 6-F	17.367,33
" 7-F	13.485,59

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	1.830.847,49
" DAS-2	1.677.126,02
" DAS-3	1.545.884,12
" DAS-4	1.367.400,06
" DAS-5	1.231.891,70

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 229/92

PARECER:

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 229/92

PARECER:

Oriundo do Tribunal de Contas, objetiva reajustar os vencimentos dos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Após análise dos aspectos constitucional e legal, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação, estando a proposição em condições de ser apreciada pelo Douto Plenário desta Casa.

Nestas condições, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

O presente Projeto de Lei, oriundo do Tribunal de Contas, através do Ofício n° 1388/92, objetiva reajustar os vencimentos dos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A medida proposta recebeu Parecer Favorável com Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do referido Projeto nesta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL na forma do SUBSTITUTIVO GERAL apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

A N E X O I ISETEMBRO/92TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	794.991,03
SÍMBOLO 2-C	734.213,96
SÍMBOLO 3-C	677.757,92

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	46.491,98
SÍMBOLO 2-F	39.456,77
SÍMBOLO 3-F	34.802,35
SÍMBOLO 4-F	27.935,80
SÍMBOLO 5-F	25.530,61
SÍMBOLO 6-F	20.840,79
SÍMBOLO 7-F	16.182,71

Sala das Comissões, em 24.08.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
RENATO ADUR - RelatorEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, pertencente ao Grupo Operacional II, e dos cargos efetivos correspondentes aos Grupos Ocupacionais III, IV e V e o Subgrupo Ocupacional, constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustados conforme disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, na forma da tabela I, que constitui o Anexo I dessa Lei:

II - a partir de 01 de setembro de 1992, na forma da tabela I que constitui o Anexo I dessa Lei.

Art. 2º - As tabelas de vencimentos dos cargos em comissão e das funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustados conforme disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo I desta Lei:

II - a partir de 01 de setembro de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo II desta Lei.

Art. 3º - O valor do salário-família fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros) a partir de 01 de agosto de 1992, e Cr\$ 2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 01 de setembro de 1992.

Art. 4º - O valor de Gratificação de Representação de Gabinete fica reajustado em 50% (cinquenta por cento) cuja implantação obedecerá o disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992; e

II - a partir de 01 de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 5º - Fica fixado o valor único de Gratificação de Produtividade em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil, setecentos e três cruzeiros) a partir de 01 de agosto de 1992 e, em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), a partir de 01 de setembro de 1992.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do Orçamento Próprio do Tribunal de Contas.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator.**ANEXO I**

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos constantes do Anexo II, da Lei nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, bem como dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 01/8/de 1992.

NÍV.	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	1.947.543,00	1.967.622,00	1.987.700,00	2.007.777,00
2	1.408.814,00	1.423.338,00	1.437.861,00	1.452.386,00
3	1.350.719,00	1.365.243,00	1.379.766,00	1.394.291,00
4	1.292.624,00	1.307.147,00	1.321.671,00	1.336.194,00
5	1.234.527,00	1.249.187,00	1.263.576,00	1.278.099,00
6	1.176.432,00	1.190.957,00	1.205.480,00	1.220.004,00
7	1.118.337,00	1.132.860,00	1.147.385,00	1.161.909,00
8	1.060.242,00	1.074.765,00	1.089.290,00	1.103.813,00
9	1.002.146,00	1.016.670,00	1.031.193,00	1.045.718,00
10	944.051,00	958.575,00	973.098,00	987.623,00
11	885.956,00	900.479,00	915.003,00	929.526,00

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

AGOSTO/1992

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	1.525.706,24
▪ DAS-2	1.397.605,01
▪ DAS-3	1.288.236,77
▪ DAS-4	1.139.500,05
▪ DAS-5	1.026.576,42

A N E X O I

AGOSTO/92

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	662.492,52
▪ 2-C	611.844,97
▪ 3-C	564.798,27

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-P	38.743,31
▪ 2-P	32.888,98
▪ 3-F	29.001,96
▪ 4-F	23.279,83
▪ 5-P	21.275,50
▪ 6-P	17.367,33
▪ 7-F	13.485,59

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, bem como, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 01 de setembro de 1992.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

NÍV.	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	2.337.052,00	2.361.146,00	2.385.239,00	2.409.332,00
2	1.690.577,00	1.708.006,00	1.725.434,00	1.742.863,00
3	1.620.862,00	1.638.292,00	1.655.719,00	1.673.149,00
4	1.551.148,00	1.568.576,00	1.586.005,00	1.603.433,00
5	1.481.433,00	1.498.862,00	1.516.291,00	1.533.719,00
6	1.411.719,00	1.429.148,00	1.446.576,00	1.464.005,00
7	1.342.004,00	1.359.433,00	1.376.861,00	1.394.291,00
8	1.272.290,00	1.289.718,00	1.307.147,00	1.324.575,00
9	1.202.575,00	1.220.004,00	1.237.432,00	1.254.861,00
10	1.132.861,00	1.150.290,00	1.167.718,00	1.185.147,00
11	1.063.147,00	1.080.575,00	1.098.004,00	1.115.431,00

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-I	1.830.847,49
▪ DAS-2	1.677.126,02
▪ DAS-3	1.545.884,12
▪ DAS-4	1.367.400,06
▪ DAS-5	1.231.891,70

ANEXO I

SETEMBRO/92

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	794.991,03
SÍMBOLO 2-C	734.213,96
SÍMBOLO 3-C	677.757,92

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	46.491,98
SÍMBOLO 2-F	39.466,77
SÍMBOLO 3-F	34.802,35
SÍMBOLO 4-F	27.935,80
SÍMBOLO 5-F	25.530,61
SÍMBOLO 6-F	20.840,79
SÍMBOLO 7-F	16.182,71

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/92 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros, que garante direitos adquiridos pelos Funcionários Públicos Estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no DA. nº 85, de 11.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

LCM/AL/2859/92

PROTOCOLO Nº 4501/92

PROJETO DE LEI Nº 174/92

SUMULA. Garante direitos adquiridos pelos funcionários públicos estaduais.

Autor: Deputado Lourenço Fregonese e outros:

P A R E C E R:

A proposta visa garantir aos funcionários públicos estaduais, os direitos já adquiridos e constantes da Lei Estadual de nº 6.174, de 16.11.1970.

Não contém nenhum dispositivo inconstitucional e opinamos favoravelmente à sua aprovação, devendo merecer seqüência regimental, até a apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 174/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 174/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros garante os direitos adquiridos pelos funcionários públicos estaduais.

Sob os estritos aspectos da competência desta Comissão de Finanças, não existem óbices à normal tramitação e apreciação da matéria pelo Plenário desta Assembléia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessutti, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 174/92, constante da Pauta desta Sessão Ordinária. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 3 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 174/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/92, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que declara de utilidade pública estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Clevelândia com sede e foro naquela cidade. Com parecer favorável da

Curitiba, terça, em 25.08.92

C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 105 de 03.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 202/92

P A R E C E R:

Ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 202/92, de autoria do nobre Deputado Antonio Annibelli, visa declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Clevelândia, Estado do Paraná.

Constatamos que o presente Plano de Lei, encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas a serem seguidas para que uma entidade possa ser declarada Utilidade Pública.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos o nosso Parecer Favorável.

É o parecer

Sala das Comissões, em 18.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Escola de Cantores São Pio X. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 110, de 11.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 210/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva declarar de utilidade pública a "Escola de Cantores São Pio X", com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou qualquer óbice de caráter legal, regimental ou constitucional que pudesse opor a normal tramitação do Projeto por esta Casa de Leis, emitindo assim seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/92, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Kairós, com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 113, de 12.08.92).

PROJETO DE LEI N° 213/92

P A R E C E R:

Pretende o ilustre Deputado João Preis, por intermédio do Projeto de Lei n° 213/92, declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Kairós, do Município de Maringá.

Sob o aspecto jurídico a matéria encontra amparo no disposto na Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, verificadas as exigências ali contidas.

Concluimos, desta forma, pela legalidade do Projeto, manifestando parecer favorável à sua normal tramitação neste Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 214/92, de autoria do Deputado DUÍLIO GENARI, que declara de utilidade pública, a Sociedade Pestalozzi de Catanduvas. Com parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 113, de 12.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 214/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Duílio Genari, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Sociedade Pestalozzi de Catanduvas, com sede e foro no Município de Catanduvas, Estado do Paraná.

O Projeto encontra-se elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma o presente atende as especificações contidas na Lei n° 6.994, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 18.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O DR. ROSINHA (Questão de Ordem) - Sr.

Presidente, na quinta-feira da semana passada esta Assembléia se reuniu em Sessão especial para discutir a questão Col-lor. V.Exa. deu declaração que deve ser apurado e punido os responsáveis, ontem na imprensa. Hoje, entidades da sociedade civil convidam a todos da população para comparecerem num ato às 17:00 horas na Bo-

ca Maldita. Solicito a V.Exa. a dispensa de ponto de todos os servidores desta Casa Legislativa para que lá compareçam em praça pública para manifestar o nosso apoio ao Ato e ao repúdio à maneira que tem se comportado o Presidente e apoio à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai conversar com o 1° Secretário e vai solicitar que S. Exa. determine livre da assinatura do livro ponto os funcionários que quiserem comparecer à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 1311, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silverio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1326, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1322, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1316, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1317 a 1320, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1321, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1323, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

~~DISCUSSÃO ÚNICA~~ - da Proposição n° 076/92

~~REDAÇÃO FINAL~~ - dos Projetos de Lei n°s

226/92

228/92

229/92

2ª ~~DISCUSSÃO~~ - dos Projetos de Lei n°s

202/92

210/92

213/92

214/92

Levanta-se a sessão.